

3 1761 07045859 1







Viagens á Roda

≈ DO ≈

CODIGO ADMINISTRATIVO

≈ POR ≈

Alberto Pimentel



EDITOR — J. A. DE MATTOS

Empreza Litteraria de Lisboa
LISBOA



VIAGENS À RODA

DO

CODIGO ADMINISTRATIVO

1890

1890

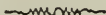
VIAGENS Á RODA

DO

CODIGO ADMINISTRATIVO

POR

ALBERTO PIMENTEL



LISBOA

OFFICINA TYPOGRAPHICA DE J. A. DE MATTOS

36, Rua Nova do Almada, 36

PQ
9261
P46 V5



I

Se eu lhes quizer dizer em boa verdade como foi que o *Codigo Administrativo* cahiu em cheio sobre o meu destino nos ultimos mezes do anno de 1877, não sei. O que sei, pelo ter lido, é que appareci administrador de concelho, talhado em papel no *Diario do Governo*, uma especie de jornal de modas para uso do functionalismo, onde todos os dias se encontram figurinos destinados a regularem a *toilette* politica do paiz. Fiquei sinceramente admirado com o despacho que me enviava para o Alemtejo de casa ás costas e *Codigo Administrativo* debaixo do braço e, sendo-me dito que era preciso partir, relanceei um olhar de maguada hesitação para os meus pobres livros que do alto da estante pareciam perguntar se os levaria comigo ou se teria coração de os trocar a todos por

esse inimigo terrível que de repente os acommettia—o *Codigo Administrativo*.

A primeira idéa que eu tive—seja-me expiação bastante o confessal-o—foi renunciar completamente, desde esse momento, á litteratura, despedaçar a grillheta que me acorrentava áquelles pobres amigos que havia longo tempo constituíam a minha ferramenta de operario das lettras, prender o meu destino pela faixa azul ao *Codigo Administrativo* como se prende um gallinaceo a um tram-bolho. Então, ó romantica phantasia! quando eu sonhava que estava subindo pela escada de Jacob, desde o degrau de administrador de concelho até ao bailéo de ministro d'estado, quando eu via rasgar-se deante de mim o vasto horisonte da vida administrativa, em cujo fundo auriluzente o archanjo da gloria, embocando a trombeta da fama, me acenava com uma pasta de papelão, comecei a ouvir umas doces vozes melancholicas que sahiam do interior da minha estante e murmuravam aos meus ouvidos como lamentações de viuva ou de orphãosinhos desamparados. Eram os meus livros que fallavam, que se queixavam, que protestavam meigamente contra a minha ingratidão. As *Vozes sem echo* do sr. Guerra Junqueiro melodiavam: «Triste fado o nosso! O proprio que nos gerou já nos abandonou sobre a soleira da porta do albergue da Idéa Nova, onde entrou, possesso de colera, pedindo em altos brados cabeça de D. Juan e de

vitella para um banquete de Thyestes. Se tu, que tão dedicadamente nos lias e saboreavas, nos abandonas também, iremos parar ás mãos do Rodrigues do Pote das Almas e depois quem sabe aonde? Tem compaixão, ó tyranno querido.» E eu olhava para o grande céo, constellado de contas de oiro, e reconhecia tacitamente a fragilidade do espirito humano perante os menores obstaculos da vida domestica. N'isto principiavam a fallar as *Radiações da noite* do sr. Guilherme de Azevedo: «Não sentes pulsar em nós, ó ingrato amigo, a velha alma da poesia sentimental, aquella que tinha um cantico de admiração para as bellas noites de luar saudoso e um grito de entusiasmo para as lyricas burricadas cacilheiras atravez dos montes da Outra-banda em plena alvorada d'estio? Queres deixar-nos, como elle, o cruel poeta, que se lançou á procura da *alma nova* e dos assumptos da Boa-Hora, visto que é na Boa-Hora onde, por hypothese, deve morar a Justiça, irmã da Poesia?»

E o céo cada vez mais sereno, e o meu espirito cada vez mais perturbado e hesitante. E como a longinqua melodia de uma ballada nocturna a voz do formoso livro de Soares de Passos, o immortal poeta portuense:

Que noite d'encanto!
 Que lucido manto!
 Que noite! amo tanto
 Seu mudo fulgor!

Oh ! vem, ó donzella;
 Não temas, ó bella,
 Quê á noite só vela
 Quem sonha d'amor.

E eu cahia em meditação sobre estes dois versos finais:

Que á noite só vela
 Quem sonha d'amor.

Era como se o anjo da guarda me estivesse dizendo: «Se vaes, tens de velar em rondas nocturnas, atravez das ruas solitarias, pela segurança dos teus administrados, e, lembra-te bem das palavras do poeta, não foi para isso que Deus fez a noite e que as camaras municipaes fizeram as ruas:

... á noite só vela
 Quem sonha d'amor.»

Se eu soubesse que, como Diderot, encontraria uma imperatriz que comprasse os meus livros justamente para não ficar com elles, tel-os-ia vendido. Mas o Rodrigues do Pote das Almas é um pouquinho menos magnanimo do que Catharina da Russia, e não só compra para comprar, chega mesmo a comprar para vender. Por outro lado, o côro dolorido dos pobres livros havia-me impressionado profundamente, alem do que eu recordava o dito de Scaligero: «Amigos, quereis conhecer

uma das grandes amarguras da vida? Vendei os vossos livros.»

A hesitação havia chegado á maior anciedade, quando, insensivelmente, tiro um volume da estante. Sahiu-me um livro de Deschanel—*Á batons rompus*—, abro distraidamente e, ao relancear os olhos pela primeira pagina que encontrei, pareço aécordar de subito, recuperar a tranquillidade perdida: «Que revolução, de feito, quando se é obrigado a fazer viajar uma bibliotheca! que de volumes perdidos na jornada! que de exemplares desirmanados! que ruina! E, não obstante, é preciso que elles nos sigam quando mudamos de terra. Não se trabalha bem senão com os nossos proprios livros. Um pobre homem gastava em livros o preço do seu jantar: «Mas, diziam-lhe, porque não vai ler á Bibliotheca?—Não posso lêr, respondia, senão os livros que comprei.»

Jámais o sr. Osti conseguiu fabricar um phosphoro que illuminasse melhor uma escada do que estas simples linhas do sr. Emilio Deschanel illuminaram o meu espirito, não menos tenebroso, momentos antes, do que qualquer escada de um quarto andar.

Era preciso que os meus livros me seguissem. Que se perdessem, que se estragassem, haviam de ir. Mesmo estragados chegariam ao seu destino sem lhes faltar coisa alguma, o que já não aconteceria decerto se se tratasse de garrafas de vinho

do Porto. Mas, depois de haver tomado esta resolução solemne, chamei os meus livros a conferencia e disse-lhes:

—Os meus amigos irão também, se se quizerem sujeitar a duas condições:

1.^a—Viajarão em comboyo de mercadorias, o que quer dizer que chegarão um mez depois de mim se tiverem uma viagem feliz, e dois mezes depois se tiverem a infelicidade de descarrilar;

2.^a—Consentirão em ficarem subordinados ao seu irmão *Codigo Administrativo*, o qual, a datar d'este momento, desempenhará o mesmo papel que o sol representa no systema planetario de Copernico: será o centro de todos os movimentos.

Está dito, responderam em côro os meus livros. Organisei, pois, uma especie de companhia dramatica em que entrasse a sr.^a Emilia das Neves: os loiros e os beneficios são todos para ella. O meu *Codigo* ficava tendo, por escriptura, o direito de ser lido e consultado de preferencia: parecia a sr.^a Emilia das Neves encadernada.

Resolvido este negocio, partimos. A cidade de Portalegre, contente de ter achado uma pessoa que ingenuamente acceitava o cargo de administrador de concelho, cargo que estava sendo ali mais paludoso do que o solo da Guiné, apagou a lanterna de Diogenes, e deitou-se a dormir, á espera de que en αfôsse accordar qualquer manhã. Creio que todos os partidos militantes me tinham

prefigurado uma especie de capitão-mór de Faro, capaz de esmagar com a sua barra tradicional todas as serpes da discordia.

Eu deveria ser, segundo o que percebi, um homem que espirrasse auctoridade em permanente constipação admininistrativa. «Verão, ahi vem o homem, dizia porventura um grupo politico.» «Com elle se haverão, respondia outro grupo. O homem não tarda.»

De manhã, quando a população se levantava, perguntava-se:

—O homem já chegou?

—Ainda não!

—Diacho! O homem tarda!

—O homem não quer cá vir...

Á noite dizia-se:

—Pode ser que o homem venha ámanhã.

—Hum!

—Porque?

—O homem é o das botas. Não vem cá.

Pois o homem ia, ingenuamente, incautamente, como Isaac para o sacrificio. Só não levava o feixe de lenha ás costas, e d'isso se arrependeu, porque ahi pelas alturas de Abrantes começou a sentir a necessidade de um braseiro. Até que finalmente cheguei. Entrei ao entreabrir da manhã, sem foguetes, porque em Portalegre os foguetes são ordinariamente para as despedidas. Mas, á hora em que eu almoçava christãmente, e digo christã-

mente porque a carne de porco, que um profundo sentimento religioso tão repellente torna aos mahometanos, abundava no *menu*, a essa hora espalhava-se pela cidade a noticia de que o *homem* havia chegado. Pela curiosidade do hospedeiro, pelo segredar de algumas pessoas que entravam e sabiam na hospedaria, percebi que estava em exposição, —sem cortina e sem realejo. Apesar de que era aquella, como depois pude reconhecer, justamente a rua onde se expõem todas as notabilidades e todos os cosmoramas que vão a Portalegre: a rua da Carreira.

Contaram-me o que se estava passando. Havia frequentes desaguisados na rua, uns tumultosinhos nocturnos, troca de dichotes entre o povo, opposição de *côres* politicas, porque os populares progressistas punham gravata azul-claro, e os populares regeneradores só usavam gravata encarnada. Ao ouvir este caso das *côres* lembaram-me os versos de Garrett:

Sobre se era mais formosa
A vermelha ou branca rosa,
Ardeu seculos a guerra
Em Inglaterra.

—Bem! disse de mim para commigo. Estou n'uma velha cidade cavalleiresca. Uns porfiam pelo tope encarnado; outros combatem pelo laço azul. Caval-

leiros da madresilva, folgae na campá. Portalegre vinga-vos!

Explicaram-me que nada havia de cavalleiresco n'esta porfia das côres; de politico, sim. Redargui que nem o sr. Fontes usava gravata encarnada, nem o sr. Braamcamp gravata azul. Era o mesmo, diziam, as côres tinham tamanho alcance politico, que até se levava a mal que qualquer pessoa de sangue azul estivesse no bando encarnado, e *vice-versa*.

Os dois partidos pelejavam em guerra aberta: avisaram-me d'isso. Era preciso intervir energicamente. Respon-di que o sr. Fontes, quando encontrava o sr. Braamcamp, conversava muito amavelmente com elle, e que o sr. Braamcamp sahia da sua somnolencia habitual para lhe responder com affabilidade. Não importava; força é que se queria.

Vi-me ao espelho. Desolhado pela vigilia, tiritante de frio, eu parecia mais fraco do que nunca. Tive uma decepção cruel, quizera ser forte, desejava os cabellos de Sansão e a massa de Hercules. Mas n'isto vi o primeiro official de diligencias, um homem alto, ossudo, que parecia feito de tres pontos de admiração: dois para as pernas, e um para o tronco. Bem! Valha-nos isso, pensei. Eu sou a auctoridade; este homem deve ser a força. Arremessarei á desordem tres pontos de admiração, e a desordem calar-se-ha admirada, e o *Codigo Admi-*

nistrativo será fielmente executado no seu artigo 249. ¹

Competia ao administrador de concelho em virtude d'esse artigo:

Manter a boa ordem nos templos e em todas as solemnidades religiosas;

A policia das festas e divertimentos publicos;

A policia dos theatros e mais espectaculos publicos;

Vedar a divagação das pessoas alienadas e de animaes malfazejos;

A policia rural;

Providenciar nos casos de incendio, inundações, naufragios e similhantes;

A protecção da liberdade e segurança dos vizinhos do concelho;

A execução das providencias da segurança publica;

Tomar as medidas de prevenção e repressão contra quaesquer actos contrarios á ordem e tranquillidade publica.

Pois, senhores,—pensava eu—, quando antigamente um poeta lyrico lograva conquistar o mais duro coração feminino com um só ponto de admiração que punha invariavelmente no fim de cada

¹ O *Codigo Administrativo* que eu encontrei em vigor era o de 1842. A elle me refiro por amor á chronologia. O *Codigo* do sr. Sampaio apenas me sahiu ao encontro em maio de 1878.

verso, o que não conseguirá um administrador moderno, em face do artigo 249.^o, tendo nada menos que tres pontos de admiração ás suas ordens!

E a fim de que eu podesse elevar-me inteiramente á altura do *Codigo*, tratei desde logo de saber se era frequente a divagação de animaes malfazejos e se repetidas vezes occorriam naufragios. Tive infelizmente a desgraça de saber que não havia nas circumvisinhanças aguas correntes onde alguém podesse naufragar. Fiquei contrariado. Eu queria um rio caudal, torrencioso, apertado entre rochas alcantiladas, um rio ouriçado de escolhos, listrado de espumas revoltas, e sobre a onda perfida um fragil barquinho, que podesse sossobrar dando comtudo tempo á policia administrativa de lançar os seus pontos de admiração á corrente, para ir salvar os naufragos e o batel.

Depois... uma commenda.

Nada d'isso!

Quanto a animaes malfazejos, achei certas duvidas na execução do paragrapho que lhes dizia respeito. Um animal vae por uma rua, o administrador vê-o, e como ha de saber se elle tem bom ou mau coração? Proibir a um cão que dê o seu passeio pelas ruas da cidade, que páre n'uma encruzilhada a philosophar por onde hade ir para melhor matar o tempo, pareceu-me cruel, e sobretudo arriscado a desafiar a colera da sociedade protectora dos animaes. Deter o cão *flaneur* para

lhe sondar as intenções, para estudar o seu character, os seus sentimentos, affigurou-se-me abuso de poder, porque nenhum artigo encontrei no *Codigo Administrativo* que prohibisse aos animaes o direito de passeiarem commodidamente. Mas o mais pacifico rafeiro encontra-se um dia com um sujeito que o escorraça, com um burro que o escouceia, e desaffronta-se cravando os dentes nas carnes do aggressor. Quem podia prevêr este incidente? De modo que eu cheguei á conclusão de que havia só um meio de conhecer as intenções dos animaes: era esperar que elles as manifestassem.

Tenho visto agora, com grande jubilo e orgulho, que o meu systema foi adoptado em outros ramos de serviço publico. Exemplo: Espera-se que um edificio avariado se desmorone, para mandar derrubar a parte que ficou de pé.

Caminhando de surpresa em surpresa, tive a satisfação de vêr que a policia administrativa era composta de um grupo... de mais de uma pessoa. Appareceram mais dois agentes de segurança publica. Trindade com a qual eu poderia atravessar as Thermopylas muito mais gloriosamente do que Xerxes,—sem me aproveitar da traição de ninguém.

Eu até permittia á fatalidade que n'um mesmo dia, e á mesma hora, ateiasse um incendio, produzisse uma inundação, endoidecesse um

transeunte, e inventasse uma desordem n'um arraial. As forças administrativas seriam destacadas do seguinte modo:

O administrador—para se lançar ás chammas.

O 1.º official de diligencias—para drenar os terrenos inundados.

O 2.º official de diligencias—para vestir o collete de força ao alienado.

O 3.º official de diligencias—para varrer o arraial.

Mas, suppondo que o sinistro ou o conflicto occorresse n'um unico local, a apresentação da policia administrativa tornar-se-ia devéras imponente—pelo numero. Seriam precisas quatro horas para que a policia administrativa acabasse de chegar, se as cousas fossem dispostas de modo que de hora a hora apparecesse uma das quatro pessoas. É o systema das companhias dramaticas ambulantes que teem pouca gente: só representam dramas em que dois ou tres personagens morram no primeiro acto, que é para haver artistas que appareçam no segundo.

Rindo se pode dizer verdades. A policia administrativa é uma ficção dos codigos. Que o administrador faça tudo, que vigie por tudo, que mantenha a ordem, e a segurança publica,—com tres homens apenas. Tres homens pessimamente remunerados, cheios de trabalho e de familia, obrigados a grandes caminhadas atravez dos montes,

por baixo de um sol canicular ou de uma invernia furiosa! É simplesmente horrível,—mas é verdadeiro.

Nós temos o maior respeito pela lei em geral, e pelo artigo 249.º em particular, mas achamos que esse artigo, quando não seja simplesmente de papel, tem um peso superior ás forças de tres homens, ainda mesmo que esses homens se hajam exercitado previamente em trabalhos braçaes na alfandega de Lisboa.

Apesar da coragem de que nos achavamos munido, em vista das circumstancias referidas, para entrar na vida administrativa, a opinião publica fazia chegar até nós o echo das suas primeiras impressões a nosso respeito:

—O *homem*, se não é o das botas, tambem não é o das forças.

—Ha de ser de relatorios e editaes,—balas de papel. . .

—É fraco. . .

—É poeta. . .

Ovos de Paschoa. Verdadeiras primicias de uma colheita de epithetos que, dentro de pouco tempo, devia encher o celleiro da nossa paciencia. Entrado o anno de 1878, começava a cahir sobre nós a chuva de graniso:

—É tyranno!

—É ferrabraz!

—É Catão!

—É estúpido!

—É *burro*, escrevia a nosso respeito um menos cerimonioso.

E ao passo que alguns jornaes lançavam aos quatro ventos da publicidade estas e outras amabilidades de fino quilate, pensavamos nós em seguir a linha recta que havíamos traçado como norma de proceder; sonhávamos em deixar implantado qualquer melhoramento proficuo; visitávamos algumas escholas da serra e procurávamos estimular os professores com palavras de animação e conforto; preoccupava-nos o expediente da secretaria, onde gastávamos quatro ou cinco horas todos os dias; passávamos a maior parte das noites na rua, percorrendo-as em todas as direcções, sob uma cacimba penetrante e nevada, porque de toda a parte nos gritavam durante o dia: «Policia e mais policia! De noite passam-se coisas horróricas na rua!»

Vimos a perceber depois que era este um meio artificioso de vêr se conseguiam libertar-se de nós pela pneumonia; e quando isto percebemos, libertamo-nos nós, expontaneamente, pela exoneração.

Lembra-nos perfeitamente que uma noite havíamos rondado até ás tres horas da manhã. Dormiam tranquillamente em seus leitos aquelles que se queixavam da falta de policia de noite. No dia seguinte, que era um domingo, á sahida da missa

do meio-dia, a missa do *high-life*, dizia-nos, inflam-
mado em eloquente indignação, um sujeito amigo
da ordem:

— Ouviu esta noite?...

— O que?

— Pois ouvi eu!

— A que horas?

— Às tres e meia.

— A essa hora deixei de ouvir; recolhi-me e
adormeci.

— Justamente por isso...

— Mas o que?! perguntava eu.

— Dois foguetes acintosamente lançados para
me accordarem.

— Oh! Com effeito! Dois foguetes!...

— Medonhos.

— Oh!

— Ou duas bombas!

N'esse mesmo dia dizia uma parte da opinião
publica:

— O administrador não nos garante o somno.
São foguetes toda a noite...

Mas o que é verdade é que o administrador, á
hora em que se queixavam d'elle, tinha mais somno
ainda do que os queixosos.

Entretanto os governadores civis do districto,
cuja capital é a cidade de Portalegre, succediam-se
com uma rapidez maravilhosa. Chegavam, viam e
fugiam. Durante o anno em que servi conheci mais

governadores civis do que tinha conhecido até então. Sempre lucrei alguma coisa.

Depois que me exonerei, foi nomeado um administrador de concelho, que, passados poucos dias, era transferido, e o que lhe succedeu tem estado ausente em Lisboa com licença.

Começo a suspeitar que vou merecendo uma estatua.

Mas deixemos isto, que é sobremodo aborrecido e fastidioso. O que é certo é que o *Codigo Administrativo* principiara a reger o meu destino desde os ultimos mezes do anno de 1877, e que á sua influencia devo eu todos os episodios de um anno de existencia, em que viajei á volta d'elle. Este livro, ligeiramente escripto, é uma especie de carteira de lembranças, uma simples collecção de apontamentos tomados ao correr da penna e algumas vezes estenographados nas folhas brancas do velho *Codigo* que Deus haja, e do moderno, que lhe succedeu.

II

Preciso descrever-lhes o sitio onde vivi um anno. É o theatro da acção. Drama ou comedia, a vida é um espectaculo, tem effectivamente o seu tablado. Ora o nosso palco é Portalegre. Cidade do alto Alemtejo, contrasta notavelmente nos seus arredores com a aridez transtagana. Ródeiam-n'a pomares, hortas, quintas onde a vegetação é abundante, de um verde claro, alegre, luminoso. Os castinçaes, os laranjaes, os olivedos e os bosques de sovereiros ou descem pelo semi-circulo da serra de Portalegre, sendo corôados a um lado pelos rochedos pittorescos da Penha, ou se espraiam na planicie que se alastra ao sul e atravez da qual a locomotiva passa desenrolando uma longa fita de fumo, que nos dias serenos se vae confundindo com o azul do horisonte. Na planicie, por mais

nitido que esteja o dia, por mais formoso que resplenda o sol, ha um ondejar de côres esbatidas, de tons indistinctos e longinquos que fazem lembrar o oceano. A illusão é completa, perfeita.

Logo que a amendoeira dá rebate de primavera proxima, começa a estrellejar-se a verdura de flores campestres, a pintalgar-se de pequenas estrellas brancas, amarellas, encarnadas, espalhadas caprichosamente como pela mão de uma creança. Imaginem como não será gracioso esse estendal de matisada verdura, quando se desdobra ao nordeste na serra de cuja encosta o antigo convento de Sant'Antonio espreita para a cidade, namorando-a disfarçadamente d'entre os seus valverdes floridos, porque emfim, tendo vestido uma vez o habito, não lhe ficava bem fazer-se casquilho descarado; ou quando, para o occidente, principia a descer até ao valle, diffundindo-se por elle, logo que póde desaffrontar-se dos fragoedos que desde o alto da serra, onde parece conformarem um enorme chapéu tricorne, se affiguram á vista como tendo rolado até que ficaram suspensos por alguma hervagem pequenina e humilde... Quantas vezes, olhando para o dorso do monte da Penha, nos lembramos de que se o granito se podesse fundir, alguns gigantes ignorados haveriam, em remotas eras, derretido ao fogo a rocha, cujas escorralhas encandecentes foram correndo até que, esfriando, empedráram! Tambem não poucas ve-

zes, n'estes devaneios da imaginação, anciosa de repouso, fomos accordado pela mão implacavel do *Codigo Administrativo*, que nos sacudia brutalmente. Perdoe-se-nos o adverbio, que é duro; mas em certas occasiões o *Codigo* parecia-nos, de feito, bastantemente bruto.*

A cidade, cujas ruas são na sua maior parte estreitas e pesadas, agrupada á volta do seu velho castello, como todas as antigas povoações fortificadas, desce; para o norte, por uma ladeira até á planura do Rocio, e, para o sul, eleva-se sobre a estrada publica, por se mostrar orgulhosa ao viajante que fez o sacrificio de se arriscar a um descarrilamento no caminho de ferro, para a ir vêr.

Como todos os castellos de Portugal, o de Portalegre tem as suas tradições de bravura. No nosso paiz, os castellos parecem-se com os generaes: são inuteis e estão a desmoronar-se, mas tiveram um passado glorioso, uns e outros. Do de Portalegre, mandado construir por D. Diniz, restam duas torres, a uma das quaes ainda o *touriste* póde hoje subir para gosar um panorama verdadeiramente delicioso. Da muralha, ha fragmentos e alguns arcos. Em um só ponto da cidade subsiste um fosso, quasi aterrado. Mas o que é realmente curioso é que D. Diniz, fortificando a então villa de Portalegre, imitou, sem o querer, o filho dilecto de Abrahão: deu lenha para se

queimar. Portalegre pronunciou-se pelo infante D. Affonso, irmão do rei, que a foi sitiar. O cerco, que durou perto de quatro mezes, acabou por uma capitulação favoravel ao rei, o qual encorporou a villa no patrimonio real.

Bem sabemos que a maior parte dos castellos de Portugal perdeu todo o seu prestimo depois de inventada a artilheria. Mas quando a gente os vê ainda hoje, sobranceando com ares protectores as povoações que se lhes agrupam em redor, dismantelados, abandonados, cobertos de parietarias que se abraçam ás ruínas, experimenta uma forte sensação de justo enthusiasmo e dolorido respeito pela nossa extincta grandesa, igual á que experimentaríamos se nos fosse dado vêr o arcabouço dos galeões que atravessaram o mar na épica empreza de arrojados descobrimentos. Ha um só castello que detestamos, o de Leiria, porque abafa a cidade, e pesa sobre ella, de modo que cuida a gente que o leva ás costas por qualquer rua que vá. Mas todos os outros, desafogados, dominando um largo horisonte, bellos na sua ruina, monumentaes na sua inutilidade, em vez de fazerem rir, como todas as caricaturas, despertam ainda o enthusiasmo dos poetas... antes de serem ministros:

Um dia... quando, não sei;
fui vêr as gastas ruínas
d'um velhissimo castello

que ao desamparo encontrei,
mas que, apesar de esquecido
na solidão, era bello.

Achei-o todo vestido
de tenaz hera viçosa;
e ornado do verde brilho,
lembrou-me um velho casquilho
que espera noiva formosa.

Vi-lhe os muros corcovados
sobre o abysmo pendurados,
porem suspensos no ar.
Barbacãs, desamparadas;
as torres desconjuntadas;
como folhas desligadas
da flor que se vae finir.
E perguntei:—«Que portento,
pedras que baloiça o vento,
já sem prumo, e sem cimento,
vos tem suspensas no ar?...» ¹

Vista do Rocio a cidade,—que é talvez o melhor sitio para a vêr,—dominam-n'a sobre o pendor o castello e a sé, caracterisando perfeitamente o passado de Portugal, a cruz e a espada, a cuja sombra, por igual protectora, viviam as povoações.

É um amplo templo a sé, de tres naves, sustentadas por bellas columnas gothicas, mas de tal modo dealbado no interior e no exterior, que chega a gente a admirar mais o arrojo do caiador do que a architectura do edificio. D. João III foi quem

¹ Thomaz Ribeiro.—*D. Jayme.*

solicitou do papa Paulo III a bulla que erigiu o bispado de Portalegre, desmembrando-o do da Guarda, e que tem a data de 2 de abril de 1550. O primeiro bispo, sacerdote de grande privança na côrte do successor de D. Manuel e da rainha D. Catharina, chamou-se D. Julião d'Alva. Do rei, do papa e do bispo conservam-se ainda os retratos—bem como de outros prelados da sé portalegrense—na casa do capitulo. Paulo III usava pêra e bigode, e a sua feição mais característica é de certo o nariz notavelmente montanhoso. O retrato de D. João III não se aparta dos retratos que d'este monarcha temos visto: figura-o de barba cerrada e bigode, todo de preto, segundo o seu costume. Despertou em nós uma antiga impressão: suppozemo-nos em frente de um rei hespanhol, pela phisionomia e pelo trage. D. Julião d'Alva é uma boa cara de velho; como o papa, tem barba e bigode, já encanecidos; sobre o peito, murça azul-cinzeno.

Na sacristia guardam-se ainda as preciosas alfaias que a rainha D. Catharina bordou para offertar á recente cathedral de Portalegre. N'essas esplendidas casulas em que o ouro se amontoa em grossos relevos, sente-se resuscitar a nossos olhos a côrte profundamente triste e fanatica de D. João III. Como que vê a gente, sentada a *lavar* com as suas damas, uma rainha que sabia que não era amada, porque o coração de seu marido fugira de

Portugal com a viuva de D. Manuel, e que lançava a sua alma, sedenta de amor, á procura de mundos desconhecidos onde podesse encontrar a felicidade que a corôa e o throno lhe negavam. Por outro lado o rei, denunciando na negrura do fato o humor carregado do seu espirito, animava a piedosa tarefa da rainha e das damas, porque o seu coração, profundamente ferido desde verdes annos, e carecido de um balsamo mitigante, voltava-se para a religião, que havia de exagerar até ao fanatismo que accendeu as fogueiras da inquisição, como um doente exagera com hyperboles contraproducentes a efficacia de uma droga medicinal que lhe calmou um soffrimento. N'essas alfaias lavradas por mão da rainha D. Catharina a riqueza maciça do bordado esconde a falta de gosto artistico, sente-se um reinado que devia fazer succeder os sanguineos clarões dos autos de fé aos relampagos scintillantes do reinado anterior, aliás mais deslumbrante do que util, mas que em todo o caso produziu na architectura o gothico-florido ou *manuelino*, e que na poesia deixou monumentos perduraveis e gloriosos.

Entre uma casula de Portalegre e uma columna dos Jeronymos medeia apenas meio seculo, mas a arte parece que retrogradou dez ou doze vezes esse espaço de tempo.

Um escriptor muito distincto, considerado como um dos mestres da lingua portugueza, poz na ca-

beça a mitra d'esta diocese. O terceiro bispo de Portalegre chamou-se... D. frei Amador Arraes, o author das consoladoras paginas dos *Dialogos*. Recommendado no testamento do cardeal D. Henrique, de quem foi esmolér-mór, e ainda mais por suas virtudes e talentos, foi nomeado bispo por Philippe I, em 1581.

É exuberantemente conhecida a piedade d'este illustrado bispo, que esvasiou o seu mealheiro para resgatar captivos, dos muitos que a desastrosa jornada de Alcacerquibir deixára acorrentados aos areaes da Africa. Sempre a sua algibeira se abriu para dotar noivos pobres, por se lhe affigurar esse um meio de evitar devassidões tão perigosas para elles como para a sociedade. Em Portalegre a sua mão generosa deixou vestigios em muitas obras, no retabulo da capella-mór da sé, na torre em que está o relógio, e nos paços episcopaes, que mandou construir. Mas ao cabo de um anno de governo da diocese, segundo o declaram as proprias *Constituições do bispado de Portalegre*, para este caso insuspeitas, já estava enfadado do cargo. Passados mais quatorze, resignou, de feito, a mitra, e foi recolher-se n'uma cella do collegio de Nossa Senhora do Carmo, em Coimbra, onde escreveu os *Dialogos*, e acabou seus dias.

Eu não sei ao certo que fundamentos motivassem a renuncia de D. frei Amador. Tibiesa de animo, não, porque n'esse caso não haveria accei-

tado a mitra. Falta de saude? O clima é saudavel, posto que as estações sejam rigorosas; e o retrato do prelado não o denuncia valetudinario. Os meus apontamentos, collidos deante da tela que o representa, dizem: «*Boa côr*, rosto redondo, testa espacosa, o labio inferior bastante grosso.» Entrelembro-me, porem, de ter lido algures, ou ouvido dizer, que foram dissensões com o cabido que o desgostaram. Se assim foi, em verdade, é sestro da terra o fazer-se desagradavel ao espirito; não aos olhos. D. frei Amador Arraes é um exemplo; e eu... sou outro.

Ficamo-nos a palrar a respeito da sé e dos seus bispos, e deixamos bambear entre os dedos o fio do discurso. Chama-se a isto, em linguagem parlamentar, estar fóra da ordem. Pois entremos n'ella.

Pittorescos como em verdade são, os arrabaldes de Portalegre offerecem passeios deliciosos. O do Bomfim é um dos mais formosos, por certo. Uma boa estrada, ladeada de herdades; na estação propria, os laranjaes scintillam por entre a verdura com os seus pomos de ouro, e quando as laranjeiras estão em flor vae no ar uma festa de perfumes. Quando a gente ainda se não sente affrontada do caminho, abre-se-lhe uma alameda copada de arvores chilreadas, alameda que não tem aliás aquelle verde escuro que entristece ordinariamente os arvoredos, e que precede uma igreja

com a sua albergaria adjunta,—uma egreja perfeitamente aldeã, sem primores de architectura, tendo n'um ou n'outro ponto da cornija ninhos de passaros, e deante da porta um tapete de relva. Encostados á egreja, e voltados para a alameda, dois bancos de pedra. O quadro é delicioso, não chega mesmo a acommetter-nos a vaga tristesa receiosa que a solidão infiltra na alma, porque as albergarias estão arrendadas, a estrada, que é a de Castello de Vide, é transitada, e defronte das albergarias ha uma venda, pelo menos habitada por caseiros, cujo jardim, orlado de roseiras, enflora a estrada d'esse lado. Pouco adeante da egreja, cae, por entre um leito de verduras, a agua d'um ribeiro, que vae fertilisar uma herdade. D'ahi por deante, torce-se, como uma fita branca, o macadam da estrada.

O passeio chamado *da serra* não é menos aprazível. Uma boa estrada, igualmente macadamizada, vae colleando ao nordeste pela serra de Portalegre, atravez de espessas florestas de castanheiros bravos, tão espessos, que em elles estando crescidos não entra lá dentro nem sol nem calma, por mais ardente que o dia esteja. É a gente saltar do cavallo, e refrigerar-se á sombra. O que é mais barato e consolador do que os sorvetes do *Martinho*. Corre a gente o perigo de ser mordido pela vibora, se está sentado no chão, sobre a relva: *Latet anguis in herba*. Mas isso tambem no *Martinho*; e, a respeito de viboras, eu,

em Portalegre, fiquei á prova de mordedura. Do que deixo dito se vê que é Portalegre a terra onde custa menos *ir á serra*.

A capella de Sant'Anna, na estrada que desce da cidade para a estação do caminho de ferro, tem um horisonte differente dos outros pontos de vista. Do adro da capella perde-se o olhar na immensidade de planicies sem conto. Ao fim da tarde, á hora do crepusculo, o horisonte é de fogo, e os ultimos raios do sol poente tremeluzem sobre as campinas longinquas como sobre a superficie de um mar, que parece ver-se.

Fallando dos passeios mais notaveis de Portalegre, ainda lhes não fallei comtudo do *Passeio*, d'aquelle que officialmente tem este nome e este fim. É una parte do vasto campo do Rocio, ajardinada, ou antes dividida em alameda, jardim, e viveiro de plantas. Na alameda, arvores e bancos; um coreto para musica. No jardim, um lago, em de redor um maciço de verdura. Parece que antigamente era o *Passeio* o *rendez-vous* do *high-life*, —antigamente, antes da divisão da humanidade em *filhos de Deus* e *filhos dos homens*, mas desde esta remotissima seisão nunca mais as tardes dos domingos derivaram ali docemente no convivio das familias. O coreto offerece a sua cupula hospitaleira ás andorinhas que não teem recursos para arrendar casa; as arvores sacodem as suas folhas amarellas, que alastram o chão. As formigas atra-

vessam serenamente por entre as folhas caídas. E no meio d'esta solidão idyllica, rodeiado apenas pelas andorinhas, pelas arvores, pelas formigas e pelos peixes do lago, impavido, imperturbavel, tranquillo como um asceta que divagasse pela serra de Ossa ou pela serra da Arrabida, —o jardineiro, de thesoura em punho, recor-tando os alegretes. É de uma heroicidade assom-brosa!

Perto do *Passeio*, ha um sitio agradavel, a Cor-redoira, dominado pela capella do Calvario, sitio de que se poderia haver feito uma alameda deliciosa, aproveitando as ondulações do terreno. Uma noite, de um luar metallico, scintillante como o aço, atravessámos a Corredoira. Nos quintaes vi-sinhos cantavam os rouxinoes talvez escondidos nas laranjeiras que, debruçadas nos muros, lan-çavam sobre o caminho o seu fino aroma insi-nuante. Sentimo-nos subitamente atacado por fre-quentes symptomas de uma molestia que ha muitos annos haviamos padecido, a poesia. E quando mais nos deixavamos enlevar no canto dos rou-xinoes, como o frade da legenda, sentimos de re-pente mexer-se ao pé de nós uma grande sombra, uma coisa negra, informe, que se levantou d'entre a relva mostrando-se em plena luz. Era um burro que accordava e ia começar a pastar, tranquillamente, com um grande desprezo pelos rouxinoes, pelo sr. presidente da camara que, comquanto

seja passaro, não é rouxinol, e pelo codigo de posturas.

Reconhecemos que esse burro era o symbolo da realidade, e accetámos o conselho do acaso.

Já dissemos que as ruas do interior da cidade são na maior parte estreitas, tristes, abafadas. Parece que a população, desde que pôde galgar para fóra do antigo cinto de muralhas, onde vivia comprimida, tratou de respirar livremente edificando bairros arejados e alegres. Estão n'este caso o Rocio e a Corredoirá, a que já nos referimos, e o Corro, que é uma especie de rua nobre, porque lhe dão um certo ar de grandesa dois palacios, um dos condes de Avillez, outro dos Fonseca Achaioli, estando encorporada n'este ultimo palacio a casa, hoje transformada, em que residiu Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe de D. Nuno Alvares Pereira.

Eis o que é, a traços largos, esta velha cidade, tão velha que se lhe não póde rastrear a origem, sabendo-se apenas que em tempo dos romanos se chamava *Ammaia*, e que, destruida pelos arabes, D. Affonso III a mandára reedificar e povoar. A invasão arabe, ao atravessar a península, especialmente a Hespanha, deixou profundamente gravados no solo iberico os vestigios da sua passagem, e como Portalegre está a dois passos da fronteira hespanhola e mantem frequentes relações commerciaes com Badajoz, Olivença, Albuquerque e Va-

lencia de Alcantara, a influencia arabe accentua-se ainda sensivelmente em alguns costumes tradicionais do povo portalegrense, como teremos occasião de mostrar, quando houvermos de dar uns traços ethnographicos sobre este povo.

Clima saudavel, devido em parte á excellente exposição da cidade, porque se quebra contra a serra a furia dos ventos, sem que, porem, a serra, esteja tão proxima que faça oppressão e damno, são todavia rigorosos em Portalegre os frios do inverno e os calores do verão, soprando n'esta ultima estação sobre a cidade umas lufadas ardentes que vem de Hespanha e que, posto não sejam violentas pela rasão já indicada, moem como um latigo. De Hespanha, diz o proverbio portuguez, nem vento nem casamento. A primeira parte do proverbio tem em Portalegre uma confirmação plenissima.

Mas ainda assim, inverno ou estio, esta cidade põe em evidencia uma superioridade incontestavel sobre outras cidades do Alemtejo. No verão de 1875 passamos um dia na tristissima cidade de Beja: imaginamo-nos dentro de uma fornalha. Portalegre, apesar do vento de Hespanha, offerece como linitivo aos ardores da canicula os vastos arvoredos, os pomares deleitosos e as fontes abundantissimas dos seus arrabaldes pittorescos.

III

Uma palavra que se lança aos quatro ventos da publicidade pode muitas vezes, sem que o suspeite quem a escreveu, exercer uma grande influencia no destino de quem a lê. Só não acontece isso em politica, onde já ninguém se fia em palavras... nem mesmo de honra.

Quando o dr. Laranjo, meu velho amigo, escreveu e publicou na *Litteratura Occidental* ¹ aquellas perfumadas e setinosas *Folhas de Rosa*, tanto mais para admirar por isso que florião sobre o *Digesto* cultivadas pela sua mão de cathedratico, eu fui dos muitos que mais sinceramente admiraram a elegancia, a delicadesa, a poesia que vestiam de donaires aquellas paginas melodiosas.

¹ 1.^a serie, numero 2.

Natural de Castello de Vide, mas educado desde verdes annos em Portalegre, o dr. Laranjo devia conhecer perfeitamente a cidade onde, creança, colhera os primeiros loiros da sua gloriosa carreira litteraria, e era justamente elle que, descrevendo-a, escrevia:

«Enrolae á cintura da risonha cidade um braço de mar, e tendes Coryntho; homens e mulheres, estas mórmente, são de lá: o sol, sem que ás vezes lhes tisne as faces de leve, lança-lhes fogo no coração; os olhos assestam-n'os á maravilha, combatem e caçam com elles. Ao cair da noite, se passaes pela rua, vêdes que as janellas se vão abrindo, ouvís uma corrente de requebros, que têm dupla nascente e dupla fóz, os labios e o coração d'um homem e d'una mulher namorados. A toda a hora ouvís musica, melodias de flauta, lamentos de rebecas, suspiros de violas, alegrias de pianos... Conta-se de gente que vivia do cheiro das flores: Portalegre vive de musicas; a horas mortas, se tudo dorme, haverá ainda quem as sôe. O arvoredado e as aguas, de tanto ouvil-as, sabem-n'as e repetem-n'as.»

Estas palavras cahiram sobre o meu espirito como chuva de oiro, que scintillava ao sol da imaginação, exactamente como nas manhãs de abril, quando parece que chove unicamente para que mais se admire o sol em cada perola de agua. Eu tinha, em 1875, viajado pelo sul do Alemtejo, e

regressei a Lisboa sem haver encontrado por lá uma povoação que sorrisse idyllios á grega, comquanto algumas não fossem inteiramente despiendas. Mas desconhecia o Alentejo septentrional, e era justamente um homem de fino gosto artistico quem me vinha dizer que para encontrar Coryntho em Portalegre só faltava o golpho de Lepanto ou o golpho de Athenas. De resto, pura Hellade! De um lado o dr. Laranja a comparar Portalegre a Coryntho, tirante a agua; d'outro lado o sr. dr. Theophilo Braga a cantar-me ao ouvido com ares de marinheiro grego, banzando n'uma guitarra bré-geira:

Já lancei ferro em Coryntho;
 Terra assim de gregas bellas
 Nunca vi!
 Por divas e por donzellas
 D'amor por todas, não minto,
 Me perdi.

Quando o acaso me chamou a Portalegre, como me podia ter chamado a Bolor, e então o caso era muito mais serio, lembrei-me dos meus doutores, e o meu espirito sentou-se entre elles, como Jesus Christo no templo,—a ouvil-os. Dizia um: «Enrolae á cintura da risonha cidade um braço de mar, e tendes Coryntho.» Accrescentava o outro:

Já lancei ferro em Coryntho;
 Terra assim de gregas bellas
 Nunca vi!

Ora eu differencava-me de Jesus Christo n'uma só coisa: em não discutir com os meus doutores. Resolvi ir para a Grecia. Em Santa Apollonia, um d'estes curiosos que tudo perguntam, e que vivem de andar por logares onde se junta muita gente para saberem alguma novidade, perguntou-me, vendo-me de mala na mão como o imperador do Brazil:

— Vae para o norte ou para léste?

— Vou para Coryntho.

— O que? Não conheço! Alguma quinta?

— Coryntho, o antigo Ephyro...

— Districto de Santarem ou de Coimbra?

— Coryntho, a das gregas bellas.

E cantarolei:

Já lancei ferro em Coryntho...

Effectivamente eu estava namorado da Grecia, n'esse momento, da Grecia transtagana, districto de Portalegre, a trinta leguas de Lisboa. Sob o ceu hellenico do velho municipio romano de Ammaia, ouvia, por antecipação da phantasia sobreexcitada, passar na brisa nocturna as «melodias das flautas, os lamentos das rebecas, os suspiros das violas, as alegrias dos pianos.» O enthusiasmo nem sequer me deixava ver que devia ser muito incommoda essa terra onde hydrophobamente se fazia musica mesmo a deshoras. «A horas mortas, se tudo dorme, haverá ainda quem as sôe.» Hoje, que

olho friamente para estas palavras, até me não parece acciado o *calembour* que está a pedir lenço *d'assoar*, e até se me affigura que seria um verdadeiro inferno a terra onde, quando toda a gente se fosse deitar estafada de tocar piano e flauta, começasse o arvoredo a assobiar, depois da meia noite, a *Senhora Angot*, e a agua da fonte a cantar o *Rei chegou*.

Nada d'isso vi então. Acreditei piamente no estylo do meu amigo Laranjo e nas musicas gregas de Portalegre. Certo é que eu n'esse tempo tinha todos os enthusiasmos romanticos de 1830; era um anachronismo vivo. Quizera entrar definitivamente no *realismo*, e como prova de concurso cheguei a escrever um soneto que fechava assim:

Corpo d'ouro, que a gente só de vel-o
Ficava presa ali de namorada...
Bella! Mas tinha lendeas no cabello

porem os srs. Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo, que tinham já n'essa época o pleno dominio do *realismo* em Portugal, torceram o nariz á minha admissão, exactamente como o sr. dr. Theophilo Braga quando eu lhe enviei os meus papeis de candidato a uma cadeira do Curso Superior de Lettras.

Fôra, portanto, uma tentativa improficua, que só merecera certa deferencia a um poeta da geração moderna, o sr. Mendes de Faria, o qual, em

o n.º 2 do *Civilisador*, jornal da Horta, sem *calembour*, fôra no rastro dos meus passos á procura de inspiração e de cabeças desacciadas :

Catões—rasgando o ventre ensanguentado...

Messalinas—ardendo em loucos zelos...

Corações—de p'ricardio esfarrapado...

Loiras mulheres—com lêndeas nos cabellos.

Ora sendo eu ainda tão lyrico como o sr. Eduardo Vidal, o impenitente, e como o meu amigo Luiz de Campos, o crente, parti cheio de enthusiasmo para a nova Coryntho, muito mais sonora do que a *ilha da harmonia da Pera de Satanaz*.

Na primeira noite que passei em Portalegre esperei anciosamente, em toda a plenitude dos meus devaneios românticos, o momento em que a guitarra de cada D. Juan alemtejano principiasse a suspirar dolentemente sob a janella d'onde a voz fresca e vibrante da mulher amada responderia em notas de apaixonada ternura. Nada! Sahi á procura d'esse enxame de pianos e flautas que, segundo a poetica descripção das *Folhas de Rosa*, porfiariam, n'uma primavera eterna, como rouxiões dos sinceiraes. Nada! Então, desesperado, mergulhado nas trevas da cidade solitaria, invoquei Euterpe e pedi *sol-e-dó*. Nada! Euterpe não se moveu. Mas, decorridos alguns momentos, uma voz rouca e aspera estrugiu nos ares bradando: *Sentinella álerta*. E logo outra voz, com um timbre não menos caserneiro, respondeu: *Álerta está*.

Ó desillusão! ó realismo percuciente!

Reflecti... Podia ser, porem, que a minha chegada marcasse, nos fastos musicaes de Portalegre, a primeira interrupção luctuosa para aquelle povo essencialmente philarmonico. Seria puramente uma delicadesa, pensei eu. Supponho que era Alexandre Dumas pae que dizia que de todos os barulhos o que mais o incommodava era... a musica. Ora bem podia acontecer que eu fosse exactamente como Alexandre Dumas... unicamente n'esse ponto. Talvez que a população sondasse, *palpitasse*, como se diz em Lisboa. Cancei-me a affirmar, em todas as conversações, o meu enthusiasmo pela musica, e puz as minhas esperanças no dia seguinte.

Estava-se no inverno, mas um bello sol, regalado e saudavel, alegrava as paizagens que circumdam a cidade.

—Bem,—disse de mim para comigo—vejamos Coryntho. Deyem espannejar-se alegremente as moças gregas n'este dia remoçador.

E sahi para a rua á procura da Grecia.

Ora as minhas impressões d'essa curiosa *flânerie* podem aferir-se pelas seguintes linhas que peço licença para extractar de um opusculo do sr. dr. Rodrigues de Gusmão, ha muitos annos residente em Portalegre:

«As mulheres vivem *em quasi permanente reclusão*, occupadas no meneio domestico e labores

proprios do sexo, abstendo-se de todo o serviço exterior. Menos activas e laboriosas que as da Beira, são tambem de menor talhe, menos robustas, e sadias que ellas, apresentando, em geral, o temperamento nervoso lymphatico. Os homens participam da ignavia das mulheres, fomentando-a, sem duvida, a riqueza, e fecundidade do sólo, que lhes presta, sem grande trabalho, a alimentação ordinaria.»

Do que se pode e deve inferir que não me foi muito facil, logo aos primeiros passos, verificar, pelo menos com respeito á população feminina, até que ponto era hyperbolica a linguagem do author das *Folhas de Rosa*.

Continuando com o extracto, cujas asseverações são completamente exactas:

«Dá nos olhos, e causa certa estranhesa, a singularidade do trajo das mulheres; havemol-o não só por menos conforme aos sãos preceitos hygienicos, mas por nocivo, de algum modo, aos bons costumes. Sobre uma saia de merino ou orleans preta, vestem mantilha d'esta fazenda, ou de panno da mesma côr, a qual apenas lhes cobre o tronco até o thorax. Vela-lhes as faces um veu de bobinet escuro, que desce, até aos peitos, do rebuço da mantilha, a que está cosido. Alem de funebre, e desairado, é incommodo e desagazalhoso este vestido.»

O leitor, por mais gregamente idealista que seja,

ainda mesmo que se permitta imaginar que o chariz do Carmo é a fonte Pyrene, comprehende que eu não podia acreditar na existencia de gregas de côca, embiocadas em mantilha com veu de bobinet.

A Grecia tinha o culto da belleza physica, por isso esculpturava nuas as suas famosas estatuas. As raparigas de Sparta exercitavam-se na arena com o corpo quasi todo descoberto, e as grandes festas nacionaes, como observa H. Taine, os jogos olympicos e pythicos eram a apothese do corpo nú. A Venus de Milo, que Dumont d'Urville descobriu em 1820 e que hoje está no muzeu de Louvre, não tem côca nem veu. Quando os habitantes da ilha de Cos encommendaram a Praxiteles uma Venus Aphrodite, o grande esculptor apresentou duas, uma vestida, outra nua. Os de Cós ficaram com a primeira, mas os de Gnido compraram a segunda, representada no momento de sahir do banho, e levantaram-lhe expressamente um templo, porque essa bella estatua interpretava melhor que a outra as tendencias artisticas do povo hellenico.

Ora eu, cuja supina ignorancia era proclamada nos jornaes, não ignorava comtudo estes pormenores da historia da arte e, em face d'elles, não podia acreditar de modo algum que estivesse em Coryntho.

O que me quiz parecer é que estava n'um paiz inteiramente desconhecido, inventado por Julio Verne,

porque se á Grecia repugnavam os biôcos, a Portugal tambem, e desde tempos remotos.

Assisadamente pondera o sr. dr. Rodrigues de Gusmão:

«Escreveu o desembargador Duarte Nunes de Leão, que as mulheres de quaesquer mecanicos limpos não sahiam (em seu tempo) embuçadas, sob pena de as ter por infames.»

E com rasão. Ora eu, não podendo examinar as physionomias atravez dos veus de bobinet, perdi de todo a esperança de chegar a ser o Lavater de Portalegre, o que contrariava grandemente os meus instinctos litterarios. Se me fosse licito, como esperava, soccorrer-me da phrenologia, o meu estudo sobre a população portalegrense seria completo. Mas o veu encobria o semblante, e quem podia saber o que estava detraz do veu?!

Timantho, trabalhando no *Sacrificio de Iphigenia*, e não podendo encontrar a expressão que caracterisasse o desespero de um pae, escondeu-lhe a cabeça nas dobras do manto. A população feminina de Portalegre segue, no maior numero, o systema de Timantho.

Estes e outros exemplos são colhidos na historia grega, apesar da minha desillusão, unicamente por deferencia ao author das *Folhas de Rosa*.

Fallando das habitações de Portalegre, prosegue o sr. dr. Gusmão:

«E o mesmo diremos das gelosias empregadas

na mór parte das janellas. Obscurecendo as casas, obstando á livre ventilação, e nutrindo, por outro lado, curiosidades indiscretas, ha muito, que houveram sido, tambem, removidas, se não prevalecesse ainda no povo esta usança arabe, e não fossem menos conhecidos, do que deviam sel-o, os illustrados preceitos de uma prudente hygiene.»

Francamente, nada d'isto é grego.

O povo da Grecia vivia principalmente na rua, ao sol e ao ar, e secundariamente nas suas pequenas casas, cujas paredes eram tão delgadas que os ladrões entravam furando-as. Este povo, que vivia em plena publicidade, permitta-se-nos a phrase, se fosse obrigado a ter gelosias nas janellas, morreria de tristeza ou de desespero. Pois em Portalegre é como se vive, o que não admira, porque a gelosia é a côca da janella, como a côca é a gelosia da *toilette*.

Todas estas ponderações, meditadas com permissão do *Codigo Administrativo*, Saturno implacavel que devorava o meu tempo, acabaram por levar-me á conclusão de que não estava na Grecia, e de que Portalegre nunca poderia ser Coryntho, ainda mesmo que, por amor da symetria e da imitação da natureza, lhe dessem em vez de um braço de mar, dois braços.

Então, apeiado do lyrismo a que me tinha remontado com azas de Icaro, por culpa alheia, comecei a olhar para as coisas mais terrenamente.

Cheguei mesmo a recorrer á estatística que é, ou pelo menos devia ser, o que ha de mais positivo, e averigui que a cidade de Portalegre, em cuja área estão comprehendidas duas freguezias, a da Sé e a de S. Lourenço, contem 7:202 habitantes, sendo 3:298 do sexo masculino e 3:904 do sexo feminino, o que vale o mesmo que dizer que o numero de mulheres excede em 606 almas o numero de homens.

Manda a verdade declarar que estas cifras são generosissimas, porque abrangem um certo numero de pessoas em quem a alma é attributo mais que muito duvidoso.

Dos 7:202 habitantes, apenas 1:672 sabem ler e escrever, o que parecendo uma desgraça é comtudo uma felicidade, porque d'este modo consegue-se que as correspondencias politicas da localidade, contra o governo e a favor do governo, não assoberbem toda a imprensa do paiz, desde o *Campeão das Provincias*, de Aveiro, até ao *Charadista*, da Arruda.

Demonstra a estatística que a população da cidade de Portalegre se dedica especialmente a tres profissões: trabalhadores, fabricantes e criados de servir, a saber, 643 trabalhadores, 610 fabricantes e 475 criados de servir. A propriedade é representada por 185 individuos, e o commercio por 47.

Terra essencialmente agricola, cercada de her-

dades, de pomares, de hortas, como já dissemos, não admira que abundem em Portalegre os trabalhadores e os criados de servir, sendo até certo ponto difficil distinguir uns dos outros, porque estas attribuições confundem-se como quasi sempre acontece na provincia.

A importancia fabril de Portalegre explica a cifra dos fabricantes, já enunciada. Esta importancia, sem embargo de haver atravessado phases de prosperidade e decadencia, é antiga. Diz Coelho da Rocha que: «No reinado de D. Pedro II pretendeu-se animar as fabricas de Portalegre e Covilhã, prohibindo em 1684 o despacho de panos de lã estrangeiros. Porem o tratado chamado de Methuen, de 1703, readmittindo os lanificios inglezes, prejudicou a industria fabril nacional.» ¹

Note-se que Coelho da Rocha escreveu: *readmittindo os lanificios inglezes*. Para se entender esta phrase, devemos dizer que os paizes estrangeiros, especialmente a Flandres e a Inglaterra, mandavam comprar lãs a Portugal para depois nol-as devolverem manufacturadas, facto que despertou a attenção dos governos já no seculo XVI.

«A saida de lãs para fóra do paiz—escreve Rebello da Silva—fôra prohibida desde o reinado de D. João III pelo menos, mas a fraude zombava do preceito e da vigilancia fiscal, e só em Evora

¹ *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação em Portugal.*

se compravam com dinheiro de estrangeiros 8:000 e 9:000 arrobas em poucos dias todos os annos. Os mercados, que antes de se fecharem os portos á sua exportação, as adquiriram por melhores preços eram os de Flandres e de Inglaterra, trazendo-as depois transformadas em pannos finissimos. As fabricas nacionaes de Portalegre, da Covilhã e de Castello de Vide tambem faziam largas encomendas d'ellas para seus artefactos de pannos grossos.» ¹

Como vimos, a fim de evitar este mal, prohibiu-se em 1684 o despacho de pannos de lã estrangeiros, e *prohibiu-se*, porque em 1654, a fim de angariar a amizade da Inglaterra durante a guerra da acclamação, tinha sido permittida a entrada das mercadorias inglezas em Portugal. Esta permissão foi restabelecida pelo tratado de Methuen, e eis aqui a razão por que Coelho da Rocha emprega a palavra *readmittindo*.

Quatro annos depois do tratado de Methuen, a cidade de Portalegre, que meiado o seculo XVII contava tres mil fogos, estava reduzida a mil e oitocentos, tanto a concorrência estrangeira, sobretudo a ingleza, havia ferido os seus interesses fabris.

Entrado o seculo actual accentuava-se de um modo assustador a progressão decrescente da po-

¹ *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal.*

pulação, mas, felizmente, desde que o paiz, restabelecido da guerra civil, pôde cuidar de fortalecer-se pela industria, pelo commercio e pela agricultura, Portalegre reconquistou a sua antiga importancia manufactora.

Hoje funcionam dentro do recinto da cidade nada menos que tres fabricas de lanificios, e uma de preparo de cortiça. Em qualquer d'estas fabricas, homens e mulheres trabalham em commum, o que faz com que a moralidade perca o que a industria interessa.

Muitos dos trabalhadores das fabricas são das mais proximas freguezias ruraes do concelho, e ao fim da tarde, quando as fabricas fecham, enxameam nas estradas as operarias que, escusado seria dizel-o, estão tão longe de recordar a galanteria petulante das *grisettes* francezas, como uma abobora está longe de se parecer com um morango.

IV

Não ha exagero na comparação com que fechamos o capitulo anterior.

A mulher do povo em Portalegre conseguiu perder toda a graça com que a natureza tão largamente dotou o seu sexo. A bellesa feminina do nosso povo tem por limites no polo norte a tricana de Aveiro e a *lavradeira* do Porto e no polo sul a mulher de Portalegre e a saloia de Lisboa. A tricana de Aveiro é morena, alegre, vivaz, espirituosa, um diabrete de olhos negros e tranças da côr dos olhos. A *lavradeira* do Porto é rosada, agil, fresca como um dia de primavera, tem o quer que seja do cheiro dos fenos que caracteriza o campo, e o sorriso das auras purpurinas. Mas a saloia darwiniana, de botas de cano e saia escura, conjunctamente com a mulher de Portalegre, de meias de algo-

dão azul e lenço amarrado á roda da cabeça podem citar-se, sem o menor vislumbre de humorismo, como a antithese viva da lavradeira e da tricana.

Em vão procurareis, em Portalegre, na mulher do povo, a graça, a frescura, o donaire que providencialmente compensam a falta das rendas, das joias, das flores artificiaes com que se aformosenta a mulher das classes superiores, e que levaram Raphael, o Homero da pintura, a enamorar-se de uma padeira, a bella *fornarina*, e Pedro o Grande a coroar imperatriz a formosa e obscura Catharina.

Falta-lhe o sadio colorido, claro e setinoso, de que as papoilas ficam murmurando de inveja quando a camponeza passa pelos caminhos em flor; falta-lhe o andar leve, a passinhos curtos e alegres como o dos canarios; falta-lhe a graça natural dos cabellos, porque os esconde no lenço,—esta poderosa graça que a mulher aristocratica procura conservar tenazmente á força de Godefroi e agua circassiana.

Sem termos pelo pé feminino a admiração esthetica de Fernando Caldeira, o author do *Sapatinho de setim*, e a admiração plastica do Lourenço do Chiado e do Salles da rua da Prata, não desgostamos comtudo de ver que a mulher do povo lhe dá liberdade, soltando-o em toda a brancura da pelle ou da meia de linha, e que a mulher da so-

cidade o reprime dentro da sua pequena botina de dimensões chinesas.

Mas um grande pé, grossamente encadernado em sapatos de cordões e calçado em meia de algodão azul, o que vale o mesmo que dizer pintado de azul, pode ser desculpavel, até pittorescamente característico no almocreve e no recoveiro, mas dá um tom duramente hermaphrodita á mulher que o possui, masculinisa medonhamente o typo da operaria que, d'outro modo, o sr. Eduardo Vidal seria capaz de suppôr debruçada sobre o tear, em cuja teia penduraria uma flor, e cantando uma trova popular de Palmeirim.

A pronunção popular em Portalegre é desgraciosa e viciada principalmente pela anteposição de um *o* á vogal *e*, de modo que não só o povo mas ainda muitas pessoas de classes superiores dizem *moedo* em vez de *medo*, *goedo* em vez de *cedo*, o que faz com que a mulher, operaria ou camponeza, pareça fallar com a bocca cheia de farellos. De modo que, pelo que respeita a pronuncia, não é a portalegrense mais attraente do que pelo trage.

Os homens do povo, em Portalegre, dão-se notavelmente, como observou o sr. dr. Rodrigues de Gusmão, á ociosidade, frequentando por isso as tabernas, especialmente á noite. O popular, cuja indole é naturalmente mansa e respeitosa, torna-se desordeiro e insolente pelo vinho. Anda ordinariamente armado de um cacete, á noite, e

maneira essa arma primitiva sempre que o vinho o arrasta á desordem.

A embriaguez é quasi sempre originada pela quantidade do vinho, não pela qualidade, porque, a não ser o da Ladeira, que é pouco e estimadissimo, os vinhos que se consomem na cidade carecem da força que produz rapidamente as grandes perturbações cerebraes.

A 10 kilometros de Portalegre, para o sul, senhoreando com o seu castello arruinado um largo horisonte, que ao longe se perde em terras de Hespanha, fica a villa de Alegrete, cujo nome parece advir-lhe da formosura da situação.

A noroeste d'esta villa, ha uma porção de terreno pendoado, que medirá aproximadamente tres hectares, e que se denomina *A Ladeira*. O vinho produzido n'esta pequena região tem fama principalmente em Portalegre, onde os vinhos são fracos e delgados, posto que saborosos; cumpre comtudo advertir que não é elle d'uma tal excellencia que possa competir vantajosamente com os de outras localidades do reino. Mas, em relação aos do Alto Alentejo, tem *um quê* de superioridade. Foi por esta circumstancia, decerto, que o padre Carvalho, referindo-se na *Chorographia* á villa de Alegrete, diz que no seu termo se recolhe excellente vinho. Ora como a producção da Ladeira é diminuta, faz a sua mesma escacez augmentar o valor estimativo do producto.

O erudito professor Ferreira Lapa, na *Segunda memoria sobre os processos de vinificação*, escreve que: «A força dos vinhedos de Portalegre carrega pelas encostas do valle de Niza, e sobre a Ladeira que fica a leste da cidade junto a Alegrete, aonde o sr. conde de Avillez tem a sua quinta, e cujos vinhos são dos mais apreciados na localidade.»

Não é exacto o que se refere á quinta do sr. conde d'Avillez, a qual se denomina de *Campos*, e não está situada em Alegrete, mas sim na freguezia de S. Gregorio de Reguengo, ao norte da estrada de Portalegre áquella pittoresca villa, talvez a quatro kilometros de distancia da cidade.

Mas o que é certo é que o vinho da Ladeira mereceu ao conde da Ericeira uma referencia honrosa no *Portugal restaurado*, em commemoração de um facto occorrido no anno de 1662 por occasião da guerra da independencia. Descrevendo uma evolução do exercito de D. João d'Austria, diz o illustrado conde: «Do Crato desfez D. João d'Austria a marcha por Alter-Poderoso, mandou voar o castello, rendeu-se-lhe o Assumar, chegou á vista de Alegrete, que governava La Costé valoroso francez, e mandando-lhe propôr partidos, e fazer ameaças, lhe respondeu generosamente, que sua alteza era testemunha, de como elle lhe havia defendido outras praças; e com graciosa confiança lhe enviou dois frascos de vinho, dizendo-lhe que visse, como eram excellentes os d'aquella praça,

e que se havia defender até a ultima gota d'elle; podendo tanto esta galanteria, que continuou D. João d'Austria a marcha sem lhe fazer dâmnno, e entrou em Onguella, etc.»

Não transcrevo esta passagem por achar original o expediente de que lançou mão La Costé; já em tempo de D. Fernando se havia dado um facto semelhante com Deosadeu Martins, que do alto do castello de Monsão atirou aos castelhanos, para mostrar que sobravam virtualhas dentro da praça, os unicos pães que restavam á guarnição portugueza. Unicamente a traslado porque ella testemunha a fama dos vinhos de Alegrete, entre os quaes tem primazia o da Ladeira.

O sr. dr. Gusmão attribue, como vimos, á feracidade do solo a ignavia peculiar ao homem do povo em Portalegre, mas o rigor do clima quer-nos parecer connivente n'esta enfermidade moral. Os grandes frios prolongam-se demasiadamente, entram pela primavera, e o povo procura combatel-os pelo vinho e pelo fogo. Em todas as casas, pobres ou abastadas, abundam os brazeiros, bacias de latão, onde o azinho arde, adaptadas a caixilhos de madeira. Accresce a circumstancia de que o systema de construir as habitações concorre para augmentar a intensidade do frio. «As casas, diz o sr. dr. Gusmão, são, pela mór parte, de um só andar, e feitas de pedra de má qualidade, e tijollo, que absorvendo facilmente a humi-

dade da atmosphera, muito contribuem para o desenvolvimento de affecções arthriticas e rheumaticas.»

Quando se estende a vista pelos ladrilhos justapostos no pavimento das casas, o frio parece entrar pelos olhos. E todavia em quantas salas ladrilhadas não passeia rapidamente a dança, não redemoinha a walsa, não ondeja a polka, durante noites inteiras! Quando a *soirée* acaba, os que dançaram parece regressarem de uma longa caminhada sobre um terreno argilloso. Felizmente, já em muitas casas os pavimentos de tijollo principiam a ser substituidos pelos de madeira. Folgamos de que assim seja, porque nada ha mais desgracioso do que vêr uma walsista da primeira sociedade fazer rodopiar os seus pequenos pés sobre a brutesa do tijollo, inteirigado e insensivel ao contacto das botinas. Depois toda a gente sabe que o attrito n'um pavimento ladrilhado produz um pó fino e subtil que provoca a tossiculação, e nada mais cruel em verdade do que ver a difficuldade com que, finda a dança, os walsistas procuram vencer os frouxos de tosse, que os acommette, para não prejudicarem o effeito das phrases galantes e dos ademans de salão.

Como na maior parte das terras de provincia, em Portalegre, as poucas *soirées* que se realisam, são freneticamente preenchidas pela musica, pela dança e pela poesia. Mal se extinguem na sala as

notas vibrantes da *malageña* ou da *sigidilla*, da tentadora seguidilha que Deus temperou com as mais apetitosas especiarias

Dios echó en un puchero
—Segun se cuenta—
Mucha flor de romero
Sal e pimienta.
Despues guindilla,
E salió de aquel pisto
La seguidilla,

rompe, de mãos enlaçadas e olhos no tecto, a cadenciada polka, parecendo dizer, como na opereta hespanhola, por entre o rythmo dos seus alegres compassos:

Soy la novia del Lancero,
Soy gentil, la Polka soy,
Y aunque mucho y bien le quiero
De pavor temblando estoy.

Não se dança, apesar da proximidade de Hespanha, a maliciosa redowa,

Bailando Redowa,
Que és baile sin par,
La fina cintura
Se puede abrazar,

mas cultiva-se a walsa, que não é, sob este ponto de vista, menos agradável do que a redowa.

Emquanto Euterpe toma colheres de gelea para adoçar a voz e Terpsichore arqueja sobre o sophá, Polymnia estende o braço direito no ar para recitar a *Judia* de Thomaz Ribeiro, mas, como ha uma grande preocupação politica nos homens e nas damas, acontece ás vezes que, *lapsus linguæ*, a politica se intromette nos recitativos por esta ou outra forma:

Corria brando o anno. O reino era sereno.
Das eleições restava uma aragem subtil.
Thomaz, em plena farda, erguia o rosto ameno,
Quando a Zambezia veio entroviscar abril.

Mas do povo é que nós estavamos fallando...

O traje dos habitantes das freguezias ruraes, especialmente dos mais serranos, como os de S. Julião, faz-se notar pelo seu tom pittoresco. Vendo-os de manta ás costas, pau na mão, com uma especie de avental de pelle de borrego, que desce até aos joelhos apresilhado posteriormente, e meias de lã por fora dos calções, dil-os-hieis pastores da Lapônia fortemente empellicados para resistirem ao inverno polar.

Esta gente das aldeias concorre ordinariamente ao mercado que se realisa na cidade ás quartas-feiras, trazendo a elle magnificas fructas, cereaes, hortaliças, e abundante caça, especialmente perdizes e coelhos.

Nos dois grandes arraiaes da cidade, o da Se-

nhora da Piedade e o de S. Antonio, ambos realizados no Corro, apparece alguma d'esta gente das aldeias, dando á multidão um aspecto variegado, mas é especialmente nos arraiaes politicos, quero dizer nas eleições, que a turba dos serranos vae de monte a monte, caminho da urna, para lançar o *paupele*,—a lista.

O papel! Esta maneira de dizer podia ser graciosamente ironica se não fosse deploravelmente significativa. Com effeito, aquella especie de eleitores não vê na lista mais que um papel, não sabe que da addição d'esses bocados de papel é que sae a representação nacional, a representação nacional que faz e desfaz governos, que discute e approva as leis, que lança impostos, que pede contas aos ministros, que deve exprimir, finalmente, a vontade do paiz, mas que infelizmente não passa de uma ficção constitucional. E sabia-se isto, sabia-se perfeitamente, quando se promulgou a lei eleitoral de 8 de maio de 1878, foi-se offerecer um direito, pelo alargamento do censo, a quem não estava sufficientemente esclarecido, na consciencia e no espirito, para exercel-o! Dar um direito, sem ter previamente dado a justa comprehensão do dever que lhe é relativo, é pôr uma arma perigosa nas mãos de um cego. Nós queremos que o povo usufrua a liberdade que logrou conquistar, não diremos á custa do seu proprio sangue, como falsamente se repete por ahi, porque a Revolução Franceza

foi a origem de toda a liberdade moderna, e o sangue derramado por essa revolução foi principalmente nobre, real; e como queremos a liberdade do povo, não desejamos vel-o privado da faculdade de escolher liberrimamente os interpretes das suas convicções, os advogados dos seus interesses, mas exigimos que essa concessão, a fim de que possa produzir resultados proficuos, seja precedida por um pequeno presente feito pelos poderes publicos ás mais infimas camadas da sociedade,—o presente de um *A, B, C*.

Mas, segundo o nosso modo de vêr, a lei de 8 de maio de 1878 não fez senão augmentar a ficção constitucional, porque, alargando a liberdade de votar, simulando que desejava avançar, retrocedeu até ás eleições indirectas; foi pôr o eleitor inconsciente nas mãos do eleitor astuto e o eleitor indigente nas mãos do eleitor poderoso, de modo que na maior parte dos circulos as eleições dependem unicamente da direcção de quatro ou cinco pessoas influentes.

Alargar amplamente o voto é abandonar a si mesmo um paiz, e isso só se pode fazer quando se tem dado a esse paiz uma educação completa, salutar. Mas o que é notavelmente curioso é que ao mesmo passo que se ampliava o censo se promulgava a reforma da instrucção primaria: por um lado reconhecia-se que o povo estava atrasado, por outro mandava-se avançar.

E de que servem estas phantasmagorias constitucionaes, de que serve dizer-se ao povo — escolhe quem quizeres —, se em todos os tempos e com todos os governos ha deputados da opposição e deputados do governo?!

Quem escreve estas linhas respeitou sempre muito a vontade do povo e por isso mesmo, para que ella possa ser respeitavel, a quer esclarecida. Estreito ou amplo, havia já um direito de votar antes da promulgação da nova lei eleitoral, e por isso, em todos os nossos actos administrativos, procuramos respeitar não só este, mas todos os outros direitos populares.

Permitta-nos o leitor uma ligeira divagação.

O author d'este livro teve a honra de ser eleito procurador á junta geral do districto de Portalegre pelo concelho de Elvas, em 1878. Na acta da quarta sessão ordinaria da junta ¹ lê-se a seguinte proposta apresentada pelo sr. Themudo de Oliveira: «Proponho se consulte o governo sobre a necessidade de recommendar a todos os seus delegados n'este districto completa abstenção nas luctas eleitoraes para não se repetirem os abusos que por alguns d'elles foram commettidos nas ultimas eleições das camaras municipaes e dos procuradores á Junta Geral d'este districto.» Na

¹ *Relatorio apresentado á junta geral do districto de Portalegre na sessão ordinaria de 1878, etc.*—Coimbra, 1878.

undecima sessão da junta discutiu-se esta proposta, e na acta d'esta sessão lê-se o seguinte: «O secretario perguntou ao proponente se s. ex.^a sabia se o administrador effectivo do concelho de Portalegre havia praticado violencias em qualquer d'aquellas eleições. O sr. Themudo de Oliveira declarou que, se soubesse, nenhuma duvida teria em o declarar, mas que não era seu fim referir-se ao administrador do concelho de Portalegre, o qual tomára posse do seu logar poucos dias antes das eleições camararias.» Ora, para que se entenda esta divagação, importa dizer que o secretario da junta e o administrador do concelho de Portalegre eram... o author d'este livro.

Portanto, considerando o author d'este livro que durante o exercicio da sua commissão administrativa recebeu varios desgostos que aborreceram o seu espirito e varios epithetos que dolorosamente empoláram a sua empafia litteraria;

Considerando outrosim que recebeu, durante aquelle praso, tudo quanto podia enojal-o, deixando unicamente de receber o seu ordenado com a pontualidade que seria para desejar e para não morrer á mingua:

Acha da maior justiça o *supracitado author* que no livro das posses dos magistrados administrativos de Portalegre se lance á margem do seu nome a seguinte apostilla *ad perpetuam rei memoriam*: «Emquanto exerceu o cargo, não adoeceu

de cansaço eleitoral, porque se absteve de galopinar.»

Valha-nos ao menos isso.

Sem embargo, no dia em que eu tive a coragem de cavalgar um rucinante tropego para ir visitar uma das escholas ruraes, a da villa de Alegrete, arrostando um frio que não seria para estranhar na Finlândia, e emquanto as flores do caminho, emperladas de neve, pareciam dizer-me: «Pobre D. Quichote da instrucção publica, como tu és ainda crédulo! Toma *punch* e deixa-te d'isso...», uma certa opinião publica commentava, esfregando as mãos ao sol, a partida do administrador Roldão para a primeira campanha eleitoral.

Vade retro, Satanas!

V

Andámos muitos mezes em Portalegre á procura da poesia do povo, sem a podermos encontrar. E todavia, como já dissemos, a proximidade da Hespanha conserva ainda ali, em varias manifestações da vida popular, vivos traços do character mourisco, que, como de todos é conhecido, releva principalmente, em varios pontos do paiz, nos cantares e nas folias das classes inferiores.

N'uma dâs paginas antecedentes, um extracto sobre costumes portalegrenses fez notar o das gelosias nas janellas, que, como o sr. dr. Gusmão observou, é de origem arabe. Em Hespanha o uso das rotulas arreigou-se de tal modo, desde a invasão sarracena, que deu lugar a uma phrase—*hablar á la reja*—, porque é justamente atravez

das gelosias que os namorados trocam as suas doces confidencias...

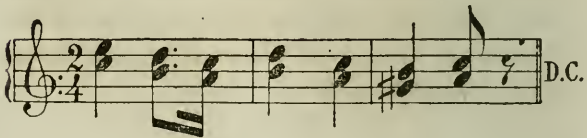
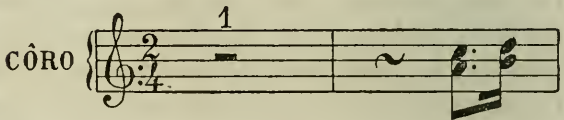
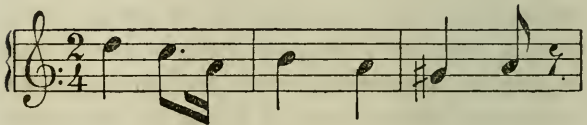
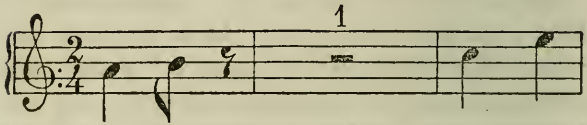
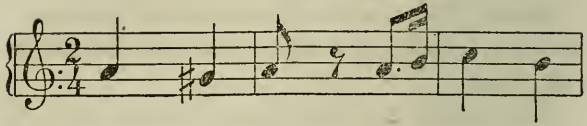
Em povoação que nos fôra annunciada como instinctivamente philarmonica, surpreendeu-nos vivamente o silencio do povo. Estão constantemente a passar por Portalegre ranchos de ciganos que vem de Hespanha, e nem esses, pensavamos nós, ensinavam ao povo as suas canções monotona-mente acompanhadas pelo bater da pandeireta! Muitos mezes durou esta extranhesa no nosso espirito, e chegámos a suppôr que no decurso do tempo se haviam apagado completamente os vestigios da influencia mourisca n'aquellas paragens. D'antes, ha seculos, diziamos de nós para nós, essa influencia era manifesta. João Baptista Venturino, que em 1571 acompanhou a Portugal o cardeal Alexandrino, descreve por este modo as festas com que na cidade de Elvas fôra recebido o cardeal enviado por Pio v em missão diplomatica: «Ao entrar a dita porta, appareceram muitos homens e mulheres do modo que já tinhamos visto em Castella, estando com o cardeal Spinosa. Formavam estes tres corpos de dançarinos. A primeira dança chamada da *Follia*, compunha-se de oito homens vestidos á portugueza, com gaitas e pandeiros accordes, e com guisos nos artelhos, pulavam á roda de um tambor, cantando na sua lingua cantigas de folgar...» Ora como não era esperado nenhum legado do papa, nem o sr. Anselmo Braamcamp,

havia eu perdido de todo a esperança de ver resuscitadas estas folias mouriscas, e era com um certo sentimento de magua que viamos aproximar o mez de junho, o das grandes festas populares, mez que é entre nós o mais cantado e brincado do calendario.

Veio a noite de Santo Antonio, foram descendo sobre a cidade as sombras do crepusculo vespertino, como diria um poeta de ha trinta annos, acendeu-se n'uma ou n'outra rua uma fogueira, cujo estrallejar o rapazio saudava vozeando, mas faltavam as trovas, os bailaricos, as musicatas! Lembremo-nos do Porto, de Lisboa, de outras terras onde já passamos essa noite, ouvindo os cantares do povo, e aborrecidos, tristes, fechamos a janella ao ardente suão, o vento de Hespanha, que parecia requeimar-nos a pelle fustigando-a. Abrimos um livro, qualquer livro, para matarmos o tempo, mais para esquecermos do que para lermos. As horas foram-se arrastando n'aquella triste solidão dos serões da provincia, e a meia noite ia bater. Então, oh! então, pareceu-nos ouvir ao longe um canto monotono, psalmeado; abrimos a janella, escutamos.

Algumas mulheres e alguns homens aproximavam-se cantando n'um tom fradesco, como se rezassem alto, acompanhando-se com pandeiretas n'um rythmo somnolento.

SANTO ANTONIO E S. JOÃO
DE PORTALEGRE



Attentamos o ouvido e, tão cadenciado era o canto, tão pausadamente accentuado, que podémos perceber distinctamente o que cantavam:

Ó meu padre Santo Antonio,
Aqui vos venho pedir .
Salvação p'r'as nossas almas,
Graça para vos servir.

O côro respondia vagarosamente:

Isso sim.
Padre Santo Antonio,
Dae-me o menino
Que tendes ao collo.

Uma voz:

Santo Antonio é bom santo,
Que livrou seu pae da morte;
Livrae-nos a nós, meu santo,
D'esta tentação tão forte.

E depois, perdendo-se a distancia, como na crasta de um mosteiro:

Isso sim.
Cravo almirante,
No ceu e na terra
Sempre estaes brilhante.

Ao principiar o côro com o *isso sim*, que é um dos estribilhos do povo portalegrense, a pandeireta

batia mais fortemente, mas o rythmo nada perdia da sua cadencia melancolica, arrastada.

—São os mouros? perguntei eu.

—Não. São as *alvoradas*, que principiam.

Ah! até que emfim me encontrei com as *alvoradas*! Havia dois annos que me tinham fallado d'essa especie de cantilenas populares, em Pombal, mas nunca as ouvira. Permittam-me um incidente, que levará pouco tempo a contar.

Só em 1877 pude realizar o meu grande, o meu ardente desejo de visitar a Batalha. Tendo de jornadear no verão do Porto para Lisboa, aproveitei a oportunidade para sahir em Pombal. Era o dia 27 de julho. Em Soure uma grande multidão de homens, mulheres e creanças invadiu a estação. Os empregados do caminho de ferro, assarapantados, tiveram que distribuir essa gente por quasi todas as carruagens do comboyo. Uma franca, uma expansiva alegria dominava a multidão, que vestia os seus fatos domingueiros.

—Para onde vão elles? perguntava-se.

—Para uma festa, para uma romaria.

Mas não me diziam que festa era essa. Emfim, o comboyo abalou, e na estação de Pombal começaram a sahir das carruagens os ranchos todos. Foguetes sem conto estrugiam nos ares.

—O que é isto? Mas o que é isto?

—É a romaria de Nossa Senhora do Cardal. A grande festa da terra...

—Ah! bem sei, respondi eu. Sei a historia...

Desgraçado de mim! Por entre a turba-multa que invadia o recinto contiguo á estação, comecei a procurar a diligencia de Leiria, de cujas regularissimas carreiras o sr. João Rei, seu proprietario, havia deitado pregão em todos os jornaes do paiz. Qual diligencia! qual João Rei! Era tudo festa! O *imperador* ia entrar no forno do largo do Cardal, em commemoração do caso dos bolos de D. Maria Fogaça; na egreja havia missa cantada e sermão. O divertimento da tarde, seria a tourada. A hospedaria estava cheia, repleta de romeiros. Fazia um calor *accablant*. Até a sombra das arvores era aproveitada pelos ranchinhos que petiscavam ao ar livre. A diligencia do sr. João Rei só partiria de noite, para conduzir a Leiria as pessoas que tinham ido assistir á tourada.

Condemnado a passar um dia inteiro ao sol, completamente privado de descanso e de alimentos, comecei a protestar contra a arbitraria alteração do horario da carreira de Leiria, em voz alta, com toda a energia do meu desespero e da minha rhetorica.

Entre outras pessoas que se acercavam de mim, chamou particularmente a minha attenção um velho camponez, em cujos labios havia o geito de um sorriso bondoso:

—Ora tenha o senhor paciencia de ficar até á noite, dizia-me elle. Não admira que a diligencia

de Leiria não parta hoje, porque todos querem assistir a esta festa, que é a maior que se faz por estes sitios. De ao pé de Leiria sou eu, das Cortes, e, querendo Deus, hei de ir para casa por essa noite adeante...

—Mas, homem, se eu não tenho onde estar!

—O commodo pouco é; respondeu o velho, mas um dia aonde quer se passa. Quanto a petisqueira, tem o senhor o meu farnel. E olhe que não ha de perder nada assistindo á festa do Cardal. Grande festa! Mas já não parece o que era!... Agora ainda entra no forno um homem que, de cravo mettido na bocca, dá tres voltas por entre as chammassas sem se queimar; sae a procissão e ha tourada, mas já se não fazem as encamisadas nem se cantam as alvoradas. Ah! que linda coisa eram as alvoradas!...

—Mas onde pára esse sr. João Rei, o dono da diligencia? perguntava eu voltado para um grupo.

Entretanto um outro camponez offerecia vinho, por uma caneca das Caldas, ao loquaz historiador das festas do Cardal. «É para molhares a palavra» disse-lhe jovialmente. O velhote poz a caneca á bocca, que depois limpou com as costas da mão; e tornou, com o seu bondoso sorriso, cheio de vontade de fallar:

—Ora eu lhe digo o que eram as *alvoradas*...

N'este comenos vieram dizer-me que o sr. João Rei estava na estação telegraphica. Larguei ao

seu encontro. Acho-o na estação, como disseram. Exponho-lhe a questão: Confiando na seriedade dos seus annuncios, acabo de chegar a Pombal, certo de que, á hora annunciada, acharia diligencia para Leiria. Mas sou informado de que a diligencia só parte á noite. Não posso esperar. Não tenho hospedaria, não ha quartos, não ha que comer. Esperava que o sr. João Rei procuraria salvar os seus bons creditos cumprindo o seu dever, e dispensando-me de ir queixar-me á competente authoridade administrativa...

Este discurso commoveu o sr. João Rei, que me assegurou que ia immediatamente mandar preparar um trem, que me fosse levar a Leiria. Entretanto, para que eu pudesse esperar mais commodamente, offerecia-me, com a devida authorisação, a casa da estação telegraphica.

Acceitei o offerecimento, e se este livro chegar á mão do estimabilissimo chefe da estação telegraphica, ha de elle decerto recordar-se ainda dos obsequios que me dispensou, e que a minha gratidão de novo lhe agradece.

Emquanto se preparava o trem, sentei-me a uma das janellas da estação a vêr o arraial. N'isto vejo aproximar-se o velho palreiro, que trata de saber se parto ou se fico. Informo-o do que se passou.

—Bem, replica elle. Visto que está já descansado, vou dizer-lhe o que eram as alvoradas...

Uma girandola de foguetes annunciou que ia sair a proeissão da fogaça, caminho do forno. Houve um grande murmurio e um grande rebo-lição no arraial. Effectivamente já apparecia ao longe a charola, quando o sr. Rei me veio dizer que o trem estava prompto.

Mas primeiro que o trem largasse, foi um dia de juizo. O cocheiro, que já havia comprado bilhete para a tourada, estava desesperado; agora compunha os arreios a um dos cavallo, depois ia compôr ou fingia compôr os do outro; carregava o cachimbo; espreitava o eixo da carruagem dando-me a entender que não tinha confiança n'elle e que eu faria muito melhor não me arriscando a um perigo certo...

Eu entendia-o e, para dizer a verdade, tinha pena do pobre rapaz.

N'isto apparece-me de novo o velhote, que me diz á portinhola da carruagem:

—Então ha de ir-se embora sem saber o que eram as alvoradas?!...

O cocheiro resolvera-se, finalmente, a partir, e fustigára os cavallo.

Acenei ao velho, que ficára triste, no meio d'aquella festa toda, por não me haver dito o que eram as alvoradas...

Este incidente, que não deixou de vir a proposito, é um dos mil episodios que, para mim, tornam deliciosas as jornadas. Gosto tanto de viajar

no meu paiz, que chego a achar um certo prazer no que se soffre viajando. Enthusiasmam-me, é certo, os livros dos escriptores que percorreram o mundo, que foram á Asia, á Africa, que viram a Europa toda. Enthusiasmam-me os livros, mas não tenho inveja aos authores. Eu gosto principalmente de viajar no meu paiz, quizera, se isso fosse possível, visitar todas as aldêas, por mais remotas e sertanejas que fossem; gosto de conhecer as tradições locaes, de conversar com os camponezes ao serão; de procurar os pontos de vista; não me esquivo ao incommodo de subir ao topo d'um monte, de atravessar uma serra cavalgando n'um burrinho;—mas quero que me cubra o ceu portuguez, o ceu sob o qual eu nasci e amei e espero morrer; quero ouvir fallar a minha doce lingua, vêr os monumentos da minha patria, sentar-me melancolico, ao fim da tarde, á beira de um caminho ou de um rio, podendo comtudo dizer á minha alma que não está só, que estou na minha terra, em Portugal...

As alvoradas de que o velhote de Pombal me fallava, ou de que me queria fallar, fui, sem o esperar, ouvil-as a Portalegre, na vespera de Santo Antonio. É claro que as trovas não podiam ser as mesmas; mas trata-se simplesmente do costume e provavelmente do rythmo. *Alvoradas*, porque se cantavam outr'ora quando alvorecia e porque ainda se cantam hoje depois da meia noite. Em Porta-

legre ou em Pombal, a monotona cadencia do canto denuncia a commum origem mourisca; e digo em Pombal, porque, o que o bom velho ignorava, se eu não conhecia a musica, conhecia a lettra das antigas *alvoradas* do Cardal, que deixa adivinhar o que seria a musica:

Vindas são as alvoradas.

É levada Alva.

Que são da Virgem sagrada.

É levada Alva.

Rainha do ceu sagrada.

É levada Alva.

Sois dos anjos coroadas.

É levada Alva.

Parece que está a gente a ouvir o arrastado das vozes, ao som profundamente compassado das pandeiretas, como em Portalegre...

O dr. Laranjo teria sido muito mais justo se houvesse dito que Portalegre se permite uma só vez no anno as festas, as serenatas, as musicas, que elle tão poeticamente descreveu.

A julgar pela noite de Santo Antonio, ninguem ha de suspeitar que isso possa acontecer uma só vez que seja, mas o que é certo é que acontece todos os annos uma unica vez—na vespera de S. João.

É realmente uma noite de completa, de geral alegria. Alegra-se e perfuma-se a cidade, com um sem numero de fogueiras; perfuma-se, porque é rosma-

ninho o que se queima. Estará na ultima desgraça quem não comprar o seu feixesinho de rosmaninho. Desde o principio da tarde que o rapazio chega dos campos com os feixes ás costas. Á noite é fogueira aqui, fogueira ali, fogueiras por toda a parte. Cascatas, altares, musicatas, ranchos de pessoas; mas, quando se trata de cantar, o mesmo rythmo somnolento, as mesmas pandeiretas e o mesmo estribilho.

D'onde vindes, S. João;
Que vindes tão orvalhado?
Venho de baptisar Christo;
Tambem venho baptisado.

Isso sim.
Santo de virtude,
A quem vos festeja
Dae-lhe vós saude.

S. João, cabello louro,
Penteado no deserto.
Nunca vi rapaz tão novo
Amar com tanto affecto!

Isso sim,
Ó mais isso não.
Ora viva
O senhor S. João!

Oh! que lindo baptisado
Se fez no rio Jordão!
S. João baptizou Christo,
Christ baptizou João!

Isso sim.

Já vos não adoram!
Os ricos não querem,
Os pobres já choram.

Na noite de S. João
Tudo respira alegria.
São tudo festas e bailes,
Ninguém dorme até ao dia.

Isso sim.

Ó mais isso não.
Foi-se o santo Antonio,
Vem o S. João.

Mas ao menos que n'esta noite as musicatas abafam as pandeiretas; os cantares mouriscos são vencidos pelo estrondear das philarmonicas, que vão lançando ás brisas da noite as notas festivas das operetas da Trindade, ou os hymnos politicos da terra.

Quem de longe vir a cidade hade julgar que a mandára incendiar algum Nero progressista ou regenerador, por despeitos eleitoraes. Um enorme clarão purpurea o ar. São as fogueiras. E por muito grande que seja nos actos eleitoraes o auto de fé das listas,—uma especie de fogachos do S. João antigamente assoprados pelo artigo 77.º e agora pelo artigo 316.º do *Codigo Administrativo*,—fica a perder de vista comparado com as luzernas d'essa noite festiva!

Em algumas herdades dos arrabaldes levanta-se d'entre a côma das arvores, como um leque de fogo, ondulante e por vezes lentejoulado de faiscas, a chamma do rosmaninho. Lembro-me de que uma fogueira enorme, accesa no adro do antigo convento de Santo Antonio, dava, por vezes, á vegetação da encosta umas scintillações phantasticas, cujos tons eram tão variados como o podem ser os dos fogos de Bengala.

Tudo são festas, expansões de alegria popular, e, como nas terras do norte do paiz, não faltam as superstições peculiares a essa noite fatidica; uma d'essas superstições consiste em passar as creanças rendidas pelo tronco de uma arvore para que fiquem—e diz o povo que ficam—completamente curadas.

Tive pena de, sobre a madrugada, fechar a minha janella aos encantos d'essa noite para mim tão extraordinaria que nem siquer ouvi fallar em politica em toda ella. Milagre de S. João, por força! Não houve vivas, nem morras, nem disputas. Eu estava admirado e consenti que o santo Precursor fosse enthronisado, no altar de familia, sobre o meu velho *Código Administrativo*.

E, armado o throno, apostrophei o grande santo por est'arte:

«Maria, a pura, a immaculada Maria, tem a serpente aos pés; o anjo Miguel comprime com as plantas mimosas o diabo feito homem,

mas tu, ó divino Precursor, não és menos admiravel para mim n'esta hora: com os teus pésinhos rósados esmaga-me bem esse monstro, segura-o com o teu calcanhar poderoso, para que elle não venha fazer-me cahir em tentação, livrame, ó milagroso santo, dos seus artigos e das suas annotações se queres ganhar uma cabeça de cêra.»

Duas horas depois cahia um morrão sobre o altar, quero dizer, sobre o *Codigo*. Tive a esperanza de o vêr arder. Mas o fogo, que outr'ora se comprazia em devorar as cidades devassas como Gomorrha, e em consumir, nos autos de fé, os livros impios, teve nojo d'aquelle e não lhe pegou.

V I

No fim de maio, quando as primeiras calmas do estio vem queimar as ultimas flores da primavera, uma colonia de beirões desce das montanhas nataes e invade a provincia do Alemtejo em demanda do trabalho das ceifas. Entram pelo districto de Portalegre, para se espalharem pelos campos trans-taganos, cinco ou seis mil ceifeiros, a que se dá o nome de *ratinhos*, e que' passam em caravanas numerosas, atravez das povoações, caminhando ao som de uma flauta rustica, como quem vae para uma romagem, para um bailarico, para qualquér festa emfim. Ah! ninguem ha de dizer ao vel-os que é o proletariado que vae ali, o proletariado vestido de saragoça, cheio de pó e de sol, o proletariado condemnado ao mais arduo trabalho a que o corpo do homem pode affoutar-se, o trabalho

sob as grandes calmas, em pleno campo, com uma bilha d'agua ao pé, o que realisa para os ceifeiros, no deserto dos trigaes, a fonte miraculosa com que a Providencia soccorreu Ismael; tendo á noite para dormir uma cama de restolho, como um soldado no acampamento, e ao lado, como uma arma, prompta para ceifar aos primeiros clarões da madrugada, a foice inseparavel. Impressiona vel-os passar, com a sua pequena trouxa de fato sobbraçada, com a sua cabaça a tiracollo e a colher de pau atravessada na fita do chapéu, para a romagem annual do trabalho, alegres, cheios de confiança no regresso, como se lhes não annuviasse o espirito a menor sombra de saudade pelas suas montanhas, pela sua cabana, pela sua familia, sem se lembrarem sequer de que o sol da canicula pode prostrar alguns d'elles e deixal-os estendidos no campo como se um incendio os houvera abrasado.

Um academico illustre escrevia no principio d'este seculo ¹ ácerca das emigrações dos ceifeiros da Beira:

«Segundo minha lembrança, e as informações, que tenho procurado, direi, sem fallar de mais exemplos, que em 1782, e em outros annos antecedentes, foi o verão tão fatal aos ceifões do

¹ Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira, natural da freguezia de Ribeira de Niza, concelho de Portalegre, no tomo 5.º das *Memorias economicas da Academia*.

Alentejo, que em Elvas houve dia de trazerem para a cidade vinte e mais ceifões mortos pelo campo no trabalho da ceifa, suffocados pelo nimio calor, e ardor do sol. Em 1782 tenho tambem lembrança de que na comarca de Portalegre morreram alguns ceifões pelos rostolhos; porém muito menos, que na comarca de Elvas; e a rasão de differença procede, sem duvida, de que a comarca de Portalegre é muito povoada de arvoredos dos matts e soutos, que tempéra o ar, e dá sombra ao ceifão, para se poder abrigar do sol: ao mesmo tempo, que a comarca de Elvas é campina rasa, e quasi sem arvores. Ha memoria em Elvas, de que n'um anno morreram n'aquella comarca mais de 400 ceifões pelos rostolhos suffocados com o calor. As providencias, que em tal caso se deram em Elvas, foi o mandar a camara, que ninguem podesse trabalhar na ceifa, senão desde o aclarar da manhã até duas horas depois do sol nascido: e de tarde só depois que o sol ia declinando, até quando quizessem da noite. Os lavradores por sua parte davam aos ratinhos de tarde, antes de começar no trabalho, vinagre com alhos pizados e pimentão, de mistura com azeite e pão molhado em agua, em maior quantidade do que o costume: e no que os ceifões experimentavam refrigerio contra o calor. Esta parece ser a origem e causa das celebres e boas migas frias, que se dão n'aquella provincia, por merenda aos ceifões; e a

que chamam gaspacho, ou caspacho. Para as fazer, corta-se o pão em fatias delgadas, que juntas n'uma plangana se molham bem com agua fria; pizam-se bem os alhos n'um gral com algum sal, botam-se no vinagre conveniente com azeite e pimentão, fazendo de tudo um mólho, pelo qual se passam as fatias molhadas, depois de escorridas, e o restante do mólho bate-se sobre as fatias, que então se comem.»

Pois elles, os pobres ceifeiros, vão, animados pela sua flauta campesina, contentes como se caminhassem para um banquete, onde nem siquer lembrasse o caspacho alemtejano, as grosseiras migas frias, que ao mesmo passo matam a fome e a sede. Pensam certamente em que hão de voltar á sua Beira, sadios como de lá saíram, com um peculio de algumas moedas, com um chaile para a mulher, que é o *chic* dos ceifeiros, e... com a foice que lhes ha de servir para as ceifas futuras. As febres dos climas sezonaticos, tão vulgares no Alemtejo, as terriveis calmas do estio, o cansaço produzido pelo trabalho, as noites dormidas ao relento, nada d'isso parece lembrar-lhes ou, se lhes lembra, sentem pelo trabalho a mesma embriaguez que o soldado sente pela victoria. Entregam-se ao sol com a firmeza tranquilla com que o marinheiro se confia ao mar. E justamente na estação em que os mimosos da fortuna procuram, para veraneiar, as avenidas sombrias das

grandes quintas de recreio, a visinhança dos lagos e das fontes, os *chalets* graciosos construídos á beira-mar, justamente na estação em que os opulentos fogem do sol como d'um incendio, e substituem as flanellas e as martas pelos frescos fatos de linho e alpaca, elles, os *ratinhos* da Beira, com as suas asperas calças de saragoça a arranharem a pelle, arremessam-se contra o sol, cantando, de foice em punho, e sorrindo á morte.

Na ethnographia do Alemtejo, os *ratinhos* das ceifas fazem um notavel contraste com os ciganos, tão frequentes n'esta provincia.

Uns são a caravana do trabalho; os outros a caravana da ociosidade. Uns passam nos caminhos cantando, porque na serena consciencia do trabalhador ha a musica do bem, que se traduz em cantares; os outros jornadeam silenciosos, escondem-se pelos atalhos, para que lhes não tome o passo o lavrador a quem, na passagem, foram roubando a égua que costumava leval-o ao pomar e á feira.

Uns procuram a sombra para acampar n'esses pittorescos arraiaes em que a tribu nómada se estende indolentemente sobre a herva em derredor da fogueira onde o caldeirão fumea; chamam-se os *ciganos*, palavra que põe em sobresalto uma povoação inteira; os outros procuram o sol para se expôr a elle, para o aguentarem trabalhando, longe da mulher e dos filhos, por amor dos quaes

estão ali, suando, ceifando, e chamam-se os *ratinhos*, talvez porque teem de passar atravez das searas roendo-as com a sua foice.

Quando se avistam os ciganos, fecham-se todas as portas, os lavradores mandam trancar os curraes e prender a égua: sente-se que se aproxima o exercito da rapina e do ardil, a que ninguem quer dar hospitalidade.

Mas, quando passam os *ratinhos*, abrem-se as janellas para vel-os, a gente do povo lança sobre elles palavras de benção, unge-os, para assim dizer, com a sua sympathia, com o seu affecto, e os que os não lastimam e abençoam com palavras, sentem espontaneamente perpassar no espirito este doce pensamento: «*Deus os ajude!*»

No diminutivo por que são conhecidos ha, como em todos os diminutivos, uma certa benevolencia carinhosa; um estranho, que pela primeira vez o ouve pronunciar, e que desconhece inteiramente os costumes do Alemtejo, sente-se predisposto á compaixão quando lhe annunciam essas caravanas de ceifeiros que se aproximam, como um enxame que passa zumbindo.

Os que ficam contratados nos campos do concelho de Portalegre, são de certo os mais felizes de todos elles, os que menos devem de sentir a differença do clima, e os ardores do sol. Pertencendo grande parte dos ceifeiros ao districto de Castello Branco, e sendo a cidade de Portalegre

uma suave transição das montanhas das duas Beiras para as aridas charnecas do Alentejo, a amenidade das serras, o aspecto risonho dos campos, a riqueza pomposa da vegetação devem enganar-lhes os olhos, e o coração nas horas de mais intima saudade.

D. Frei Amador Arraes, que foi, como já dissémos, terceiro bispo de Portalegre, parece que escreveu encostado ao peitoril das janellas do seu paço então recentemente construido, com os olhos no valle e na montanha fronteiros, estas palavras dos *Dialogos*: «É a serra de Portalegre uma das melhores da Luzitania do seu tamanho, em que parece estremar-se a natureza na fresquidão de arvoredos a muitos prados, e diversidade de boas fructas, suavidade de ares aprasiveis, que correndo entre flores, e hervas cheirosas sopram mui suavemente ruido musico, e soidoso de varias plantas, multidão de claras fontes, doces, e frias aguas.» Além do que, a gigantesca serra da Estrella, *Hermínus major*, vem acompanhando os ceifeiros da Beira, como a protegê-los e a animá-los, até á cidade de Portalegre.

«É esta serra, diz o padre Carvalho, referindo-se á de Portalegre, ramo da da Estrella, e por entre nevados rochedos vae delineando seus giros, e sem divisão vem parar pela direitura do norte até ao lesueste.»

É grato caminhar em companhia de um amigo,

e a serra da Estrella é para elles um amigo, ou mais ainda, é um berço.

Em Portalegre, despede o Herminio os ceifeiros que vão para o sul do Alemtejo, os que se aventuram á charneca, e parece dizer-lhes: «Os laranjaes cheirosos, os castinçaes sombrios, o arvoredado gentil e copado não passam d'aqui: ficam a fazer-me cortejo. A terra que sombrêa o horisonte é a charneca, triste e vasta, povoada de onde a onde de oliveiras solitarias, tão tristes como ella. Até aqui tivestes o sorriso da natureza; d'aqui para deante tereis a campina melancholica do Alemtejo, a grande linha recta que parece um deserto africano. Mas, ó trabalhadores cosmopolitas, precisaes de repartir-vos em caravanas, e não deve faltar a coragem a quem nasceu entre os meus pincaros, irmão das aguias e de Viriato.»

Animados por esta voz amiga, cheia de auctoridade para elles, os ceifões da Beira vão em demanda das searas onde teem de viver dois mezes entre o restolho, como se em verdade elles fossem uns *ratinhos* do campo, que se escondem entre as messes para viver!

Pois ide, e que Deus vá convosco, que vos centuple as forças para resistirdes ao trabalho, que vos depare bom jornal, lavrador bizarro, e zeloso capataz. «Para o Alemtejo, diz ainda o academico já citado, vão fazer as ceifas muitos homens das nossas provincias do norte, armados

já com suas fources, e formados em camaradas com seus capatazes, a quem elles chamam reis; e que são os que buscam o trabalho, e ajustam o jornal. E vão muitos mil homens para aquella provincia, na qual são conhecidos pelo nome de *ratinhos*; e só fazem o trabalho de ceifa, retirando-se logo depois: e todos os mais trabalhos de colheita se fazem com homens da terra.»

Sobre o tratamento que lhes dá o lavrador, continúa: «No Alemtejo costuma o lavrador dar de comer a seus ceifeiros, e mais trabalhadores da colheita do pão, e dá-lhes de comer quatro vezes por dia, a saber: almoço, jantar, merenda, e ceia: e fóra d'isso paga-lhes seu jornal.»

No principio d'este seculo, em 1802, o jornal dos ceifões era de 300 réis: no decurso de setenta e seis annos augmentou cem réis: hoje é ordinariamente de cruzado.

Teem melhorado consideravelmente, na successão dos tempos, os salarios de quasi todas as classes sociaes: mas a geração dos ceifeiros teve de esperar mais de setenta annos para conquistar o direito de receber mais um tostão em jornal.

Emquanto os operarios trabalham, ao abrigo do sol e da chuva, nas vastas salas das fabricas e no socego das officinas; emquanto os artistas vão ao domingo tomar sol, por divertimento, por prazer, ás hortas e pomares dos arrabaldes, os *ratinhos* das ceifas, trabalhando em pleno campo,

passando dias successivos sob os ardores das grandes calmas, estão privados d'esse salutar pas-satempo domingueiro que o povo goza no estio; o de sair para os campos, o de apanhar sol voluntariamente para ir procurar uma boa sombra.

Os *ratinhos* estão, para assim dizer, queimados; e por isso mesmo que já não sentem a forte impressão do sol, não lhes pede o corpo o suave refrigerio de descansar á hora da sesta sob uma bella arvore frondosa.

O sol que era para Copernico o facho do mundo e para Theon o coração do universo; o sol que tudo anima e alegra, que vivifica as plantas, que desentorpece os velhos, que sorri aos docentes, o sol requeima os ceifeiros a ponto de matal-os algumas vezes, como aconteceu em 1782, e converte-se para aquelles homens, que bem se podem chamar de ferro, n'uma forja que ou os abrasa mortalmente ou pelo menos os reduz a uma especie de carvão humano de que sae o duro trabalho das ceifas como da hulha ou da anthracita sae o vapor de agua que produz o movimento.

Mas nem por isso deves ser maldito, ó sol! Não! Pois que tu, que reanimas a flor, que é tudo o que ha de mais delicado na terra, refundes para assim dizer o homem, preparando-o para o trabalho, que é tudo o que ha de mais forte no mundo!

Abençoado sejas!

VII

Vamos, n'um pulo, ver duas povoações do districto igualmente celebres pela formosura da situação e pelas tradições historicas:—Castello de Vide e Marvão.

Deixemos o nosso *Codigo administrativo* em férias por alguns dias, poucos, infelizmente, e vamos por essa estrada fóra em plena liberdade de *touriste*, mercê que julgavamos então muito mais difficil de obter do que o habito de S. Thiago. Pinheiro Chagas havia-nos encarregado de escrever para o *Diccionario popular*, de que é director, o artigo relativo a Castello de Vide; tomando por base os rapidos apontamentos que lhe enviamos então, escrevamos meia duzia de paginas sobre essa povoação que tanto nos encantou, e onde passeamos alegremente, sob um bello sol de inverno,

a nossa breve ociosidade, porque a ociosidade tem sido sempre para nós, desde os dezoito annos, uma especie de meteóro tão fascinante como fugaz...

Posta sobre um monte que pertence á grande serra de Portalegre, a villa de Castello de Vide dista da cidade d'aquelle nome pouco mais de 10 kilometros, para nor-nordeste. A casaria da villa, que desce pela encosta, é sobranceada pelo ruinoso castello que uns authores julgam fundado pelos romanos, outros pelo rei D. Diniz, e outros, finalmente, apenas reedificado por este mesmo rei. Mas a seguinte inscripção, superior á porta do castello, lança muita luz no assumpto:

Em nome de Deus amen.

Éra de mil ccclxv

annos *se fez* este

castelo. Éra senhor

o mui nobre rei don

Afonso de
Pu

rtugal filho do

mui nobre rei D. Doniz

Como se vê, a inscripção está datada da pacificação de Hespanha por Augusto; e, como se sabe, o anno 1365 de Cesar corresponde ao de Christo de 1327, segundo do reinado de Affonso iv.

Desde as ultimas casas da encosta começa a

descer a vegetação, que é abundante e formosa, o que poucas vezes succede no Alemtejo, até que se interrompe no valle cortado pela estrada que de Portalegre conduz a Castello de Vide, e que é moderna. Fronteiro ao monte de Castello de Vide, ergue-se, do lado opposto do valle, outro monte bellamente escarpado, phantasticamente contornado de grandes massas de pedra, que parecem suspensas por encantamento. Entre esses formosos penhascos alveja o santuario de Nossa Senhora da Penha, que mais parece fabricado pelas aguias da serra que por homens piedosos. Delicioso quadro, em verdade!

Ácerca da etymologia de Castello de Vide, são discordes as opiniões. Querem uns que seja corrupção de *villa que divide*, por estar proxima da raia castelhana, mas não tão proxima que, a nosso ver, possa justificar-se a opinião. Outros explicam-n'a pela existencia de uma vide, que é tradição haver sido plantada á porta do castello logo depois de edificado. Incliamo-nos para este alvitre, mesmo porque no brazão de armas da villa figura um castello engrinaldadô por uma vide.

Castello de Vide, como quasi todas as povoações de Portugal, especialmente as do Alemtejo, foi theatro de antigas pelepas: alli disputaram pela força das armas os dois irmãos D. Affonso e D. Diniz, porque o infante queria amuralhar a povoação e o rei não lh'o permittia.

Os hespanhoes occuparam a praça em 1704, e destruíram-n'a; seis annos depois foram reconstruidas as fortificações.

Castello de Vide, comquanto seja uma pequena villa, tem o alegre aspecto de uma cidadesinha moderna, principalmente observada de ponto d'onde se não vejam as ruínas do castello antigo. No sitio mais plano da povoação corre um *boulevard* ladeado de renques de arvores, a meio do qual se eleva a estatua de D. Pedro v, inaugurada solemneamente a 29 de setembro de 1873. Pois que! Uma villa alemtejana, posta no topo de um monte, e d'elle pendurada como um ninho de aguias, pôderealisar a aspiração de erigir um monumento, escrever tão gentilmente na pedra o poema da sua dedicação por um rei amado! Milagres da saudade, quando é pura e fervente. D. Pedro v visitára aquella villa a 7 de outubro de 1861. Viram-n'o todos os habitantes, adoraram-n'o, e quando lá chegou a noticia de que havia morrido, todos elles choraram: as lagrimas, ao avêssô do que aconteceu com as flores de Santa Izabel, converteram-se em oiro, e o monumento appareceu. O asylo de cegos de ambos os sexos, instituido pelo bacharel João Diogo Juzarte de Sequeira Sameiro, em cuja familia a cegueira era patrimonio, faz realmente esquecer, pela boa ordem, pelo accio, pela largueza com que se acha organizado, que esteja situado n'uma simples villa perdida entre serras. O hos-

pital da Misericórdia é tão completo quanto se póde desejar: nem mesmo lhe falta o arsenal cirurgico que na maior parte das villas está reduzido unicamente á carteira do facultativo da localidade. A egreja matriz, da invocação de Santa Maria da Deveza, é tão ampla que mais parece destinada a conter a população de uma cidade que os habitantes de uma villa. A pequena distancia da povoação, a magnifica granja do sr. Lecoq mais se affigura um *jardim de acclimação* dos mais preciosos exemplares botanicos, um grande viveiro custeado pelo estado n'uma bella cidade como Harlem ou Gand, que uma simples propriedade particular plantada e dirigida por um só homem.

O *Prado*—denominação da famosa propriedade—espraia-se e dilata-se em toda a extensão e largura d'um fresco valle, de vertente a vertente. Na campina alternam-se, n'uma variedade infinita, as mais subteis *nuances* da verdura das plantações. Em torno da casa de residencia, que fica a um lado, conjunctamente com as dependencias agricolas—lagar de vinho com machina de pizar a uva e lagar de azeite a vapor com prensa hydraulica,—arvores e flores. Floria, quando alli fomos, um canteiro de dhalias, do mais caprichoso, do mais bello colorido. Do lado opposto, a matta, cedros do Libano, araucarias do Brazil, clyptomerias do Japão, eucalyptos de vinte e cinco metros de altura. Uma longa avenida, ladeada por

longas filas de arvores magestosas e alastrada de folhas soltas, corre ao longo do prado, como n'um velho parque fidalgo, onde só falta o castello feudal, porque nem sequer esqueceu o lago...

Por tudo quanto havemos dito, e ainda mais por tudo quanto deixamos de dizer, tem Castello de Vide o character de uma galante cidadesinha moderna, alegre, generosa e adiantada. Mas se ainda faltasse alguma coisa para nobilitar qualquer cidade, acudiriam em barda as memorias historicas dos varões illustres que ligaram o sen nome á povoação. Ali nasceu, a 12 de julho de 1780, o grande estadista José Xavier Mousinho da Silveira, aquelle homem eminente que dos rochedos dos Açores inaugurou com a sua penna de legislador a memoranda epocha da revolução liberal que o successo das armas havia de consolidar depois;—aquelle espirito luminoso e amplo que se arremessava, cheio de fé, a passos largos, para um futuro de liberdade que importava conquistar e que elle, caminhando sempre, apontava aos futuros heroes do Mindello, aos bravos soldados do duque de Bragança;—aquelle gigante dictador que mettia uma alavanca de papel ás velhas instituições e que com um só decreto conseguia fazer o que muitos exercitos não chegam a realisar algumas vezes.

Mousinho vibrou a sua poderosa ácha dictatorial contra um grande numero de barreiras que

entrincheiravam o caminho á revolução liberal. Aboliu os dizimos ecclesiasticos e os direitos senhoriaes, separou as funcções judiciais das funcções administrativas, proscreeu a hereditariedade dos empregos publicos, organisou os tribunaes de justiça em harmonia com a Carta, extinguiu as milicias e as ordenanças, ampliou a liberdade de ensino, sob certas restricções rasoaveis, observa Herculano, *mas sem os empeços que em França, mesmo depois da revolução de julho, ninguém ousára despedaçar*; secularisou alguns conventos, preparando assim a secularisação total que se deveria ter feito gradualmente para ser menos cruel; deu o primeiro golpe na extincção dos morgados, supprimindo os vinculos inferiores a um rendimento fixado na lei; limitou o imposto chamado da sisa e acabou com os monopolios do sabão e da venda do vinho do Porto no estrangeiro; adoptou, finalmente, o systema administrativo francez, o que foi, todavia, segundo o claro juizo de Herculano, um erro pratico e um contra-senso politico.

Que admira, porem, que um estadista, por mais extraordinario que seja, erre uma ou outra vez quando tem de abranger complexamente, com um só lance de olhos, todas as reformas politicas e todas as reformas economicas de um paiz? Em administração publica, como no campo de batalha, sempre se perdem alguns tiros, mas a questão está em que se aproveitem as grandes descargas e as grandes refregas.

Como todos os reformadores, Mousinho da Silveira fôï duramente atacado, violentamente aggreddido. Mas que lhe importava a elle que o ferissem no calcanhar? A posteridade havia de ir em romagem ao seu tumulo ungir-lhe piedosamente a ferida ligeira com os balsamos das maiores devoções populares. Lapidaram o obreiro, mas os alicerces da obra ficaram lançados para todo o sempre. E os proprios filhos dos que o apedrejaram carregaram materiaes, passados annos, para a continuação do gigantesco edificio. O futuro vingou-o e glorificou-o.

Tendo-se feito notar como estadista e como reformador n'uma época de profunda, de immensa agitação, vivendo em lucta aberta durante longo tempo, combatendo sem batalhar, o que não é de certo menos penoso, era bem natural que a necessidade de repouso, que o desejo de descansar o assaltasse em meio das suas recordações gloriosas. Alternando os ultimos annos de existencia em França e Portugal, vivendo na tranquillidade da consciencia e da familia, enfasiado dos homens para quem tanto e tão afanosamente trabalhara, recommendou em seu testamento que lhe dessem sepultura em logar solitario e pacifico, na ilha do Corvo, ou na sua provincia natal. Fallecendo em Lisboa a 4 de abril de 1849, o seu corpo fôra effectivamente conduzido ao concelho do Gavião, no districto de Portalegre, sendo ahi sepultado na freguezia de Nossa Senhora da Graça da Margem.

Se o mar lhe não rodeiou o tumulto com os seus longos murmurios, o vento da charneca, não menos rumoroso ás vezes que o oceano, passa ainda hoje fremindo por sobre o seu leito funebre.

«Mousinho, disse Rebello da Silva; foi o verbo, a personificação de um grande facto social. A revolução sahiu armada da sua cabeça, e incarnando-se nas instituições, e arreigando-se nos interesses, matou o passado e aplanou a estrada do porvir.» «Sobre um pequeno theatro, escreveu Herculano, elle fez mais do que Roberto Peel em Inglaterra; porque a revolução de Mousinho não foi sómente economica; foi tambem politica e social. Elle e D. Pedro, eis aqui, durante a primeira metade d'este seculo, os dois homens publicos de Portugal, que deixaram um vestigio para todo o sempre glorioso.

Ali, em Castello de Vide, foi juiz de fóra o celebrado poeta arcade Antonio Diniz da Cruz e Silva, vulto litterario que, se não occupa o primeiro plano na scena das lettras portuguezas, tem contudo, n'esse tablado, um logar assignalado e importante. E já que fallámos n'este escriptor, daremos conta de havermos encontrado no archivo da camara municipal de Castello de Vide dois documentos que lhe dizem respeito, e são deveras interessantes sob o ponto de vista biographico. O nosso fallecido amigo e consocio Innocencio Francisco da Silva escreveu a pag. 347 do 1.º vol. do *Archivo Pittoresco*, a respeito de *Elpino Nona*.

criense: «Formando-se na faculdade de leis em 1753, e trazendo informações de bom estudante, voltou para a casa paterna. O primeiro lugar que obteve na magistratura foi o de juiz de fóra de Castello de Vide, derivando-se, talvez, da sua assistencia temporaria n'aquella villa, a erronea persuasão dos que d'ella o julgaram natural. *Faltou-nos, porém, occasião de verificar qual foi precisamente o periodo em que ali exerceu o mencionado cargo.*» Fomos procurar a antigualha no archivo municipal de Castello de Vide, e, ao cabo de algumas horas de trabalhosa investigação, podémos finalmente encontral-a. *No livro de registros de leis, alvarás, provisões regias e mais papeis que se mandarem registrar no concelho d'esta villa—1746—a fl. 213, deparou-se-nos o seguinte:*

«Registo da carta por que Sua Magestade manda a camara dê posse ao doutor juiz de fóra Antonio Diniz da Cruz.»

«Juiz, vereadores, procurador, fidalgos cavalleiros, escudeiros, homens bons do povo da villa de Castello de Vide. Eu El-rei vos envio muito saudar. Pela confiança que tenho do bacharel Antonio Diniz da Cruz o mando ora por juiz de fóra d'essa villa para n'ella servir o dito cargo por tempo de tres annos, e alem d'elles o mais que houver por bem enquanto lhe não mandar tomar residencia conforme a carta que d'elle levã, que vos apresentará, pelo que vos mando que em confor-

midade d'ella lhe deis a posse do dito logar, do que se lhe passará certidão para a enviar a João Galvão de Castello Branco meu escrivão da camara e do despacho da Mesa do meu desembargo do Paço. Cumpri-o assim. Lisboa 5 de dezembro de 1759 annos. Rei. Notificação á camara e povo da villa de Castello de Vide de como Vossa Magestade manda para juiz de fóra d'ella ao bacharel Antonio Diniz da Cruz na forma acima declarada. Para Vossa Magestade vêr. Manuel Gomes de Carvalho, Antonio Velho da Costa, João Galvão de Castello Branco a fez escrever, Antonio Baptista de Figueiredo a fez.—E não se contem mais em a dita carta, a qual eu escrivão aqui trasladei bem e na verdade e fielmente da propria, á qual me reporto, e assignei sendo aos 2 dias do mez de fevereiro de 1760 annos. Eu Manuel Fernandes Cigano Pinto, escrivão da almotaçaria, que por impedimento do da camara o escrevi. Manuel Fernandes Cigano Pinto.»

O auto da posse encontra-se a fl. 5 do *livro dos termos de vereações que se hão de fazer no anno de 1760.*

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1760 annos aos dois dias do mez de fevereiro do dito anno em esta notavel villa de Castello de Vide estando juntos nos paços do concelho João Roberto Freire de Miranda vereador mais velho e juiz pela ordenação e os mais offi-

ciaes da camara e pessoas de governança d'esta villa sendo apresentada pelo doutor Antonio Diniz da Cruz a carta por que Sua Magestade é servido fazer-lhe mercê do cargo de juiz de fóra d'esta villa lhe foi dado posse d'elle, do que para constar mandou fazer este termo que todos assignarão, e eu Manuel Fernandes Cigano Pinto escrivão da almotaçaria que por impedimento do da camara o escrevi. Antonio Diniz da Cruz, João Roberto Freire de Miranda, José Francisco de Almeida, Francisco Antonio Mousinho Galiano, Domingos Fernandes.»

Dos livros da camara extraímos copia da assignatura de Antonio Diniz, afim de tornarmos o mais completa possível esta noticia historica

Antonio Diniz da Cruz

que temos a honra de addicionar á sua biographia já tantas vezes escripta.

A ultima assignatura de Antonio Diniz da Cruz, como então simplesmente assignava, apparece na vereação de 28 de julho de 1764. O juiz que lhe succedeu foi Miguel Pereira Pinto, cuja posse é de 20 de dezembro do mesmo anno.

A *Arcadia Ulyssiponense*, de que Diniz foi um dos fundadores, foi inaugurada a 19 de julho de 1757, e nos restantes mezes d'esse anno, no seguinte, e no de 1759 concorreu Diniz aos *ajuntamentos* ou conferencias da academia, até que, partindo para Castello de Vide no principio d'este ultimo anno, teve que abandonar as sessões. Mas, sem embargo de estar a muitas leguas de Lisboa exercendo a judicatura, mandava de Castello de Vide composições poeticas, que eram lidas na *Arcadia*. A 13 de maio de 1764 e a 19 de junho do mesmo anno recitaram-se em plena academia duas d'essas composições, como se vê do tomo 2.^o das suas obras, que foram portanto escriptas em Castello de Vide. Se as mais velhas arvores circumpostas á risonha villa podessem fallar, ellas contariam seguramente como souberam inspirar alguns dos doces idyllios de *Elpino Nonacriense*.

Saindo de Castello de Vide, Antonio Diniz foi, como se sabe, nomeado auditor para Elvas. Escreve Innocencio: «Tendo tomado posse do cargo de auditor, *provavelmente nos primeiros mezes de*

1764, Diniz assentou a sua residência em Elvas, e ahi permaneceu durante alguns annos.» Enganou-se o nosso fallecido mestre, pois que Antonio Diniz ainda estava em Castello de Vide a 28 de julho d'esse anno; só depois de entrado o segundo semestre poderia transferir-se a Elvas, onde o *Hyssope* havia de nascer.

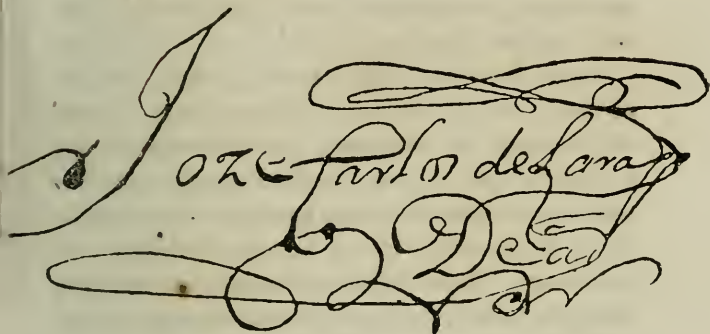
Procuramos, por intermedio de um solícito amigo, averiguar ao certo o anno, e se fosse possível até o mez e dia em que Antonio Diniz tomou posse do cargo de auditor; mallograram-se as pesquisas, se bem que durante a longa excavação viessem á mão do investigador curiosas velharias, uma das quaes cae agora a talho de foice, pois que já acima nos referimos ao *Hyssope*. É nada menos que o *fac-simile* da assignatura do celebre deão José Carlos de Lara, que depois de ter passado longos dias a dobrar a espinha deante do bispo Lencastre, em cujas mãos depositava o hyssope, resolveu um dia empertigar-se na sua altivez farfante ¹ e levantar-se com o santo, com a esmola e com... o supracitado hyssope.

Não é coisa insignificante a assignatura de um homem, para o completo estudo do seu character, depois que se inventou a graphologia, depois que A. Desbarrolles e Jean-Hippolyte publicaram o seu interessante livro *Les mystères de l'écriture, art de*

¹ O farfante deão, diz o poeta.

juger les hommes sur leurs autographes. Com effeito, se todo o movimento physico no homem é uma manifestação da alma, tal movimento da alma deve produzir um movimento correspondente da penna. D'este modo o character da lettra passa a ser uma cópia do character do espirito.

Estampando a assignatura do famoso deão, ob-



servemos, com os dois authores francezes, que a grande sobriedade de ornatos, na escripta, a ausencia de *fleuritures* constituem a prova graphologica de verdadeira simplicidade de sentimentos, porque, dizem elles: «O genio, em qualquer genero que seja, conhece claramente o que lhe falta, não se entrega a uma estúpida admiração de si mesmo, a uma gloriola pueril do resultado dos seus esforços. As naturezas vulgares teem-se a si proprias em alta estima; comprazem-se na admiração de si

mesmas; e é n'ellas que se manifesta o signal typo da pretensão.»

Depois d'isto, reparemos nos arabescos, nas *floritures* com que o *farfante* deão repintava a sua assignatura. Fazia á volta do seu appellido uma silva de garatujas, como se o estivesse enramilhetando com rabiscas para o impôr á admiração de contemporaneos e posteros, e digamos agora francamente se a graphologia é uma palavra vã, e se o deão era um simples...

Antes de sairmos de Castello de Vide, encantadora povoação de que nos despediremos dando um momento de attenção, que é o tempo de que podêmos dispôr, ao seu *Gremio-illustração popular*, para cujo engrandecimento ha muitos annos trabalha o dr. Laranjo, que já pelos seus amigos tem feito larga colheita de livros para nucleo da bibliotheca da associação, pensemos seriamente n'uma coisa, visto que temos de fazer jornada para as serranias alpestres de Marvão, onde o estendal de neve alveja, com scintillações prismaticas, sob os raios de um sol mais formoso do que intenso. Mas em que havemos nós de pensar? Na politica de Castello de Vide tão apaixonada como a de Portalegre? *Schocking!* N'uma coisa, porem, tanto para temer como os politicos: nos lobos. Sim, nos lobos; fugidos do gelo que lhes resfria os antros da serra, quem sabe se os não iremos encontrar alcateyados com as fauces hydrophobas escancaradas

rubicamente para nós? No Alemtejo, principalmente, o assalto de um lobo enraivecido accidenta por vezes, com luctuosos episodios, a historia dos pastores errantes ou da vida laboriosa das povoações. Na charneca, toda a matilha de que o pagueiro se faz acompanhar se alvoroça em latidos e fúrias quando presente o lobo; nas povoações, armam-se os habitantes, como um exercito voluntario, contra esse terrivel inimigo que passa deramando a morte com a sua baba virulenta.

Vem de geito, n'este relanço, a transcripção de algumas linhas escriptas por nós ha já dois annos com destino a uma publicação que desde então não tem descontinuado. ¹

«A viação na provincia do Alemtejo tem tanto de pittoresca como de incommoda. Para se tomar qualquer das estações das duas linhas ferreas d'esta provincia, andam-se ás vezes longas horas de charneca em carros toldados, e laboriosamente tirados por muares que vão quebrando o silencio do deserto com o monotono tilintar das campainhas. Dentro d'essas abafadiças *carretas*, como lá se diz, vae ás vezes uma familia inteira, sentada sobre um colção, com a sua bilha de agua, para mitigar as grandes calmas da charneca, e o seu pequeno farnel de paio, chibato assado e queijo. Na maior parte das povoações do Alemtejo a carne

¹ *Diccionario popular*, vol. 2.º, vocab. *Alemtejo*.

de vacca apenas se vende em determinados dias da semana ou do mez, o que faz com que a alimentação habitual das familias mais abastadas seja o chibato e a gallinha. Durante essas longas horas de jornada atravez das solidões alentejanas, a vista do viajante perde-se melancolicamente na indefinida linha recta do terreno, sobre o qual parece poisar a cupula do ceu. Anda-se ás vezes um dia inteiro sem se encontrar viv'alma no caminho, a não ser, de longe a longe, um' pastor errante, com os seus rebanhos ou as suas manadas, e os seus cães de gado. Ao cair da noite, quando tudo na charneca é immovel, profundo, morto, ao mesmo passo consola e entristece encontrar o pastor que se prepara para dormir. Á volta do pegureiro deitam-se mansamente as rezes, como se sobre ellas, inquietas durante o dia, pezassem já os morbidos effluvios da noite. Formam circulo em torno das rezes os vigilantes cães de gado, promptos a defender da aggressão dos lobos o thesouro que o pastor lhes confiou. Deante d'esse espectáculo, que precede a noite, assombra ver a resignada tranquillidade com que o pegureiro adormece no meio da solidão, onde passa a vida, confiado no leve somno dos cães guardadores. De distancia a distancia avista-se ás vezes um casal, que dá uma grande alegria ao viajante, porque, permitta-se-nos a phrase, lhe vem recordar que ainda pertence ao numero dos vivos. As aguias, com o seu lumi-

noso e penetrante olhar, acompanham muitas vezes, a grande altura, as *carretas* que vão luctando com o solo areento da charneca. Os gatos bravos e os coelhos saltam a miudo, d'uma para outra margem do caminho. E estas trabalhosas jornadas fazem-se ás vezes unicamente por prazer, para ir a uma feira ou a uma romaria, geralmente muito concorridas no Alemtejo.»

Ora os combates com os lobos attingem ás vezes proporções verdadeiramente epicas. Ainda ha poucos dias os jornaes de Lisboa referiram, com assombro, o caso de um duello titanico travado entre uma pobre mulher e um lobo esfaimado, no concelho de Niza, do districto de Portalegre. Mas ha, n'esse genero, luctas espantosas, carnificinas medonhas, que podem fornecer vasto assumpto tanto á imaginação dos poetas lyricos como ao escapello dos doutores do realismo; e eu não me dispenso de esboçar um d'esses quadros lastimosos, summariando a interessante narrativa do meu amigo o sr. dr. Antonio Alves de Sousa, na sua *Memoria sobre a hydrophobia rabica*. Passou-se o caso nas proximidades, a sete kilometros apenas, da villa de Castello de Vide.

Trata-se de uma loba damnada. Tomo, pois, a liberdade de offerecer o assumpto, quero dizer, a loba, ao sr. Guilherme de Azevedo, realista, e ao sr. Eduardo Vidal, archi-lyrico, deixando aos dois escriptores o cuidado de escolherem qualquer das extremidades do bicho que mais lhes convier.

VIII

Na ante-manhã do ultimo dia de outubro de 1865, a pouco mais de uma legua de Castello de Vide, os pastores da serra presencaram um espectáculo, não raro n'aquella paragens, mas sempre sangrento e terrivel: o combate de uma loba com os cães de gado. As fortes matilhas, acommettidas pelo enraivecido inimigo, formavam reducto em deredor das manadas e dos rebanhos, que levantavam mansamente a cabeça de sobre as pastagens, percebendo que se'aproximava um extranho, sem todavia haverem reconhecido ainda que esse extranho era um aggressor. Mas a esse tempo, os cães, vigilantes como sentinellas, combatiam já, e, após um combate tão rapido como decisivo, iam acolher-se, feridos e ensanguentados, entre as rezes que tinham defendido nobremente enquanto

lhes restaram forças. Os pegureiros, entrincheirados detraz das barreiras que o acaso lhes offerecia, arremessavam pedras na direcção que a loba ia tomando, e sulcando com um rastro de espuma ensanguentada, que tinha reflexos argenteos vista á luz do sol nascente. O indomavel animal passava incolume atravez d'essa rude artilheria, correndo sempre para as bandas da fronteira hespanhola, como se tivesse ainda a cumprir uma terrivel missão. E tinha. Sol fôra, accommetteu de improvisó, nas cercanias de Castello de Vide, uma jumenta e um porco que se aqueciam á luz da manhã na horta circumposta a um casal. Retalhadas de uma dentada as carnes da jumenta, a loba arremessou-se sobre o porco, que despedaçou pela espinha dorsal. Aos grunhidos dolorosos do cerdo, acudiu uma pastorinha que mourejava perto do casal, Francisca Xerez, raiana, de dezenove annos de idade, fraca, lymphatica.

A pastorinha cuidou que era um cão o aggressor dos seus animaes. Atirou-lhe uma pedra para vingal-os, mas a loba, fazendo um salto para ella, levantou-se nos pés, e, cingindo-a, cravou-lhe os dentes na cara e no peito. Aos gritos da victima, acudiu o hortelão Hilario dos Santos, homem de quarenta annos de idade e compleição regular, que immediatamente reconheceu a qualidade do animal com que teria de lutar; mas a loba não lhe deu tempo para se defender, e accommetteu-o

ferindo-o na região supraciliar esquerda, e na parte anterior e superior da cabeça. Orgulhosa da victoria, partiu n'uma carreira vertiginosa; durante o percurso de um kilometro moderou o passo, porque foi vista depois a descer vagarosamente uma asinhaga ingreme, por onde um pastorsito de quatorze annos, Manuel Murillo, ia conduzindo um carneiro que o seguia com a tranquilla passividade que caracteriza os animaes da sua especie. A loba, já habituada ao sangue humano, despresou o borrego, que fugiu, mas atacou o pastorsito, que, ao voltar-se para defender-se, foi preado pelo pescoço, arremessado ao chão e sacudido violentamente como se estivesse nas mãos de um athleta. A mãe do pequeno Murillo era uma mulher de cincoenta annos de idade, que tinha casado para Valença d'Alcantara com um hespanhol. Mãe, quiz desaffrontar seu filho, que jazia por terra. Agarrando febrilmente a loba pelo cachaço, julgava havel-a subjugado, quando ella, voltando-se de subito, se lhe escapou das mãos; e, erguendo-se nos pés, mordeu-a onze vezes no braço esquerdo, seis no direito, dez nas costas, cinco no hombro, atravessando com os seus dentes terrivelmente anavallhados o fragil obstaculo de uma camisa de algodão. Como se comprehendesse que se tratava de mãe e de filho, a loba voltou a morder no pastorsito, dentando-o nas costas e no ventre, e do pastorsito, que se arrastou então para detraz

de um silvedo, tornou á mãe, cujas carnes rasgou n'um accesso de raiva ferocissima. Se se tratasse da vida de qualquer das duas victimas, a mãe ter-se-ia offerecido em holocausto para salvar o filho, o filho para salvar a mãe. Um leão que fosse, como nos permite suppôr o celebre caso de Florença, haveria feito uma só victima, ou teria poupado ambos. Mas a loba, mais cruel do que os leões, quiz ao mesmo passo despedaçar o corpo e a alma da mãe e do filho.

Quem sabe? Talvez que ella pensasse n'esse momento, na embriaguez cruel do sangue: «Ah! pois eu sou a fêra dominadora d'estes sertões, pois eu alastro por estas campinas a toalha ensanguentada do meu festim canibalesco, e tu, creança de quatorze annos, ousas defender-te dos meus dentes, oppôr os teus braços frageis como dois vimes á minha sanha invencivel! e tu, uma pobre mulher, ousas vingar teu filho com a tua fraca mão nervosa, com a tua irrisoria coragem de mãe caravel! É uma vingança cruel a minha, mas é uma vingança de fêra. Tens mais algum affecto n'este mundo, alem de teu filho, que ali jaz prostrado? Pois se tens, traze-m'o, que o quero despedaçar...»

E como se tudo obedecesse á vontade irresistivel da fêra, una outra mulher d'essa mesma familia, uma tia do pastorsito, ouvindo os gritos da irmã e do sobrinho, levantou-se do seu leito de

parturiente; pondo pela cabeça uma saia de lã grossa, refogada de prégas, tentou acudir aos dois. A loba, contente por poder completar a sua vingança, aggrediu-a primeiro na cabeça, mas, encontrando-a defendida pela saia, golpeou-lhe um hombro.

Depois, magestosa como um vencedor, affastou-se serenamente atravez das hortas, percorrendo talvez um espaço de duzentos metros. Ás abas da serra fronteira a Castello de Vide, deparou-se-lhe no caminho uma velha mendiga, Felicidade Maria, que se ia arrastando, nas convulsões da chorea de que soffria, obrigada pela necessidade quotidiana de esmolar.

Depois de haver mordido a mendiga no hombro e no braço direito, subiu a encosta, até que entrou n'uma vinha, cujos donos estavam almoçando tranquillamente á sombra de uma arvore. Eram pae e filho. A loba arremetteu contra o filho, dilacerou-lhe a cabeça e um hombro, havel-o-ia despedaçado decerto se o pobre rapaz não tivesse deixado cahir, na lucta, o chapeu, que a fêra esphacelou com os dentes.

Então, já a população de Castello de Vide, armada como para um combate, descia ao valle no rastro da loba, que proseguia subindo a encosta. Parecia ter a consciencia da distancia que a separava do tumultuoso exercito que ondejava, avançando, á aba da serra. Poderia completar a sua

obra de sangue, antes que a alcançassem. No mais alto do monte, topou com duas creanças, dois irmãos. Preou o mais novo pela cabeça, enquanto o mais velho marinhava, fugindo, por um alcantil. Deixando um estendido no chão, e o outro a chorar sobre a fraga, correu para um pastor de cabras, que pôde lutar por momentos, subjugar a fêra um instante, mas que desanimou inteiramente quando se viu banhado no proprio sangue, que jorrava em borbotões das largas feridas.

Transmontada a serra, deu a loba com um rebanho de carneiros, que fugiram espavoridos, encostando-se uns aos outros, mal que a presentiram. O cão de gado, sustentando as nobres tradições da sua raça, quiz cobrir a retirada do rebanho; mas, conhecendo certamente que a victoria era impossivel, fugiu. Ficou apenas, empedrado de medo, o pastor, uma creança de treze annos. Investiu com elle a loba, que, dentro de alguns instantes, o deixou ferido e prostrado. Aos gritos do pastorsinho acudiu o camponez Antonio Ribeiro Salvador, duas vezes *salvador* n'este caso. A loba, como se adiyinhasse que havia encontrado finalmente o braço dominador da sua furia e vingador de tantas victimas, encobriu-se dentro de uma pequena moita. O que se passou então é pittorescamente descripto pelo sr. dr. A. Alves de Sousa; as suas palavras, que vamos reproduzir,

reflectem perfeitamente o grandioso d'essa luta terrível:

«Antonio Ribeiro Salvador andava lavrando n'essa mesma encosta mais abaixo na companhia d'outro homem. Correu inerte para a loba, atirando-lhe pedras; e quando estava já proximo da referida moita, sahiu d'ella furioso o terrível animal, correndo para o homem: este corre tambem; agarram-se, apertam-se, até que, tentando a loba deitar os dentes á cara do homem, este, sem afrouxar nem desanimar, segurando-a com o braço esquerdo e affastando-lhe a cabeça com a mão direita, lhe apertou o pescoço fortemente. Com firmeza levou até ao chão o corpo do bruto, e, assentando-lhe o joelho direito em cima do ventre, conseguiu segural-o em fim. N'esta posição gritou para o companheiro, que havia ficado atraz, parado e absorto deante d'aquella luta formidável: aproximou-se este então, e cravou uma navalha no coração da fera.»

Põem-se por ahí condecorações sobre tantos peitos, e ás vezes tão mal empregadas, que não era decerto por demais pôr uma na jaqueta de briche d'este valoroso camponez. Seguramente, o bom do Salvador nunca pensou n'isso; foi-lhe sobejo galar-dão a consciencia de se ter exposto a um grande perigo em prol da humanidade, e o grito de alegria de todo o improvisado exercito de camponezes quando viram a loba com o seio rasgado pela navalha.

N'aquellas paragens, é tradição immemorial curar as *pessoas derramadas*, como lá se diz, com remedios empiricos. Começam por benzer os feridos, durante tres dias consecutivos, tocando-os depois com uma reliquia de S. Romão. Ministrado este soccorro espiritual, vem o corporal: manipulam-se e administram-se bolos compostos de substancias amargas e balsamicas. Estes remedios teem sempre uma historia maravilhosa: estava de posse do segredo uma familia nobre de França, que o fechava a sete chaves, como um thesouro; mas um padre da Companhia, pertencente a essa nobre familia, teve escrupulo, em artigos de morte, de levar para a sepultura um segredo, que tão util podia ser á humanidade. E então revelou-o. Mas, no fim de contas, que admira que assim fosse? Por largo tempo, os jesuitas governaram o mundo, intrometteram-se em tudo, sem exclusão da therapeutica, que é o nosso caso. Pois não foram elles que espalharam por toda a Europa, principalmente na Italia, o pó da quina, que desde então, e por muito tempo, se chamou o *pó dos padres* ou *pó dos jesuitas*?

Mas d'esta vez o terror foi tamanho, entre aquellas gentes, que todos os feridos, ou quasi todos, entraram no hospital de Castello de Vide.

É-nos completamente impossivel seguir as phases pathologicas que, durante a sua estada no hospital, apresentaram os hydrophobos; mas esboça-

remos, encostados á *Memoria* citada, as alternativas por que dois d'elles passaram. Seja dito de passagem que das onze pessoas mordidas pela loba falleceram quatro, por haverem sido atacadas de hydrophobia rabica.

O pastorsito Murillo, um dos que succumbiram no hospital, soffreu nos primeiros dias febre intensa, com grande difficuldade de deglutição por effeito da inflammação causada pelas feridas do pescoço. No undecimo dia de tratamento, ao pegar o enfermeiro n'um panno de algodão branco, por occasião do curativo das feridas, o rapasinho, vendo o panno, estremeceu de subito e esbugalhou pavidamente os olhos. Perguntaram-lhe o que tinha.

—Não sei, respondeu elle, assustei-me sem saber porque. Senti subir por mim uma cousa que me suffocava, quando vi levantar o panno branco.

Mas, pouco depois, ergueu-se do leito, conver-sou, riu, passeou na enfermaria.

Na manhã do decimo nono dia de tratamento principiaram as nauseas, os vomitos. Davam-lhe agua; bebia-a sem repugnancia. Mas, sobre a tarde, começou a repellil-a, como se ao mesmo tempo lhe causasse nojo e receio. Perguntavam-lhe como se sentia. «Não hei de beber agua» respondia laconicamente o pastorinho. Passou mal a noite, queria dormir e não podia. Na manhã do dia seguinte parecia muito assustado. Se o facultativo insistia

para que tomasse um gole de remedio, obedecia estremecendo, denotando um grande esforço de vontade para vencer uma extranha força repulsiva pelos liquidos. Durante esse dia, observa o dr. Alves de Sousa, algumas vezes se recordou com saudade e magua do bom tempo em que via correndo uma ribeira onde podia beber quanta agua quizesse. No dia immediato, manifestou-se francamente a gravidade da molestia. Oicamos o medico:

«Ás 2 horas da tarde fui chamado á pressa. Encontrei o doente sentado na cama, de mãos postas, e chamando por mim em voz quasi imperceptivel. A physionomia era afflictissima: olhos esgasiados; pupilas dilatadas; rosto de côr violacea; a bocca cheia de espuma alvissima, similhando uma garrafa de champagne aberta ha pouco: e notei mais intenso então um *cheiro nauseabundo especial*, que não sei bem com que possa comparar-se: fazia-me lembrar o *cheiro que sahe da bocca dos cachorritos de leite*, ou tambem, porem menos, o *que se sente n'uma casa que sirva de jazida a muitos cães*. Este cheiro peculiar já eu o havia presentido no dia antecedente, mas não sabia a que o attribuir.

«Quiz fallar-me, porem não o pôde fazer em voz alta: proferia as palavras baixinho, com voz sumida e entrecortada, começando a proferil-as durante a expiração, e terminando-as de golpe no principio da inspiração. O corrimento da saliva em

fio, ou a baba, não era tão abundante; e quando a expellia, fazia-o com difficuldade, violencia, e algum susto da propria saliva: o mesmo susto mostrava algumas vezes, quando olhava para as paredes brancas da enfermaria: fixava os olhos no ar com espanto, e indicava com o dedo objectos que dizia ver voando; sentia grandes calafrios, e tinha o pulso um pouco mais frequente, mas de resto normal.»

Depois de um banho de vapor, que o facultativo lhe ministrou, Murillo começou a sentir-se agoniado. Pediu que o deitassem n'uma cama baixa. Fizeram-lhe a vontade.

—Parece-me que estou tão alto! disse então elle.

A pouco e pouco, a respiração tornou-se difficil, embaraçada. As faces, lividas. Os olhos conservavam-se fixos, muito abertos. Aos cantos da bocca, a baba cahia em fio. Livre, porem, de convulsões, parecia dispôr-se para dormir. Foi assim que, pelas seis horas da tarde, expirou placidamente o pobre pastorsinho.

Hilario dos Santos, o hortelão que tentara acudir a Francisca Xerez, manifestou, nos primeiros dias de tratamento, as mesmas alternativas de agitação e tranquillidade que o pastorsito Murillo, a mesma repugnancia e susto quando bebia agua. «Parece-me, dizia elle, que tenho cá dentro uma força que me não deixa engulir.»

A contar do dia 1 de dezembro, a excitação, as convulsões augmentaram. «O mal que sinto, respondia elle ás interrogações do medico, principia-me nas unhas dos pés, sobe rapidamente por mim a cima, não me deixa respirar; e vem apertar-me aqui», dizia indicando o peito e a garganta.

—Mas veja se póde dizer o que é, insistia o facultativo.

—Não me sei explicar. Parece-me um *susto*, um *vapor*, ¹ uma cousa que não sei dizer o que é.

A agitação do ar começou a impressional-o desagradavelmente. Á sua propria mulher, que não lhe desamparava o leito, fallava umas vezes com ternura, outras com azedume, com *ciúme*, chamando-lhe ingrata. Mas acolhia os filhos com bondade. Na tarde do dia a que nos vamos referindo, principiara o medico, segundo o seu testemunho, a notar «aquelle cheiro canino» que tambem se sentia ao pé do catre do pastor Murillo. Este cheiro tornou-se mais intenso no dia immediato, em que o doente fôra atacado de grande loquacidade, de forte dyspnêa, de insomnia. A expressão dos labios era sardonica. Tendo sahido da cama para tomar um banho de vapor, os enfermeiros,prehendendo-o a pé, e julgando que quizesse fugir, lançaram-se sobre elle, para o prender. «Vendo-se

¹ Textual.

preso de repente e sem saber porque—observa o dr. Alyes—indignou-se e poz logo dois fóra de combate; o terceiro fugiu assustado; e o quarto, que não podia fugir, abraçou-o por detraz e prendeu-lhe os braços. Assim mesmo o doente batia com elle de encontro á parede.

Acudindo o medico, e parte do pessoal do estabelecimento, o doente desculpou-se:

—Os culpados de tudo isto foram os enfermeiros—dizia elle—, porque me prenderam sem motivo: eu não queria fugir. Eram quatro, mas nem que fosse uma duzia eu tinha medo d'elles. Ó senhor, exclamou de golpe, não faz idéa da força que tenho! esta doença sempre dá muita força!

Quiz dar um pequeno passeio; caminhava deitando as pernas muito para deante, sem regularidade de movimentos, com o corpo hirto, inclinado para traz. Pelo caminho ou cumprimentava as pessoas conhecidas ou fallava comsigo mesmo. Nos corredores, havia agua no pavimento. Viu-a sem repugnancia, sem querer retroceder. Chegado á ermida, fez oração em voz alta. Á vinda, sentiu-se muito cansado, offegava. Ás vezes sorria-se, porque suppunha andar pelo ar, dizia elle; outras vezes proferia palavras sem nexo, sem coherencia. Cerca de duas horas e meia depois, sujeitou-se ao banho de vapor, como havia promettido. O banho provocou abundantes vomitos de bilis. Sen-

tiu-se então tranquillo, socegado; descansou durante duas horas talvez. «Passadas ellas, diz o medico, a voz foi-se-lhe sumindo, os olhos abriram-se ainda mais, o rosto assumiu a côr violacea, a baba corria em maior abundancia, a bocca appareceu mais sardonica, a transpiração augmentou, a respiração foi enfraquecendo, a immobillidade era absoluta; e assim agasalhado, no decubito lateral, como se fosse dormir, expirou tranquillamente ás seis horas da tarde do dia 2 de dezembro.»

Eis aqui um episodio da vida dos campos que constitue um drama ao mesmo passo cheio de realidade e de interesse. Mas não auctoriso ninguem, que tenha lido esta narrativa, a considerar-me *realista*. Impõe-me a consciencia o dever de declarar que quem fez o drama não fui eu, foi... a loba. E dê mais a mais é bom que eu deixe aqui exarada esta declaração, visto que actualmente em Lisboa se pescam mais plagiatos do que pescadinhas marmotas... e *cauteleiros*.

Se os srs. escriptores realistas quizessem dar por terminada a longa viagem que andam fazendo pela Parvonía desde janeiro d'este anno, com manifesto perigo de uma completa aclimação, poderiam encontrar, para thema dos seus bellos artigos estapafurdamente adjectivados, scenas profundamente dramaticas representadas pelos lobos, que, no fim de contas, attingem algumas vezes

aquella grandiosidade romantica que a imprensa da capital não achou no actor Brazão quando se metteu na pelle do *Hernani*. Dona Sol chama ao bandido o *seu leão*; não ha, pois, motivo para que o sr. Guilherme d'Azevedo ou o sr. Guerra Junqueiro se dedignem de chamar aos bichos, que tenho a honra de lhes offerecer, os *seus lobos*.

Formidavel assumpto, em verdade, este duello de vida ou morte, terrivel, incessante, que, atravez dos seculos, faz do homem e do lobo dois inimigos irreconciliaveis. O lobo tem a sua cabeça posta a preço, como um bandido ou um conspirador. É perseguido, odiado pelo homem; alvoroçam-se povoações inteiras para o cercarem, para o apertarem n'um circulo de clavinas. Por sua parte, o lobo, atravessando o silencio e a escuridão da noite, impellido pela fome, procura zombar do homem, assalta os curraes arditosamente, enquanto o cão ou o pastor dormitam. Á astucia do homem oppõe a sua astucia; o homem arma-lhe laços, elle cogita no melhor meio de ludibriar a sagacidade humana. A sua vida é das mais trabalhosas, das mais angustiadas. O leão com ser mais feroz, mais possante, não é tão perseguido. Bem perigosa é a vibora, e mais vive tranquillamente sob a relva que lhe serve de tecto e de leito. Mas para o lobo, esporeado pelo seu apetite voraz, não ha uma hora de descanso. De noite vai caminhando cautelosamente, estremecendo ao menor

rumor, parando ao ouvir rugir uma folha. Receia a emboscada do homem. De dia, extenuado da correria nocturna, dorme, más que dormir o seu! Accorda de instante a instante, sente passos, ruído. Será o homem, o seu implacavel inimigo? E todavia o lobo tem fome, tortura que já de per si seria bastante para tornar aborrecida a existencia...

Mas, tanto como o homem, é seu inimigo o cão. É preciso vencel-os a ambos. Que fazer contra os dois? Enganal-os, para triumphar. Emquanto a loba vae astuciosamente apresentar-se ao cão, que a persegue em carreira doida, levando ella comtudo uma grande deanteira, porque calculou as distancias de modo a evitar o perigo, o lobo ataca a ovelha, fila-a pelo pescoço, e arrasta-a moribunda para o sitio onde já o deve esperar a loba. Se em vez do cão se trata do homem, o ardil é o mesmo; emquanto o pastor arremette contra a loba, o lobo arrebatá impunemente a presa. Se se trata, porém, de uma victima mais forte do que a ovelha, então o lobo acommette-a, trava-se a lucta, e a loba salta d'emboscada, e de reforço, tornando decisiva a victoria, soltando o grito de triumpho. É assim que o lobo consegue supplantar os seus dois terriveis inimigos, o homem e o cão. Mas ás vezes apparece ao lobo um terceiro perseguidor, não menos para temer. Quem é? É o lobo. Diz-se que quando um vae ferido, os outros, seguindo o

rastro de sangue, perseguem-n'ó, e, mal que o encontram, devoram-n'ó. Vivendo o lobo principalmente do ardil, este facto, a ser verdadeiro, é uma justa punição.—Ah! diz o lobo ao lobo, tu deixaste-te vencer? Deshonraste a nossa especie? Pois bem, é a nossa especie que te vae punir, somos nós que vamos acabar a tua vida inutil.

Atacado pela raiva, desesperado pela doença, o lobo como que procura vingar n'uma hora, sobre o homem, todas as perseguições, todas as amarguras que até ali soffreu. Então não é simplesmente um carniceiro, é tambem um allucinado. Quer sangue, ataca, não para matar a fome, mas para fazer sangue. Junca de cadaveres o caminho, vae semeando o lucto por onde passa. Quadro terrivel, que as cidades mal comprehendem; mas que as aldeias muitas vezes presenciam, profundamente angustiadas...

Felizmente, de Castello de Vide até Marvão não encontramos os lobos. Pois desde que se passa a aldeia da Escusa, a solidão é completa. Eramos trez os companheiros de viagem: o dr. Antonio Alves de Sousa, o sr. Carlos José Caldeira Junior, e eu. O trapear dos nossos cavalloos devia de assustar os lobos, se elles andavam por perto. O frio era de rachar, como diz o nosso povo, e então nós procuravamos vencel-o mettendo a galope pela estrada despovoadá.

Lembrei-me da lenda da Nazareth, de Casti-
lho:

Ó feras fugi, fugi.

Mas, por fim de contas, o que iamos nós caçar n'aquelles desertos? Sabem qual foi a nossa presa, ao sopé de Marvão? Uma garrafa de vinho do Porto, de genuino vinho do Porto, que encontramos no extincto convento de franciscanos, hoje presbyterio do sacerdote que exerce o culto na egreja dedicada a Nossa Senhora da Estrella. É tradição que esta imagem appareceu n'uma rocha antes do anno 1440; dil-o o padre Carvalho na *Chorographia* e uma inscripção inquadra na parede interior, do lado do evangelho. Copiei, na rapida visita que fizemos ao templo, um epitaphio gravado sobre a campa de uma creança. Que poema de saudade paterna não deletrea a gente n'aquelle epitaphio, que bem poucas vezes terá sido lido!

Diz assim:

«Dia 11 de novembro de 1772. Jaz debaixo deste marmore o corpo de D. Estrella Lusía Freire da Fonseca de idade de 22 meses e 27 dias, filha do coronel governador desta praça Antonio Caetano de Andrade Freire da Fonseca, fidalgo da casa de sua magestade, e de D. Luisa Leonor Freire. Sepultura determinada para ella e seus ascendentes.»

Dorme em paz, ó innocente Estrella, na doce

companhia de teus paes, que provavelmente ahi estão contigo. Tu tiveste epithaphio, porque elles te sobreviveram; tel-o-hiam elles tambem, se, invertidos os papeis, tu fôras a ultima a morrer. Assim, ninguem se lembrou de eommemorar n'essa pedra o dia em que se finaram. Mas tambem, que falta póde fazer um epitaphio quando se dorme o somno eterno ao pé de uma filha que tanto se amou?

IX

Nada ha mais phantastico, mais pittoresco, mais agrestemente bello do que o aspecto da fortaleza de Marvão, edificada no topo de alcantis que se eriçam a enorme altura, recortando caprichosamente o fundo azul do ceu. Não se trata de um castello, mas de um penhasco fortificado. Parece á primeira vista que jámais os homens lá poderiam ter entrado, que não houve ainda quem subisse por aquelles fragoedos até ir topetar com as nuvens. Lembra um ninho de águias ou de abutres. D'ali, do alto d'aquellas rochas inaccessiveis, sahirão, batendo as grandes azas, pensamos nós, a exercer a rapina nos casaes perdidos na charneca, nas estradas de longe a longe transitadas por um ou outro viajante, por um ou outro almoceve. Põe medo olhar para cima. Mas quem sabe

se não será esse o palacio encantado de algum mouro ciumento, de Marvan, senhor de Coimbra, que, segundo os antigos chronistas, deu o seu nome a esta serra?

Preferiu talvez que a sua bella captiva fosse guardada por águias em vez de dragões, porque as águias, segundo é fama, sempre se entenderam bem com os principes da antiguidade. Bastará, como prova, contar um caso. Um dos reis do Egypto, Psammethico,¹ morria de amores por um pé pequeno, por um pé de mulher que podesse apertar na mão. Vae senão quando, uma águia deixa cair no jardim em que elle andava passeiando, em Memphis, uma chinellinha encantadora. Como seria isto? De quem será? Ainda é mais pequena, dizia o rei admirado, do que o pé que eu sonhava! Procurou-se por toda a parte a dona da chinellinha. Até que enfim encontrou-se. Pertencia a uma escrava da Thracia, chamada Rhodope, que, tendo ido banhar-se ao rio, deixára o fato sobre uma pedra. Desceu entretanto uma águia e, cuidando ser boa presa, empolgou-lhe a chinella. No ar, conheceu o logro, e deixou cair o sapatinho sobre Memphis, justamente aos pés de Psammethico, o qual, averiguando que elle pertencia a Rhodope, a desposou, repartindo com ella o throno do Egypto...

¹ Legenda contada por Strabão e Ellen. Não vale a pena indagar a qual dos Psammethicos se refere. Mesmo porque pode ser que se não refira a nenhum...

Mas n'aquelles alcantis de Marvão cuida a gente, no primeiro momento, que se crearão águias capazes de empolgar, não o sapatinho de Rhodope, mas um par de botas dô sr. conselheiro Arrobas.

Á medida que vamos subindo a ingreme calçada que leva ao topo da serra, vae-se dissipando o engano. Ao cabo da ladeira, encontramos dentro da fortaleza a villa. A imaginação tem então que ceder o passo á realidade. Não estamos n'um ninho de águias nem n'um escondrijo encantado; mas no melhor baluarte que póde defender a fronteira de um reino. O que os homens fizeram foi unicamente aproveitar a natureza; subiram ao cume d'aquellas fragas, e pozeram lá em cima algumas peças de artilheria. Em elles querendo, ninguém passará por ali. O sr. Pinho Leal, fallando do assalto da praça de Marvão pelos liberaes em 1833, diz que elles a tomaram por traição, porque alguém de dentro lhes facilitou o accesso por aquelle ponto da penedia que se chama a *Cova dos coelhos*. Com effeito, subir á fortaleza, por qualquer parte que seja, sem os que a defendam querer, seria façanha digna de equiparar-se á tomada de Santarem; mas, a ter fundamento a asserção do sr. Pinho Leal, tambem não deixa de ser caso para mencionar-se o arrojo de marinhar pelos fragoedos ainda mesmo que os de dentro déssem a mão...

Mas como se vive ali, santo Deus! com a ca-

beça dentro das nuvens e os braços limitados pelas muralhas! Em deredor, lá muito em baixo, o descampado. De longe a longe, alguns casaes, sentinellas perdidas na solidão. Ao norte, avista-se no horisonte um ponto escuro.—É Castello-Branco, dizem-me.—Olhe ainda mais para alem, na mesma direcção... Não vê umas sombras? É a serra da Estrella. A leste, a Extremadura hespanhola; Valencia de Alcantara, quasi ao pé. Caminhando de oriente para occidente, aos torcicollos, o Tejo, no qual vae lançar-se o Sever, que passa ali perto. Para o sul, todo o Alemtejo, com a serra de Beja ao fundo. Vista magnifica, sempre grandiosa para qualquer parte que se olhe. Mas, em todo o caso, é vêr o mundo muito de cima e muito ao longe. Para os passaros é bom; para os homens... tambem. E digo tambem, porque era um domingo de carnaval o dia em que lá estive, e a população andava toda nas ruas a jogar o entrudo, tão contente como se estivera a essa hora no Chiado,—de mais a mais sem o risco da municipal...

Fomos vêr a grande cisterna que ha dentro do castello. Diz o sr. Pinho Leal que pode fornecer por seis mezes a guarnição da fortaleza e os habitantes da villa. É realmente um deposito enorme, para o qual a gente espreita, cheia de medo, debruçando-se n'um balaustre. Convenho em que possa abastecer por meio anno a população; até por um anno, se o sr. Pinho Leal quizer, e ella tambem.

Mas pelo que toca á guarnição do castello, acho graça. A guarnição são dois velhos, dois veteranos, que de mais a mais tinham cara de gostar mais de vinho do que de agua.

Tanto como a cisterna me assombrou o theatro: ella por demasiadamente grande; elle por demasiadamente pequeno. E apesar das suas escassas dimensões pode ter sobre a cisterna a vantagem de fornecer divertimento, durante todo o anno, á guarnição da fortaleza e aos habitantes da villa. D'isso gostariam elles, os veteranos, porque o mais que podem e devem fazer agora é... rir-se. Já não servem para outra coisa. Ora o theatro é uma especie de nicho aberto na parede interior do castello; desconfio até que seja alguma setteira,—d'isso não me lembro bem... Mas, pequeno como é, tem tudo: palco e platea. Os actores, quando bracejarem, devem esbofetear involuntariamente os espectadores; e os espectadores, se estenderem as pernas, atiram com o *ponto* de cangalhas. Perguntei se tinha havido recentemente algum espectáculo. Disseram-me, com pena, que não. Quiz saber porque. Porque o sr. governador da praça, responderam-me, exige aluguer e o theatro não rende nada. Não sei o que ha n'isto de verdade, mas, a ser assim, peço ao governo que não só não exija renda mas que até dê subsidio, impondo comtudo ao exercito de Marvão a condição de assistir ao espectáculo. O ministerio da guerra bem

sabe que convem ter as tropas distraídas. Mas também será coherente n'esse acto o 'governo: visto que os extremos se tocam, é justo que aliamente com o azeite do thesouro o theatro de S. Carlos em Lisboa e o theatro do castello em Marvão. São duas povoações por igual carecidas de civilisação... á noite.

Foi-se-nos o tempo a ver o castello, a cisterna, o panorama; deram duas horas da tarde. Um dos cavalheiros que nos acompanhavam disse: *Duas horas em Marvão, noite na mão*. Era a primeira vez que ouviamos o proverbio, o que não admira, por ser de uso local. Começamos a discuti-lo; tratamos de procurar o seu verdadeiro sentido. Será porque quando soem duas horas da tarde n'aquellas penhascosas alturas de Marvão, esteja a noite já tão proxima de outras povoações menos elevadas, que, no dizer pittoresco do proverbio, se a gente estender o braço por cima das ameias, póde colher a noite na mão? Será porque fique a villa tão solitaria e pendurada do alto que, em dando duas horas n'ella, já não haja tempo para ir com de dia a qualquer das povoações mais proximas? Dividiram-se as opiniões, palramos, rimos, mas em todo o caso fomos descendo, porque eu desejava ainda vêr o local da antiga cidade de Medobriga, e... *duas horas em Marvão, noite na mão*. Não havia tempo a perder.

No caminho, a historia de Marvão foi tratada a

vol d'oiseau, porque, realmente, n'aquellas altissimas penedias, só assim se pode tratar a historia e o mais: é preciso deixar tempo para as descer. Dizem os velhos chronistas que D. Diniz fôra o fundador do castello de Marvão, bem como do de Portalegre; já o referimos em outra passagem d'este livro. Sem embargo, os meus apontamentos reza-vam de uma carta de doação dos *castellos de Marvão, Portalegre e Arronches*, feita por D. Affonso III ao infante D. Affonso seu filho;—documento que se encontra nas *Provas da Historia Genealogica*.¹ Copiemos apenas as primeiras linhas da doação: «... eu D. Affonso pela graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve em sembra com minha mulher Raynha D. Beatriz filha do muy nobre Rey de Castella e de Leom, e com meu filho D. Diniz, e com minhas filhas D. Branca, e D. Sancha com todo o meu ser sentido, e com todo o meu entendimento em minha vida, e em minha saude, e de minha boa vontade do, e outorgo a vos D. Affonso meu filho, e da sobredita Raynha D. Beatriz minha mulher os meus Castellos, e as minhas Villas de Marvão, e de Portalegre, e de Arronches com todos seus termos desses Castellos, e dessas Villas etc...» Mas ha mais. No foral dado em 1226 por D. Sancho II a Marvão² já se falla em

¹ Tomo I, pag. 62.

² *Portugaliæ monumenta historica*, vol. I (*Leges et consuetudines*) pag. 606.

castello. Como conciliar então o foral de Sancho II e a doação de Affonso III com a noticia de que D. Diniz fundara o castello de Marvão, de que se trata agora, e o de Portalegre? Perfeitamente. A D. Diniz o que se deve é a construcção regular d'esses castellos. ¹ Desenvolveremos agora o que já dissemos n'outro relanço d'este livro. ² D. Affonso, irmão de D. Diniz, pretendia nomear suas filhas, casadas com fidalgos castelhanos, nas villas de Marvão, Portalegre e Arronches. O rei receiava não só esta intervenção dos senhores de Castella nos dominios de Portugal, mas tambem desconfiava das intenções usurpadoras do infante, que proclamava ter melhor direito á corôa do que seu irmão por haver nascido depois da morte de D. Mathilde de Bolonha, ao passo que D. Diniz nascera sendo ella viva. Resolveu o rei de Portugal pôr cerco a Marvão, Portalegre e Arronches, acabando a lucta armada por intervenção da rainha santa, que pôde fazer com que D. Affonso entregasse aquellas villas ao rei seu irmão. O infante recebeu em troca as villas de Cintra e Ourem e outros logares chãos na comarca de Lisboa.

Como vimos, a historia documentada de Marvão principia em 1226 com o foral de D. Sancho II. «Pelo lado de Portugal—diz Alexandre Hercu-

¹ *Memoria dos alcaides-môres de Portalegre*, por F. A. Rodrigues de Gusmão. Segunda edição. Coimbra—1867. Pag. 6.

² Pag. 24 e 25.

lano ¹—nas duas primeiras décadas do século XII não se encontraram vestígios de colonias christãs a baixo de Marvão, sendo comtudo de crêr que os sarracenos tivessem abandonado o territorio ao oriente dos logares, que as ordens militares iam povoando entre o Tejo e a fronteira de Alcacer, Montemór e Evora. Assoberbavam-n'os pelo lado da Extremadura leonesa Albuquerque, e pelo norte e occidente as preceptorias e conventos dos templarios, dos calatravenses e dos spatharios. Assim seriam facilmente compellidos a abandonar os pontos fortificados e as suas alcarias (aldeias) que existissem pelo moderno districto de Portalegre.» Em uma nota sobre os dominios christãos no Alemtejo nos fins do século XII, repete Herculano este pensamento: «De feito, á vista dos documentos, a nenhuma das povoações que ahi hoje subsistem, como Aviz, Portalegre, Crato, Villa-Viçosa, Borba, Estremoz, etc., se pode fazer remontar a origem alem do século XIII.» ² Nos fins do século XII apparece um escasso nucleo de colonisação christã: «Da doação d'Açafa resulta que em 1198, em consequencia dos esforços que se faziam para povoar estes districtos, já existia, pelo menos, um castello e um mosteiro ou preceptoria no moderno districto de Portalegre»; ³ mas no século XIII é que, segundo

¹ *Historia de Portugal*. Vol. II, pag. 282.

² *Historia de Portugal*. Vol. II, pag. 445.

³ *Ibid.*—*Ibid.*

o grande historiador, essa colonisação se principia a desenvolver, devendo fixar-se n'essa época a origem historica das povoações christãs do Alto Alentejo.

Conversámos estes assumptos, ligeiramente, emquanto desciamos a ingreme ladeira que, voltada para lêste, se vae torcendo em meandros, e que é o unico ponto por onde a gente pode subir,—sem azas. Fosse lá o Garrett com as suas, que *eram brancas*, a vêr se as poderia bater contra os fragoedos que se encastellam ao norte, ao sul e a oeste. O Garrett! Nem mesmo as opposições parlamentares, que não pensam, quaesquer que sejam, senão em subir e escalar. Pois olhem que era uma bella eschola para ministros, essa. Chamava-se o sr. Julio de Vilhena e o sr. Marianno de Carvalho, e dizia-se-lhes: «O sr. Julio e o sr. Marianno querem ser ministros? Pois muito bem. Aprendam a escalar uma situação, a conquistar o poder: façam favor de chegar ali a Marvão e trepar á fortaleza marinhando pelas fragas.» Era o unico modo de termos governos fortes. Mas o sr. Julio de Vilhena não fez isto, e foi-lhe preferido o sr. Couto Monteiro; nem o sr. Marianno se pode gabar de ter escalado a situação da restauração regeneradora, porque o sr. Fontes acaba de se deixar cair mais uma vez. Mas agora não foi na poltrona do dentista. Foi porque o sr. Serpa retirou a cadeira curul quando o sr. Fontes se ia as-

sentar; e, querendo repol-a no antigo logar, o sr. Corvo e o sr. Lourenço de Carvalho seguraram nos braços do sr. Serpa. Foi o que foi.

Cavalgámos ao sopé da ladeira, e, ao cabo de pouco tempo, estávamos na povoação de S. Salvador da Aramenha, territorio que se presume ter sido o de uma cidade romana, de nome Medobriga, a que depois, por estar ao pé do Herminio, segundo Duarte Nunes de Leão, se deu a denominação popular de Armenha ou Aramenha. De que a actual Aramenha seja a antiga Medobriga ou Medobrica não admittem duvida alguns authores, porque acham que, segundo o *Itinerario* de Antonino, a posição de uma coincide justamente com a de outra. Como quer que seja, o que é certo é que o solo da Aramenha não tem sido escasso, quando pacientemente o exploram, em desentranhar reliquias da antiguidade, sobretudo romanas. D. Frei Amador Arraes diz-nos nos seus *Dialogos*: «Ruínada de todo jaz Mirobriga ou Medobriga, ora chamada Aremenha, sita nas raizes dos montes Herminios sobre o rio Sever, digno de ser conhecido por sua frescura, e pela pescaria das muitas trutas que n'elle se criam. Em meu tempo se acharam nas suas ruinas muitas columnas e sepulturas de marmores preciosos com elegantes letras, e moedas de ouro de bellissimas medalhas. Entre as quacs, duas especialmente recrearam minha vista, pondo os olhos n'ellas. Uma

que se bateu e correu no tempo de Vespasiano censor e de Tito imperador, e Tripociano pontífice, e outra em tempo de Trajano como se mostra nas suas inscripções.» ¹ Balbi falla de amphoras de barro, medalhas e inscripções achadas n'uma quinta dos marquezes de Tancos, termo de Marvão. O sr. Pinho Leal copia uma lapide funeraria achada na Aramenha em 1797 pelo duque de Lafões, e remettida para a Academia Real das Sciencias; alem d'esta copia outra, achada em nossos dias, expressão sua. No reinado de D. João v foi transferido da quinta da *Azenha Branca*,—hoje propriedade do sr. Alvaro da Fonseca Coutinho, cavalheiro muito illustrado, com quem mantive em Portalegre as melhores relações,—para Castello de Vide, um magnifico portico de cantaria lavrada que em tempo tinha sido desenterrado das ruinas de Medobriga e que ornamentava a entrada principal da quinta. Resultou a transferencia da compra que o governador da praça de Castello de Vide, n'aquella época, Manuel de Azevedo Fortes, fizera do portico ao dono da quinta, a fim de o mandar collocar em substituição da *porta do carro*, que estava desmantelada desde que os castelhanos, em 1706, haviam destruido as fortificações. Efectivamente o portico foi armado na cortina chamada de S. Francisco, em 1710, como explica

¹ *Dialogo quarto*, capitulo x.

a inscripção que, para gloria sua, lhe mandou pôr o governador militar de Castello de Vide. O bispo Arraes acrescenta com referencia ao territorio de Medobriga: «Tambem se acham pelos lados do monte em muitos logares, abertas minas de ouro, prata e chumbo, por onde parece a rasão que teve Plinio para dar cognome de chumbeiros aos medubrigenses.» Menos feliz que os *plumbarios* da velha cidade romana, eu nada achei, ao passar por ella, nem mesmo um bocado de chumbo para mandar para o muzeu do Carmo. Devo tambem dizer, em honra da verdade, que eu, depois que li *As noites italianas* de Mery, desconfio sempre um pouco das antiguidades que se encontram nas ruinas romanas; lembra-me o caso do logro armado pelos falsos pastores de Roma aos estrangeiros, sobretudo aos inglezes: offerecem-se-lhes para os guiar e ajudar na excavação do solo, e, ao cabo de algum tempo, encontram, a cinco pés de profundidade, cabeças e braços de deuses, que lá pozeram, e que fabricam expressamente para engodo dos viajantes. O que é certo, porem, é que eu vi no presbyterio de Nossa Senhora da Estrella algumas amphoras de barro, que o capellão, excellente homem que me consta ter já fallecido, me affirmou haverem sido encontradas no territorio da Aramenha; e que em Portalegre, algumas pessoas, dignas do maior credito, possuem objectos antigos de igual proveniencia.

Já dissemos o mais que a indole d'este livro póde tolerar com referencia á historia da romana Medobriga; agora, a respeito da povoação portugueza, resta acrescentar que, depois do estabelecimento do dominio christão, nos primeiros reinados da dynastia affonsina, Aramenha era um reguengo, que D. Affonso II pára si tomara ou reservara, e de que fizera doação em 1217 ao mosteiro de Alcobaca. ¹

É viridente, gracioso o terrêno que vae desde o sopé de Marvão até Aramenha. A abundancia de agua dá ao verde dos campos os tons claros e alegres, que constituem para assim dizer a *boa côr*, indicativa de saude, dos vegetaes. Á raiz de Marvão, d'essa especie de ninho de aguias pendurado no cimo de montanha agreste e fragosa, como diz Herculano, ² e servindo-lhe de fosso, serpeja o rio Aramenho. A povoação da Aramenha fica á margem do rio Sever, que recebe as aguas da ribeira de Marvão e corre para o norte a lançar-se no Tejo. Da amenidade do Sever dá o bispo Arraes noticia, como vimos. Quanto ás trutas, se o virtuoso prelado as comeu, nós não as provamos. N'isso não fallamos, pois. Junto á serra da Portagem, a cujas grutas nos vamos referir, e proximo a Aramenha, ha uma copiosa nascente, denominada *Olhos d'agua*, que

¹ A. Herculano. *Historia de Portugal*. Vol. II, pag. 486.

² *Ibid.*—*Ibid.* Pag. 302.

faz mover alguns moinhos. Como vêem, o logar é azado para vegetação abundante, e deleitoso remanço. As cavernas da serra da Portagem são duas, e creio que communicam entre si. Presume-se haverem sido uma vasta mina de chumbo ou estanho explorada pelos *plumbarios* de Medobriga. Tambem estas grutas teem, por varias vezes, deixado desentranhar de si antigualhas preciosas. Por onde se vê que o logar é de geito para contentar pintores, archeologos e, de mais a mais, poetas. O dr. Laranjo, quando punha nas tradições lendarias do alto Alentejo o seu ideal romantico, o que aconteceu annos antes de pôr no programma da Granja o seu ideal politico, descreveu a *Cova da moura* n'esta bella pagina arrancada por nós á *Folha*, ¹ de Coimbra: «Em terreno pouco mimoso, cheio de rochas calcareas e comado de charas e carvalhaes está ella situada; terá vinte metros de profundidade, oito de comprido, e cinco de largura; corta-se a prumo, e tapeta-se o fundo de raizes de azinheiras e carvalhos, que se cruzam, e se entrelaçam, como serpentes, que se en-

¹ Excellente periodico litterario, que principiou a publicar-se em Coimbra em 1868, e do qual era director João Penha. Redigiam-n'o Candido de Figueiredo, Simões Dias, Gonçalves Crespo, J. F. Laranjo, Guerra Junqueiro, Sousa Viterbo, etc. O unico senão litterario adveio-lhe da nossa collaboração. A lenda da *Cova da moura* principiou a ser publicada no n.º 12—1869.

roscam, e se atam em nós, para se partirem o corpo; derrama-se a hera pelas paredes produzindo um effeito bello e imponente, mas horroroso e triste; abre-se na do poente a famosa galeria, de que te-nho, e terá ouvido descripções, que em nada cedem ás dos palacios encantados das *Mil e uma noites*, o seu livro querido; arremecemos pedras ao subterraneo, partiram-se ellas á entrada, e traziam-nos um echo surdo e prolongado, como de mulher, que se lamenta já rouca.» Por onde se vê que até os poetas devem achar-se bem, á mistura com os pintores de paizagens e os amadores de velharias, n'aquellas graciosas paragens da Aramenha. Mas, não se sendo paizagista, nem trovador, nem antiquario e, sobretudo, tendo-se vontade de jantar, quebra-se o encanto de Armida, se o houve, e lança a gente o seu cavallo em direcção... aos biffes. Foi o que nos aconteceu, o que fizemos. Quando chegamos a Castello de Vide, depois de havermos atravessado o Prado, cahia a noite.

Quando hoje, depois da publicação do *Codigo administrativo* de 6 de maio de 1878, penso n'aquelle pequeno concelho de Marvão, unicamente composto de tres freguezias, confesso que o vejo ainda por um prisma mais sentimental do que aquelle por que o vi, debruçado nas muralhas da fortaleza. Tanto custou a formar aquelle concelho no seculo XIII, tão sabiamente procurou D. Sancho II attrair ali habitantes, concedendo-lhes os

largos privilegios municipaes de Evora, para que elle tenha talvez de perder a sua autonomia, de desaparecer brevemente dessangrado pela lanceta implacavel do novo codigo administrativo!

Conversemos um pouco a este respeito.

X

Pela derrama lançada ao concelho de Marvão no ultimo anno, em conformidade com a lei de 30 de março de 1861, vê-se que esse concelho contribue para as despesas districtaes com a quantia de 655\$320 réis, proporcional ás respectivas contribuições, e convem desde já notar que em todo o districto de Portalegre ha só mais um municipio, o do Gavião, que pague, como o de Marvão, uma contribuição relativamente insignificante. Alem d'este encargo, que é antigo, o novo codigo administrativo vem exigir de Marvão em particular, e de todos os pequenos concelhos em geral, sacrificios incompativeis com os seus recursos. Pelo artigo 127.º, § 9.º do *Codigo* do sr. Sampaio, são despesa obrigatoria das camaras municipaes os vencimentos de aposentação dos funcionarios da

camara e da administração do concelho, aposentação concedida pelo artigo 353.º do mesmo *Código*. Além do que, o artigo 127.º, já citado, põe também a cargo do municipio as despesas com a instrucção primaria. Convem, pois, que vejamos, na lei de 2 do mez das grandes reformas de 1878, quaes sejam estas despesas. São: os vencimentos dos professores e ajudantes de ambos os sexos, e a aposentação dos professores vitalicios. Um concelho como Marvão deve certamente ficar afogado n'esta grande descentralisação de despesas.

O sr. conde do Casal Ribeiro, apreciando recentemente na camara hereditaria o código administrativo apresentado pelo sr. Martens Ferrão e o código administrativo estabelecido pelo sr. Sampaio, cotejava-os, e dizia com a auctoridade da sua palavra sempre brilhante e correcta: «Ha na lei actual, e direi isto porque costume ser sincero em tudo, e não hei de deixar de o ser n'este momento, ha na lei actual uma cousa no meu entender preferivel á do sr. Martens Ferrão. Permitta-se-me que o diga, embora tenha pelo meu nobre amigo, como sabe, tão grande veneração. A lei actual, sendo muito liberal, é mais conservadora que a do sr. Martens Ferrão. E digo mais conservadora, porque respeita mais a tradição local, a autonomia das localidades. A lei do sr. Martens Ferrão theoricamente era mais perfeita, porque consignava uma nova divisão dos districtos e dos

concelhos, que estava mais em harmonia com os principios estabelecidos n'essa lei. N'esta parte a lei do sr. Sampaio deixa os districtos e os concelhos como estavam, conserva a tradição e a autonomia local, e por isso passou a lei, e passou sem difficuldade, e sem difficuldade se executa. Todos sabemos o que são as autonomias locaes, sabemos que todas as localidades, que são concelho, não querem deixar de o ser, que todas querem conservar as suas autonomias, que quando se vae annexar um concelho a outro, ou uma freguezia a outra, levanta-se a bandeira da discordia, porque cada um se julga expoliado, como se o lançassem fóra da sua casa, ou lhe roubassem alguma coisa de seu.» ¹

Ah! mas permitta-nos o illustre estadista e eloquente orador que lhe digamos que se a lei do sr. Sampaio não altera a divisão administrativa, e não ataca por esse lado a autonomia local, vibrando á cabeça dos concelhos um golpe decisivo, fulminante, ataca por outro lado a autonomia dos municipios, porque lhes rasga as veias com uma cruel descentralisação de despesas, para os deixar morrer lentamente até que, finalmente exangues, exalem o ultimo suspiro. O que acontecerá aos pequenos concelhos que viviam até aqui satisfeitos da sua peque-

¹ *Discursos do conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da corôa—1879. Pag. 34 e 35.*

nez pela manutenção da sua autonomia? Que procurarão o arrimo dos grandes concelhos, como um doente procura um braço forte que o ampare, o que equivale a dizer que se deixarão absorver por elles, perdendo o seu nome, a sua independencia, as suas tradições. Mas nada d'isto se perde sem uma enorme reluctancia. O que acontecerá decerto será que os pequenos concelhos resistirão, e que a lei recuará. Os habitantes dos pequenos concelhos virão apresentar de joelhos as suas creanças famelicadas aos pés da lei, e pedir-lhe piedade para ellas, que não tardarão a morrer á mingua porque os impostos devoram o que ellas deviam comer. Imitarão a scena de Ignez de Castro, nos *Lusiadas*, ajoelhada com os filhos innocentes ante o throno de Affonso IV. E o que fará a lei? Recuará decerto. Mas se a lei resistir ás supplicas, ai d'ella, talvez! Como na morte de Ignez de Castro, a vingança poderá ser cruel. E o nosso paiz, como todas as casas pobres, estará perdido no dia em que arriscar um passo fóra da ordem. Só com grande sabedoria poderá subsistir independente.

Não me lembra ao certo, n'este momento, qual seja a gratificação destinada pela camara municipal de Marvão ao respectivo administrador de concelho. O que posso affirmar é que é insignificantissima. Pelo codigo de 1842 não era necessario que o individuo proposto para administrador de

concelho tivesse um curso de instrucção superior ou secundaria; comquanto a portaria de 15 de dezembro de 1856 declarasse que deviam ser despachados de preferencia os bachareis formados. Acontecia que em todos os pequenos concelhos, onde a gratificação era sobremodo exigua, podiam ser nomeados para o cargo de administrador de concelho dez ou doze individuos residentes na localidade, porque só a esses convinha o logar. Mas pelo codigo de 6 de maio de 1878 o caso muda inteiramente de figura. Para ser administrador de concelho é necessario ter um curso de instrucção superior (artigo 197.^o) ou então um curso de instrucção secundaria. Ora quaes são os individuos, n'um pequeno concelho, devidamente habilitados com estes requisitos legaes? A propriedade, n'esses concelhos, não dá por via de regra aos chefes de familia o rendimento indispensavel para enviarem seus filhos ás escholas superiores; instrucção secundaria não a ha na localidade.

Por 100\$000 por anno, ou talvez menos, nenhum bacharel formado se resignará a ir enterar-se vivo na solidão de Marvão ou de quejandos desertos. Qualquer individuo que tenha um curso de instrucção secundaria preferirá ser caixeiro de uma casa de commercio, em Lisboa, no Porto, Coimbra ou Braga etc., a ser administrador de concelho n'uma terra onde teria que endividar-se todos os annos para poder viver com a decencia

que a posição official exige. O que acontecerá então? Que ou a lei tem de ser illudida ou que dois individuos, quando muito, legalmente habilitados, empunharão alternadamente o pennacho administrativo, declarando-se em guerra aberta um com o outro, não tanto por serem inimigos politicos, como por serem inimigos pessoases. O que um fizer hoje desfará o outro ámanhã. Eis aqui um permanente fermento de desordem para as pequenas povoações, divididas em dois grupos intransigentes, implacaveis. A origem d'esta agitação idé procural-a ao artigo 197.º do codigo de 6 de maio.

Qual seria, porem, a idéa do legislador ao formular aquelle artigo? O sr. Sampaio, que não é bacharel, que não tem mesmo um curso de instrucção secundaria, sahiu-se na idade amadurecida da experiencia e da reflexão com um grande entusiasmo pelo bacharelado. Porque? Queria talvez abrir extracção á enorme affluencia de bachareis que nos ultimos annos engrossa o mercado dos pretendentes? Mas quando um genero embaratece pela abundancia o que parece mais acertado fazer é estudar as causas da sua abundancia e consequentemente da sua baixa no mercado, para cortar o mal pela raiz. O que fez, porem, o sr. Sampaio? «Ha muitos bachareis? disse. Pois bem, ahi vae um remedio, é o 197.º do meu codigo: façam-se mais bachareis.» E depois d'esta applicação homœopathica sorriu como Juvenal.

Ora quando o sr. Sampaio assim pretendia collocar um bacharel formado em cada concelho, já os bachareis reconheciam—elles mesmos!—que estavam sendo uma praga. O sr. Guerra Junqueiro, bacharel formado em direito, dizia:

Sou como toda a gente um bacharel formado.

E o sr. Sampaio replicava: «Ah! sim! ha muitos bachareis?! Pois façam-se mais bachareis.» Artigo 191.^o do codigo: «Para ser nomeado secretario geral do governo civil é necessario ser formado em direito, etc.»

Todavia, como podesse acontecer que a alluvião de bachareis formados inundasse dentro em pouco Portugal, o sr. Sampaio sempre quiz abrir uma valvula de segurança: portanto permittiu que os governadores civis podessem ser analphabetos. Para esses a lei não tem exigencias. Os cursos superiores, especialmente o de leis, são exigidos para tudo, menos para bem exercer a suprema direcção politica e civil de um districto! Durante a vigencia do novo codigo, um pae contenta-se com mandar ensinar a seu filho instrução primaria elementar, para obedecer á lei de 2 de maio de 1878, e fica por ahi. As suas visitas, todas bachareis formados, pasmam do caso, e perguntam: «Então não manda o menino a qualquer curso?» «Ah! responde o pae ingenuamente, não é preciso: eu destino-o para governador civil.» *Tableau!*

A maior parte dos bachareis formados sente pena de se não ter destinado para governadores civis.

Mas vejamos se estas disposições do novo código,—que parece ter principalmente em vista pôr escoras á universidade de Coimbra—vejamos se ellas serão conformes á verdadeira e racional democracia do nosso tempo. Responda um homem d'estado, que por largos annos foi lustre e gloria do partido regenerador. Referimo-nos ao sr. conde do Casal Ribeiro. Diz s. ex.^a «Quero que o povo saiba ler e escrever, não se lhe ensinando só isso, mas tambem a saber escolher as suas leituras. Se nós temos obrigação, n'um seculo democratico como é o nosso, de facilitar a todos as primeiras portas da sciencia, *não somos por esse motivo obrigados a crear muitos bachareis*. Quem quizer ser bacharel pague, e, se houver um talento de tal ordem que deva ser aproveitado para estudos superiores, não faltará quem o ajude se fôr destituído de bens da fortuna; e, não havendo essa protecção, ajude-o então o estado com um subsidio. O parlamento não deixará de o votar. Se apparecer um talento extraordinario, seja ajudado, seja auxiliado. Assim é que se pratica democracia de boa lei, assim é que se é democrata, e não querendo igualar tudo.»

Mas isto é um paiz onde se não querem aproveitar os cidadãos: o que se quer aproveitar são os bachareis. Diz á porta das secretarias o con-

tinuo: «Traz cartas de Coimbra?» «Perdão, não sou distribuidor do correio. . . » «Nada de zombarias! Pergunto-lhe se é bacharel formado?» «Não sou.» «Pois n'esse caso, rua.» Tres vezes admiravel este paiz onde o sr. Alexandre Herculano não poderia ser secretario geral de um governo civil, nem o sr. Rebello da Silva administrador de concelho; mas onde o sr. Jayme José Ribeiro de Carvalho podia e devia ser governador civil de um districto!

Ora a prova de que estes empecilhos da lei são estupidos, está mesmo no sr. Sampaio. Se qualquer codigo administrativo tivesse tomado o passo a s. ex.^a, ficaríamos privados de um homem publico que, não obstante os pontos em que possamos discrepar, como este, vale muito mais do que dez ou doze de certos bachareis que toda a gente por ali conhece.

Nós temos pelo talento, pelo saber, pela honradez do sr. Sampaio o mais respeitoso culto. Sympathisamos com grande parte dos homens do seu partido, e com alguns dos seus principios. Mas isso não é rasão bastante para que ponhamos uma venda nos olhos e applaudamos cegamente tudo quanto fizerem, bom ou mau. Não escravizamos, por caso nenhum, a nossa consciencia. A nossa critica pesa menos do que o sr. conselheiro Arrobas, mas é independente, desapaixonada, sincera. Dito isto, avaliem-nos como quizerem os bons ami-

gos que temos no partido regenerador e o proprio sr. Sampaio.

Proseguindo. Mas dado o caso que haja um sr. bacharel formado que se resigne a passar toda a sua vida em concelhos onde o logar de administrador de concelho é gratificado annualmente com 100\$000 réis, que futuro lhe reserva o codigo de 6 de maio? Nenhum! O artigo 353.º diz o seguinte:

«Podem ser aposentados com o ordenado por inteiro, os governadores civis, os empregados das juntas geraes de districto, os das secretarias dos governos civis, os das secretarias das camaras municipaes, e os das secretarias das administrações dos concelhos ou bairros, que tendo pelo menos trinta annos de bom e effectivo serviço soffrerem impossibilidade physica ou moral, devidamente comprovada, de continuar a servir.»

E o administrador de concelho, que futuro o espera? Ah! esse, enfermou, envelheceu, inutilizou-se? Pois n'esse caso metta empenhos, e vá para o asylo de Runa, que acabará lá muito bem.

De modo que o sr. Sampaio conseguiu assemelhar-se ás sereias da fabula no seguinte ponto: em attrair com a melliflua voz do seu codigo os sabios da instrucção superior e da instrucção secundaria para depois os afogar á vontade n'um mar de verdadeiras tribulações.

E d'estas não é decerto menor a facilidade com

que, graças ao liberalismo do sr. Sampaio, o administrador de concelho, bem como os demais magistrados ou funcionarios administrativos, pôde ser hoje demandado civil ou criminalmente por factos relativos ás suas funcções sem auctorisação previa do governo. O sr. Sampaio achou que o artigo 357.^o do codigo de 1842 era uma odiosa excepção da lei commum, e, animado do seu espirito liberal, vibrou um golpe á cabeça d'essa terrivel hydra que tinha sido gerada no ventre do sr. Antonio Bernardo da Costa Cabral, hoje Marquez de Thomar. Mas sabe o sr. Sampaio o que fez? Deu azo a que a auctoridade administrativa seja arrastada pelos bancos dos tribunaes a toda a hora, unicamente por espirito de perseguição politica ou de inimisade pessoal. É preciso desgostar um magistrado administrativo? Chovem sobre elle processos crimes de querela ou de policia correccional: consegue-se o fim. E ainda mesmo que esse magistrado seja absolvido, que não tenha havido da sua parte senão o cumprimento dos seus deveres, em que situação fica elle depois de se ter sentado no banco dos réos? Moralmente desauthorisado; precisa immediatamente de mudar de localidade.

Em Lisboa e no Porto ninguem pensa n'estes processos, e todavia sobejos motivos ha, muitas vezes, para intental-os. Está um individuo preso dez, quinze, vinte dias para averiguações, por

suspeitas: ao cabo d'esse tempo, reconhece-se a innocencia d'esse individuo, pede-se-lhe desculpa, e manda-se embora. Que indemnisação concede a lei a qualquer cidadão assim vexado? Nenhuma. Pois, ou tornem legal esta detenção ou acabem com ella. Eu bem sei que os vestigios do crime são na maior parte das vezes fugitivos, que é preciso tempo para os surprehender, mas tambem sei que o magistrado administrativo está entalado nas pontas de um dilemma: deixar escapar um criminoso ou tornar-se criminoso elle mesmo. A sabedoria do governo devia attentar n'estas coisas. Valia mais a pena pensar n'isto do que em guerrear *à outrance* o sr. Pedro Franco, que não era uma bocca de oiro, nem mesmo de prata, que não era um orador para temer, e que representava simplesmente um voto e um xarope. Nas provincias, aquelles processos, a que nos vimos referindo, são uma arma politica de quotidiano manejo. Ah! o administrador de concelho teve um individuo preso mais meia hora, mais um quarto de hora do que devia, porque esteve tratando de outros negocios publicos? Pois bem, processe-se o administrador.

Eu queria de pé o artigo 357.º do código de 1842, não para se abusar d'elle, não para servir de capa de protecção a todas as prepotencias e tyrannias, mas unicamente para que os governos podessem julgar serenamente, longe das paixões

partidarias das localidades, os actos incriminados dos magistrados administrativos. Se realmente havia offensa á lei, abuso de poder, ou o governo dava licença para a continuação do processo preparatorio, como devia, ou não dava, e n'esse caso annullava-se moralmente, porque dava protecção a escandalos, porque affrontava a sociedade. E um governo que se desacredita, está morto. Morre da podridão que lhe corroe as entranhas, se é que os governos teem entranhas...

Os regedores de parochia careciam de auctorisação do governo para serem demandados? Como sabem, a doutrina era controversa. A portaria de 27 de setembro de 1842 declarava ao governador civil de Vizeu que, não sendo os regedores magistrados administrativos, não se carecia de licença regia para contra elles se intentar e proseguir processo algum. Mas os pareceres do procurador geral da corôa, Ottolini, de 8 de novembro de 1842, de 29 de março e 28 de setembro de 1843, fizeram com que prevalecesse a doutrina de que a licença era precisa, por quanto os regedores, posto não pertencessem ao quadro da magistratura administrativa, como o artigo 341.º declarava, exerciam funções de administração publica, propriamente ditas, como o mesmo artigo tambem declarava, e estavam, por isso, incluídos nas disposições do artigo 357.º Desde muitos annos que a licença relativa aos regedores era pedida ao ministro do reino,

que ouvia sobre o caso o procurador geral da corôa. De modo que os regedores de parochia, homens rudes, em geral pequenos proprietarios ou trabalhadores do campo, que se deixavam nomear unicamente a pedido do administrador do concelho ou por imposição dos grandes proprietarios, dos grandes influentes eleitoraes, estão hoje sujeitos a largar todos os mezes a charrua ou a enxada para irem sentar-se no banco dos réos. Por via de regra, os regedores de parochia não commettem revoltantes abusos de poder, não erram de tenção feita, erram commettendo pequenas infracções da lei, porque inteiramente ignoram o codigo administrativo na parte relativa ás suas attribuições. Mas teem inimigos politicos, porque teem influencia eleitoral, e portanto estão sujeitos a toda a casta de vinganças, de despeitos partidarios e pes-soaes.

Estes pobres homens, quando acaba o anno por que são obrigados a servir, solicitam ordinariamente a sua exoneração. O administrador, os amigos do governo, pedem, instam para que continuem a exercer o cargo, porque, se se retirassem, *adviriam estorvos, contrariedades. É um favor, um grande favor...* Muito bem, o regedor fica sujeito a todas as impertinencias officiaes do seu cargo, e a todas as vinganças politicas de que o queiram fazer alvo. Em compensação, quaes são as garáñtias que a lei lhe dá? Isenta-o de aboletamentos

de tropas em tempo de paz, o que pode acontecer uma vez na vida, e de quaesquer contribuições municipaes directas, o que não é para os pequenos proprietarios um grande favor. Quanto a emolumentos, esses são, de direito, para elle, mas pertencem, de facto, ao escrivão da regedoria, o que é justo: dois homens fazem sociedade para exercer litterariamente funcções administrativas; qual d'elles deve ter maiores benesses? O que tiver melhor grammatica, está claro.

Mas, n'estas circumstancias, aggravadas pela amputação do artigo 357.º, como hão de os administradores de concelho ser exigentes com os respectivos regedores, requisitar a sua presença em muitos ramos de serviço publico em que ella me parece indispensavel? Citarei um.

Especialmente nos concelhos ruraes, conviria sobre modo que os regedores de parochia assistissem, nos paços do concelho, ao pagamento ás amas dos expostos, a fim de verificarem a identidade das creanças, e, no hospicio, á entrega das creanças, para verificarem a identidade das amas.

Ao acto do pagamento, porque ha muitos exemplos, infelizmente, de serem apresentados, n'esse acto, *expostos de emprestimo*, que estão bem alimentados, bem tratados, saudaveis, e que substituem os *verdadeiros*, que, por enfesados e rachiticos, não convem ás amas que appareçam. Ao acto da entrega, porque acontece, não poucas vezes tam-

bem, que uma mulher chlorotica, de maus dentes, de mau cabello, de má côr, de ruim constituição, que acabou de dar á luz, pede a outra, que tem saude, que é forte, robusta, o favor de ir buscar uma creança ao hospicio, dando esta, em vez do seu nome, o nome d'aquella.

E quaes são as consequencias d'este segundo caso? Acontece que a creança recém-nascida não chega a completar um anno de existencia nos braços d'essa ama cujo peito cae vasio e flaccido sobre a cabecinha loira do innocente esfomeado. É esta certamente, especialmente nos concelhos ruraes, uma das causas da grande mortalidade dos expostos, carnificina cruel, que chega a lembrar as hecatombes infantis em honra do deus Moloch!

Mas como ha de o administrador de concelho obrigar os regedores de parochia a fazerem uma jornada de duas ou tres leguas, para assistirem a estes actos, deixando o seu trabalho, a sua lavoura, elles, as pobres victimas a quem o novo codigo de 6 de maio impõe sobre as cabeças montesinhas a espada de Damocles das vinganças politicas e dos odios eleitoraes?!

Impossivel!

Confessamos, francamente, que o codigo gerado por obra e graça do sr. conselheiro Sampaio nos quer parecer delineado no Terreiro do Paço, e approvedo em S. Bento, para ser executado na lua.

Venha mais um exemplo, que localisamos ainda em Marvão. O artigo 10.^o estatue: «Não podem pertencer ao mesmo corpo administrativo parentes por consanguinidade ou afinidade dentro do terceiro grau da linha recta ou transversal, contado segundo o código civil.» Cuidamos perceber que a intenção d'este artigo, consagrado á geometria dos graus de parentesco, visa a obstar a essa especie de feudalismo de familias, que havia em muitas localidades. Assim será, mas entra para a câmara municipal um membro de qualquer d'essas familias influentes e poderosas, e isso basta aos fins politicos d'essa familia: portanto, o feudalismo subsiste. E o que acontece é que nos pequenos concelhos, como Marvão, é quasi impossivel encontrar, para organizar uma camara municipal, quatorze individuos, que estejam nas condições de ser eleitos vereadores effectivos e substitutos, e que não tenham parentesco entre si. Então direi mais. No proprio concelho de Portalegre, cuja população é importante, o maior numero dos individuos aptos para fazerem parte dos corpos administrativos são parentes dentro do terceiro grau. O legislador não deve só ter em vista Lisboa e Porto, porque, felizmente, ainda em Portugal ha mais alguns palmos de terra alem d'estas duas cidades que deitam foguetes politicos e *fazem opinião* de «tres respostas.»

Mas é preciso acabar.

O leitor, especialmente a leitora, está decerto enfastiado d'estas longas dissertações, que, aliás, o titulo do livro justifica.

Rematando, direi que o *Codigo administrativo* não é seguramente o monumento perduravel do sr. Sampaio. Já dissemos que o sr. Sampaio era um homem de grande valor. Mas, verdade verdade, quem fizesse apenas obra pelo *Codigo* de 6 de maio havia de definir o sr. Sampaio por estas palavras, pouco mais ou menos: «Jornalista, era a esperança de um grande ministro; ministro, foi o epitaphio de um grande jornalista.»

X I

Por muito tempo, em Portalegre, andei a procurar um romance com o mesmo affan com que os alchimistas procuravam a pedra philosophal. Quando dava algum passeio pelos arrabaldes, ficava-me a olhar para qualquer jardinsinho circumposto a um casal, para uma fonte ladeada de velhas arvores, para um pequeno bosque viridente e pintalgado de flores silvestres. Parava, e perguntava: «Ha por ahi algum romance?» E o *Codigo administrativo* umas vezes dava cabriolas sobre a relva do jardinsinho com a falsa alacridade de um palhaço do Price e respondia: *Não*; outras vezes pendurava-se dos ramos das arvores, como um macaco, e, bamboando-se sobre a fonte, gritava: *Não*; finalmente, jogando comigo as escondidas por entre os macissos de verdura, pas-

sava a cabeça por entre as sebes, e aflautava a voz para dizer: *Não*.

Quando eu via as borboletas levantarem-se, em gyros caprichosos, de sobre um estendal de boninas, chegava a ter-lhes inveja: porque ellas já levavam arrebatado o nectar das flores, e eu ainda não tinha assimilado a substancia de um livro. Lembra-me de que Sterne se gabava de ter apanhado no ar as idéas que passavam fluctuando, e eu quiz agarral-as dando-lhes caça com a concha da mão, mas desisti do empenho porque, uma tarde, em vez de uma idéa, colhi uma vêspera, que me mordeu.

Decididamente—dizia eu comigo mesmo—o romance é como certas plantas que teem logares de predilecção, climas especiaes, e pretendia convencer-me de que em Portalegre não vegetava o romance nem... a tulipa negra.

Mas um dia, por acaso, conversava eu com um illustrado cavalheiro da localidade ácerca dos mais notaveis edificios de Portalegre, especialmente ácerca dos conventos. Fallámos no de S. Bernardo, agora despovoado, mais do sumptuoso tumulo do seu fundador, D. Jorge de Mello; do de S. Francisco, que data do seculo XIII, metade fabrica e metade quartel; do de agostinhos descalços, onde estão a administração do concelho, a repartição de fazenda, uma escola, o tribunal e a cadeia; do collegio de S. Sebastião, de jesuitas, construido em 1605; do de...

Perdão. Quando a conversação cahiu sobre o amplo collegio da Companhia de Jesus, hoje convertido em fabrica, disse-me o meu illustrado interlocutor que na sua familia andava um manuscripto cujo assumpto romantico prendia com aquelle collegio.—O que! exclamei eu. Está bem certo d'isso?!—Certissimo! Eu lhe conto, muito pelo alto, a historia do manuscripto, o que não quer dizer que da melhor vontade lh'o não forneça para mandar tirar cópia, se quizer.

Ouvi a narração empallidecida por lapsos de memoria, que o proprio narrador accusava. E depois de ter ouvido, apaguei a lanterna de Diogenes: havia, finalmente, encontrado um romance. Eil-o ahi vae architectado sobre o manuscripto, que é visivelmente do principio do seculo passado. Como é preciso pôr-lhe um titulo, chamar-lhe-hei

A ultima rosa

Bem sei que vão zombar d'este titulo que res-cende fragancias de romantismo.

E comtudo nada ha mais real do que os rouxi-noes e as estrellas, as brisas e as rosas, que a natureza ainda nos conserva para regalo dos sentidos e enlevo da alma, mas tudo isso querem afugentar dos livros as guardas avançadas dos exercitos litterarios do *realismo*. Abaixo os logares

communs da poesia de 1830! gritam os ousados guerrilheiros. E, apontando a sua clavina ao romantico rouxinol dos sinceiraes, gritam ebrios de sangue e de progresso: «Abaixo, meu velho rouxinol de Bernardim»: E armando no ar a torre dos titans, e estendendo o braço para as estrellas, exclamam raivosos: «Vinde a terra, antigas estrellas do Genesis». E oppondo a barreira dos seus poemas revolucionarios á passagem das brisas matutinas, praguejam medonhamente: «Para traz, brisas da Arcadia, rumorosas e perfumadas». E talando os jardins de Armida, onde a poesia tantos annos vivera encantada como o Achilles christão da *Jerusalem*, lançam-se impetuosos sobre os rosaes, desfolhando-os e rugindo: «Morte á rosa, a velha rainha das flores, que teve por cortesãos Sapho e Anacreonte».

Mas tudo isso não é de 1830, ó corajosos demolidores, tudo isso é do principio do mundo, tão antigo e tão novo como elle; tudo isso tem na terra uma realidade formosa, e vós sois os paladinos do real: para que esgrimís, pois, contra todas essas coisas bellas que incessantemente se renovam na perfeição de sua mesma formosura: os rouxinoes e as rosas cada primavera, as estrellas cada noite, as brisas cada manhã?

Vós haveis de morrer, e ellas hão de ficar: as rosas a enflorar-vos a lousa, a brisa a baloiçar-vos as rosas, os rouxinoes a cantarem entre os

rosaes, as estrellas a palpitarem no azul sereno e vasto como tremulas flores de luz.

Já sei que este romancinho vos desagradará. Paciencia. Elle é um d'esses pequenos poemas que as flores tantas vezes perfumaram; poemas verdadeiros, reaes, que tiveram tambem a sua idealidade de visões e phantasias laerimosas ou rutilantes. Um escriptor delicadissimo poderia escrevel-o nas folhas da rosa que tomasse por titulo. Ultima rosa, digo eu, porque é realmente a ultima d'uma primavera romantica de ha dois seculos; e porque, se vós desfolhardes de feito todas as rosas dos livros, já que não podeis desfolhar as que nos rosaes redivivem, esta será a ultima rosa do romantismo, e ficará a perfumar o meu nome obscuro baloiçada docemente pela bafagem da saudade de um tempo melhor que passou.

Elleahi vae, a Deus e á ventura.

Em 1650, dez annos depois da restauração de Portugal, vivia em Lisboa, estabelecido na rua Nova dos Ferros ou dos Mercadores, um negociante de pannos, natural de Cezimbra, viuvo de uma senhora italiana, e por esse motivo aparentado com algumas, e relacionado com quasi todas as familias oriundas de Italia, residentes em Lisboa.

Em casa d'este negociante, que tinha o appellido de Velloso, havia duas meninas, quasi da mesma idade, uma das quaes se chamava Isabel,

filha do mercador, e outra se assignava Feliciano de Milão, posto se lhe não conhecessem paes. Sobre a origem d'esta menina, que era um prodigio de formosura e vivaçidade, pesava o mais impene-travel mysterio, que nem o proprio negociante sa-bia decifrar. Um dia fôra chamado por um collega milanez, com quem sustentava affectuosas relações commerciaes e particulares, e que, desgostoso por uma fallencia inesperada, visinhava da morte. Este italiano dissera *in extremis* ao amigo: «Morro po-bre, e contente sahiria da vida se não deixasse ao desamparo uma pessoa por amor da qual traba-lhava. Mas, antes de morrer, ainda me resta um meio de combater os dolorosos reccios que n'este momento me attribulam: é estender a mão á cari-dade por amor d'essa creança. Começo o appello por ti, cujo coração conheço de sobra. A origem d'essa menina, que tanto estimava, não t'a posso revelar, mas nem por isso lhe ficarias querendo mais se a conhecesses.» E os soluços e as lagri-mas embargavam-lhe a voz. Velloso cingiu-o con-tra o peito, e disse-lhe chorando: «Fica descansado, porque essa menina, quem quer que seja, terá em minha casa um logar ao lado de Isabel.»

Horas depois morria serenamente o italiano, e Isabel passava meigamente o braço á cintura da sua hospeda e companheira, que, sem saber quem era a sua familia, aprendera a assignar-se Feliciano de Milão.

Por isso o monge frei João de S. Pedro, quando, com o pseudonymo de Damião de Froes Perim, escrevia o *Theatro heroïno, abecedario historico e catalogo das mulheres illustres em armas, letras, acções heroicas, e artes liberaes*, dizia de D. Feliciana de Milão, passado um seculo: « . . . nasceu em Lisboa, de paes incognitos, em 8 de outubro de mil seiscentos e trinta e dois ».

A amizade das duas meninas desabrochou com o primeiro beijo que permutaram, e medrou n'uns extremos e delicadezas de affecto como se foram irmãs pelo sangue. Velloso, que comprehendia arrojadas operações commerciaes, de que, por vezes, auferia grandes lucros, dava a ambas as meninas uma educação, que então era inexcedivel e ainda hoje se podia chamar primorosa. Mandou-lhes ensinar varias linguas, letras humanas como n'esse tempo se dizia, e musica por um dos mais afamados mestres da capella real de D. João iv.

Pouco tempo foi preciso para que o negociante de pannos irmanasse na mesma estima a filha legitima e a adoptiva. A prophesia do milanez realisara-se de todo o ponto. Feliciana, que tinha então os seus dezoito annos, impozera-se rapidamente á amizade de Isabel e do pae pela vivacidade da sua intelligencia, pela graça e agudeza dos seus ditos. Isabel, que era naturalmente melancolica, dada ás vagas tristezas dos genios pensativos, alegrava-se com os relampagos de vida que o espirito de Fe-

liciana rutilava a cada momento, e o negociante, quando á noite recolhia da sua labutação, folgava de ouvil-a disreterar sobre qualquer assumpto, ou lêr em algum dos livros que elle a miude lhe comprava em casa do livreiro-poeta Francisco Lopes.

Costumava dizer Velloso: «Tenho duas filhas, ou antes, tenho uma só, porque uma vive da vida da outra.» E era verdade. Ás vezes perguntavam-lhe por ellas na loja, e elle respondia: «O que vale a Isabel é a *minha doutora*.» A *sua doutora* era Feliciano. Quanto a recato, não havia que dizer a ambas as meninas, apesar de n'aquelle tempo ser a rua Nova dos Ferros o centro da mordacidade lisbonense. Façam idéa. De cada lado da rua havia quarenta e cinco moradas de casas, e em todas as casas havia lojas de varias industrias, desde o mercador de sedas até ao barbeiro, lojas onde se reuniam todos os dias os ociosos e os inuteis, que são os que fallam mais e peor.

Isabel parecia uma menina inteiramente ignorante de negocios de coração, posto que elle se lhe denunciasses frequentemente por indefinidas tristezas e sonhos tão doces, mas tão nublosos como a via lactea; Feliciano, ao contrario, tinha a penetrante intuição que dispensa experiencia, e tirava dos livros e das conversações illações luminosas e seguras: todavia nenhuma d'ellas havia ainda amado.

O negociante, quando se entrelembrava da possibilidade de ser qualquer dia requestada e pedida

uma das duas meninas, tremia por si e por a que ficasse; preferiria que lh'as levassem ambas de casa para ser elle só a soffrer a grande saudade que devia enlutar o seu lar, quando o amor lh'o despo-voasse.

No empenho de poder saborear, nos escassos dias do seu curto descanso, a meiga companhia de Isabel e Feliciano, comprara em Olhalvo, perto de Alemquer, uma das muitas quintas que n'aquelle ponto da Extremadura verdejam o seu deleitoso arvoredado, entrecortado pela alvura dos casaes. Fôra na livraria de Francisco Lopes que lhe inculcaram esta quinta, encarecendo-lhe o illustrado livreiro a formosura de Alemquer e circumvisinhanças, sitio onde muitas das mais gradas pessoas de Lisboa possuíam herdades, sendo uma d'essas pessoas o desembargador Castro, por alcunha o *Malmede*, conhecido de Velloso. O negociante chegou a casa, referiu ás duas meninas o que se tinha passado na livraria de Francisco Lopes, contando quanto elle lhe encarecera a belleza do sitio, e logo Feliciano, animando-o, bem como Isabel, á compra da quinta, lhe recordara uma quintilha do livreiro-poeta na vida de Santo Antonio:

Junto da patria ditosa
D'Antonio e minha tambem,
Uma villa está famosa,
Que Alemquer por nome tem,
Fresca, alegre, e deleitosa.

Tambem o desembargador *Malmède* affoitou Veloso á compra da quinta, na esperanza de ter quem o desenfadasse nos ocios rusticos de Olhalvo, pois que o filho militava contra Castella e fôra um dos valerosos portuguezes que em Montijo seguiram a espada vingadora de Mathias de Albuquerque, e a filha, Violante de Castro, era uma menina sujeita a caprichos hystericos, que as criadas da casa diziam ser *mau genio*, e os medicos modernos denominariam cortezmente *nervoso*.

O que é certo é que esta menina Castro tinha um excellente coração, não obstante as intermitencias de bravesa que de vez em quando a acometiam; n'isto se parecia com o pae, sujeito pachorrento e docil, excepto quando os ataques de figado lhe azedavam o genio, ou quando alguém cahia na indiscrição de lhe chamar *Malmède*, suprema injuria que podia fazer-se á sua prosapia e á sua béca.

O negociante comprou, de feito, a quinta de Olhalvo, que era realmente formosa, sobretudo no ponto em que o laranjal copava deleitosa sombra, e bracejava para a quinta do desembargador até roçar as frondes pela parede divisoria das duas propriedades, toda vestida de roseiras, o que na primavera, quando o laranjal e o roseiral floriam, tornava delicioso aquelle sitio.

Algumas vezes encontravam-se as duas familias em Olhalvo e, ao fim da tarde, insensivelmente se

reuniam ali, conversando largamente o desembargador e o negociante sobre os acontecimentos que a politica da restauração ia occasionando, e as tres meninas nos variados assumptos que a inquieta phantasia de quem é moço naturalmente suggere. Um dito de Feliciana de Milão, ruidosamente saudado pelas sonoras risadas de Violante e Isabel, despertava de quando em quando a attenção dos velhos, que n'aquella doce atmosphaera, perfumada com o aroma das rosas, das laranjeiras e da alegria juvenil, remoçavam deslembrados de Lisboa, e, diga-se a verdade, da augusta pessoa do rei D. João IV, mais da sua côrte recém-nascida do patriotismo de quarenta fidalgos.

Na primavera de 1650, por uma das mais bellas tardes que o céo portuguez sabe anilar doce-mente, o desembargador Castro participava, com semblante radioso, ao negociante, a proxima chegada do filho a Lisboa, ao mesmo tempo que Violante, doida de jubilo, fazia igual communicacão no grupo das meninas.

Depois da batalha de Montijo, em que o capitão Luiz de Castro tão singularmente se assignalára, a guerra com Castella proseguira com menor ardor, e, após nove annos de ausencia, isto é, desde os primeiros tiros trocados no Alemtejo entre hespanhoes e portuguezes em junho de 1641, era a primeira vez que esse bravo official voltava a Lisboa para abraçar a sua familia.

A distincção dos seus serviços n'essa longa campanha fizera com que de preferencia o escolhessem, a fim de lhe darem uma pequena folga, para a commissão de ensino dos terços auxiliares de Lisboa, terços que em cada comarca eram constituídos pelos filhos de viúvas e pelos casados.

—Havemos, dizia o desembargador a Velloso, de tratar com o maximo respeito o *sr. capitão*, pois que somos soldados da terceira linha, uns pesadões que só podemos servir para guarnecer fortalezas em ultimo caso. Quer dizer, quando já não houver polvora para atirar aos castelhanos, atiram-lhe com a nossa velhice e com o nosso rheumatismo.

E riam muito os dois velhos, um da propria alegria, outro da alegria alhêa.

Isabel e Feliciana conversaram á noite no seu quarto a respeito do capitão Castro, que passaria alguns dias em Olhalvo com o pae e a irmã, em cumprimento de desejo que por carta manifestára, devendo depois recolher-se a familia a Lisboa.

—Vê lá se vaes amar esse novo Messias, tão festivamente annunciado á christandade de Olhalvo! dissera com o seu costumado bom humor Feliciano a Isabel.

—Eu!... Ora essa! exclamára com hesitação a filha do negociante.

—Tu, sim, replicára Feliciana. Estou a ler na tua imaginação com muito maior agrado do que lia a *Grammatica* de Fernam de Oliveira e os *Exemplares* de Manuel Barata. Á tarde, debruçada no rozal, a tua phantasia estava a pedir um capitão gentil e valoroso, por quem tu tivesses de ficar rezando quando elle de novo partisse para a guerra. O coração e a flôr desabrocham do mesmo modo: querem lagrimas para viçar. Tu querias sóffer amando o teu capitão. O acaso fez-te a vontade. Chega amanhã ou depois o sr. capitão... *Malmede*, perorou Feliciana rindo argentinamente.

O caso é que a Isabel desagradou a ridícula alcunha de *Malmede* lançada ironicamente sobre a gloria do capitão dos terços do Alemtejo.

Chegou effectivamente a Olhalvo o capitão Luiz de Castro, moço em verdade gentil, em cujos olhos luzia a forte vivacidade dos mais ardentes defensores da independencia de Portugal. Na tarde em que elle chegou, Isabel espreitava da janella, a occultas, o momento da chegada, e quando viu galopar na estrada dois cavalleiros o coração bateu-lhe de anciedade. Ambos trajavam capa e sombreiro negros, de modo que lhe não foi possível reconhecer desde logo o capitão. Chamou Feliciana, que zombeteiramente disse, vendo-os aproximar:

—Um é para mim.

E, quando passavam debaixo da janella d'onde as duas meninas os estavam espreitando:

—O da direita quero-o eu.

Feliciano percebera que esse era o capitão, mas Isabel ficara em duvida e de si para si achou em ambos o que quer que fosse de distincto que frisava á reputação do capitão Luiz de Castro.

Pouco depois, desceram as duas meninas á quinta, como era costume, em companhia do negociante; não tardaram o desembargador, a filha, e os dois hospedes. Violante apresentou o irmão: era o cavalleiro a quem Feliciano se referira; o desembargador apresentou o outro, que era seu procurador em Lisboa, e fôra por elle encarregado de acompanhar a Olhalvo o capitão. O companheiro de Luiz de Castro chamava-se Lourenço Coelho Leitão. Desde o primeiro momento, Luiz de Castro demorou visivelmente a sua attenção em Isabel: Feliciano reconheceu esta preferencia espontanea. Á noite, no quarto de ambas, Isabel parecia contrariada. Feliciano desatou a rir.

—É já o amor? perguntou ella.

—Não zombes, respondeu Isabel.

—Por fim de contas, tornou Feliciano, olha como eu escolhi bem!

—Sim, o *teu*, replicou com mal disfarçado despeito Isabel, é realmente o capitão.

—O meu! gargalhou Feliciano. Eu cedo-t'ó, guarda-o, aceita o capitão que já se te offereceu

com os olhos, e deixa-me o outro, que é um *jantar* completo.

—Devéras? interrogou com anciedade Isabel.

—Devéras, louquinha. Eu quiz rir da tua boa fé, e mais nada.

E abraçaram-se rindo, uma de alegria, porque o capitão era seu; outra de descuidosa jovialidade, porque não queria nenhum dos dois.

Foi assim que o capitão Luiz de Castro entrou nos dominios do amor, muito menos serenamente do que havia entrado em Hespanha, para combater contra o exercito de Moliguen.

Comquanto o filho do desembargador *Malmede* pertencesse ao numero dos subidos cavalleiros a quem Camões dizia que

... a esperança

Da liberdade está na vossa lança,

o amor arraiou-lhe no peito com a timidez com que a luz matinal espreita por entre os turbantes de nevoa que toucam o duro craneo das montanhas, como pouco mais ou menos podiam dizer os poetas que por aquellé tempo geravam a *Fenix renascida*. Porque era tamanho recato no amarem-se, —porque desde as primeiras horas se amaram,— se ambos eram livres, e se não podiam suspeitar ainda que esse nascente devaneio fosse mal recebido pelo desembargador ou pelo negociante? Hesitações do coração que balbucia as primeiras

estrophes do seu poema, e que se parecem com as do collegial que se aventura á declamação das primeiras estancias dos *Luziadas*. O certo é que esse amor não se achou com coragem de ultrapassar a penumbra mysteriosa em que nasceu. Amavam-se em segredo, tendo Isabel apenas um só confidente, que era Feliciano.

De manhã, isto é, a horas desencontradas do *rendez-vous* habitual das duas familias, viam-se e fallavam-se ligeiramente o capitão e Isabel, á sombra das laranjeiras, no rozal da quinta. O receio que acompanhava estas entrevistas extranhamente as divinisa. O laranjal florido tinha o que quer que fosse do casto *boudoir* d'uma noiva, onde o olhar ardente do capitão só de relance e a medo podia penetrar. O rozal, a almofada de rozas em que Isabel se debruçava para fallar a occultas a Luiz de Castro, conservava aos olhos d'elle, quando a imagem adorada desaparecia, o leve vestigio da pressão dos braços d'ella, o que prolongava indefinidamente o encanto mysterioso d'esses breves colloquios.

Feliciano protegia estes innocentes amores, mas de si para si achava que um amarem-se tanto a medo era mais supplicio do que delicia; mais corajosa e resoluta do que Isabel, quizera ella avocar livre de péas, ás doidas, como as borboletas, se comsigo fôra, pelas lucidas espheras do amor, mais harmoniosas que as de Pythagoras.

Chegou o dia marcado para regressar a Lisboa a família do desembargador Castro. O capitão desejára ardentemente dilatar essa deliciosa *villegiature*, mas tolhiam-lh'o o desempenho da sua commissão militar e o receio de denunciar-se interessado na demora em Olhalvo. Na manhã do dia da partida avistaram-se os dois no rozal, e foi essa a primeira entrevista mais desassombrada de receios. O capitão foi apaixonado, jurára pela sua espada gloriosa amar eternamente Isabel, e combinaram o meio de se cartear em Lisboa, visto que se não podiam fallar por obstar a continua concorrência da rua Nova dos Ferros. Feliciano havia-se encarregado de fazer chegar as cartas ao seu destino.

Ao despedirem-se, nos olhos de Isabel emperlaram duas lagrimas; o capitão ousou beijar-lhe a mão convulsa e fria. Ella fugiu pressurosa como se houvera commettido um crime. Algumas petalas de flôres de laranjeira despegavam-se mansamente do alto do arvoredor, e, volteando no ar, cahiam-lhe sobre a cabeça ou resvalavam-lhe nos hombros.

Elle viu-a desaparecer nas profundezas do arvoredor com a ideal saudade com que muitas vezes tinha visto sumir-se no longinquo azul do céu a flecha luminosa d'uma estrella cadente.

XII

Em Lisboa, começara o periodo das melancolias namoradas, que a recordação do passado sobre-doiira: esbatiam-se n'um quadro cheio de penumbra e mysterio o rosal, o bosque das laranjeiras, a figura de Luiz de Castro, o doce chilrear das aves no arvoredó...

Quando Isabel chegava á janella, via na rua, no Chiado d'aquelle tempo, os ociosos do século dezesete, e retraia-se de golpe, para ir relêr pela centesima vez a carta d'*elle*.

Chegára, finalmente, occasião de voltar á quinta o negociante Velloso, e Violante, que nem sequer suspeitava a existencia d'esses mysteriosos amores, pedira ao desembargador para irem passar alguns dias em Olhalvo, pois que Isabel intencionalmente a fizera prevenir da partida.

O capitão Luiz de Castro conseguira ir também, e nos tres primeiros dias da nova *ville-giature* reviveram, com o mesmo mysterio e igual doçura, as suavissimas sensações do amor ditoso: eram como duas abelhas do Hyblá que se houvessem descaminhado do colmeal e de repente o encontrassem á beira do argenteo veio que tão propicio é, como Virgilio ensina, á estancia do mel. Mas, ao quarto dia, uma terrivel e inesperada noticia chegára a Olhalvo. Estavam em Lisboa, havia tempos, os principes Roberto e Mauricio, parentes de Carlos II, e constara ao governo portuguez que a armada de Blac se preparava para vir ao Tejo metter a pique os navios dos principes palatinos. O governo de D. João IV resolvera chamar immediatamente alguns terços do Alemtejo para equipar navios que fossem esperar fóra da barra a armada ingleza, e o capitão Luiz de Castro pertencia a um dos terços escolhidos. Foi-lhe preciso partir sem de longas, e partir para expôr a sua vida aos perigos de um combate naval.

Isabel e Luiz de Castro despediram-se muito de relance no roseiral, quasi sem poderem fallar, porque as lagrimas cortavam as palavras que os labios queriam pronunciar. Fôra n'esse momento que elle procurara uma rosa para offerecer a Isabel como penhor de inextinguivel saudade: procurara, dizemos, porque o roseiral ia a perder as suas galas.

Achou só uma rosa que estivesse ainda viçosa; e offerecendo-a a Isabel dissera:

—É a ultima.

—Jesus! A ultima! exclamara, tremendo de superstição, Isabel.

—A ultima d'este anno, emendara elle sorrindo com esforço.

Realisara-se o que Feliciano havia prophetisado: Isabel principiou a chorar as lagrimas de inquietação que os perigos da guerra motivavam, e o capitão tomou aos seus olhos um novo aspecto romanesco, que ao mesmo passo lhe pungia o coração e lhe deliciava a phantasia.

Entretanto, as violentas commoções que desde 1640 abalavam o paiz, haviam prejudicado gravemente todo o commercio portuguez, maiormente o de Lisboa e o que não especulava com objectos de primeira necessidade.

O negociante Velloso, tendo soffrido grandes revezes, vira-se obrigado a vender a quinta de Olhalvo, que em época menos calamitosa adquirira.

Isabel chorou no regaço de Feliciano a intima, a profunda saudade do rosal que para sempre perdia, e onde costumava fallar a Luiz de Castro; parecia que com essa deliciosa quinta lhe arrancavam de sobre o coração as petalas ressequidas da rosa que Luiz lhe dera, e que ella trazia chegada ao peito.

—Terriveis palavras aquellas! segredava Isabel a Feliciano. Elle disse: *É a ultima!* E agora se vê que foi...

—Tolices! contrapunha Feliciano. Quando o desembargador nos convidar para irmos a Olhalvo, ainda *elle* te ha de dar muitas rosas, e tu enflorar-te com ellas que nem um maio menino!

Fez-se noite tormentosa no espirito do negociante Velloso, quando os prejuizos sempre crescentes o obrigaram a fallir. Cingiu amavelmente as duas meninas contra o peito, e disse-lhes por entre as lagrimas que lhe corriam em fio:

—Estamos pobres, minhas filhas, completamente pobres, e já é tarde para recommençar. Nem as circumstancias o permittem, e sabe Deus quando o permittirão!

Isabel encostou-se soluçante contra o peito do pae, mas Feliciano, animando os dois, dissera com firmeza extranha em pessoas do seu sexo:

—Não estamos pobres. Eu sei alguma cousa, e posso ensinar o que sei. Recebi n'esta casa um capital de educação que não seria mais primorosa se eu em verdade fôra irmã de Isabel: pois bem, pago os juroes em trabalho e gratidão, e sinto-me feliz por se ageitar occasião de mostrar que sou filha reconhecida e irmã dedicada.

E abraçou successivamente o negociante e Isabel.

Por mais que os dois tentassem demovel-a d'este

proposito, ella achou sempre no seu brilhante espirito argumentos com que defendesse a resolução tomada.

Toda a gente que tinha convivido com o negociante, conhecia pela fama a precoce illustração de Feliciano e os subidos dotes naturaes do seu espirito. Portanto não lhe foi difficil nem espinhosa a iniciação no magisterio, e os proprios homens de letras, que uma vez a ouviam discursar, eram os primeiros a inculcal-a ás mãos que tomavam a peito a educação de suas filhas. Até o padre Antonio Vieira, á volta de Roma e antes de partir para o Maranhão, a quiz vêr e ouvir. Circumstancias fôram estas que lhe deram um prestigio rapido e brilhante, que espalharam a gloria do seu nome em toda Lisboa.

Ao mesmo passo, Feliciano, vendo-se livre das péas que reprimem a mulher no lar domestico, ouvindo discutir, e discutindo tambem, nas casas que frequentava, não só a politica interna de Portugal, mas tambem as mais graves questões do oriente, a politica de França, onde ardia a guerra da *Fronde*, e a de Inglaterra, onde Carlos II, com as armas na mão, sustentava as suas pretensões ao throno; costumando-se a apreciar os maiores homens d'essa época, Mazarino, Turenne, Condé, Oliveiros Cromwell, o que lhe permittia fazer brillantemente o cotejo e a critica dos principaes vultos portuguezes; conversando com os primeiros

homens de letras e com as primeiras damas da côrte, que dirigiam directamente a educação de suas filhas, pois que os maridos militavam contra Castella; achando-se de repente lançada na liberdade de que o seu espirito tanto precisava e a que tanto queria, Feliciana de Milão perdeu de repente os seus habitos domesticos, deixou de ser a inseparavel companheira de Isabel, para se transmudar na mulher notavel pela sua eloquencia, pelas suas agudesas, pela sua sabedoria, digamos assim, cuja memoria a tradição escripta veio conservando até nossos dias.

Principiaram a citar-se os ditos espirituosos de Feliciana de Milão, ditos que revelavam uma desenvolta graça natural e simultaneamente uma grande independencia de character. Contava-se que indo ella á egreja de S. Roque em dia de festa, as criadas de uma deshonesta dama valida na côrte se levantaram para lhe dar passagem, ao passo que a fidalga lh'a tomava conservando-se de joelhos, e que Feliciana dissera para as criadas:

—Deixae, deixae, que não se levanta de graça quem se deita por dinheiro.

Dizia-se que outra vez lhe pediram uma esmola pelo sagrado nascimento de Christo, e que ella, fazendo allusão á mysteriosa origem de que procedia, respondera:

—Sim, darei, mas não me falle mais em nas-

cimentos, que me enfada muito ouvir fallar n'elles.

Começava a ser respeitada, e ao mesmo passo temida, como todos aquelles que encontram na palavra um prompto meio de corrigir os abusos e defeitos alheios, sem se prenderem com interesseiras considerações.

Á noite, quando Feliciano de Milão recolhia das suas lições, conseguia o milagre de adelgaçar por momentos as sombras que enoitavam o espirito do negociante e de Isabel. Velloso sentia-se morrer no abatimento dos infelizes; a filha pranteava-se entre o leito do pae moribundo e a saudade de Luiz de Castro, que não tornara a ver. O almirante Blake desistira do seu intento, não chegara a haver combate naval, mas o desditoso principe D. Theodosio resolvera ir combater no Alemtejo e o capitão Luiz de Castro fôra um dos escolhidos para o acompanhar. A familia do desembargador visitava algumas vezes a familia do negociante decahido, especialmente depois que os ditos agudos de Feliciano principiam a inspirar receio, posto que houvesse sido menos assidua immediatamente á venda da quinta. Isabel illudia-se com a amizade que Violante lhe confessava, e amava n'ella... o irmão, mas Feliciano desconfiava que o interesse que a familia de Velloso inspirava ao desembargador e á filha era pouco mais de postigo.

Entretanto, Velloso deslisava na ladeira de uma consumpção rapida e fatal. A pobreza e a inercia haviam-lhe cerceado annos de vida em pouco tempo. Esperava resignado a sua ultima hora, e ás vezes dizia ao desembargador Castro:

—Sou mais infeliz que o pae de Feliciano. Não tenho a quem recomendar Isabel. Feliciano é o homem d'esta casa, mas pena é que seja realmente mulher, porque ha de casar um dia, e voltar as suas attensões para a familia que constituir...

D'uma vez, Violante estava presente e, n'um generoso impulso de coração, respondeu:

—Pelo que toca a Isabel não tenha vossa mercê cuidado. Meu pae sel-o-ha de nós ambas.

O desembargador ficou a olhar para a filha, sem saber o que havia de dizer. Velloso agradeceu, do leito, sobremodo commovido.

—Deus pague no futuro em felicidades a v. s.^a, disse elle com voz entrecortada, o bem que as suas palavras me fizeram. Deus a abençoe, senhora. Agora posso morrer, porque das minhas filhas uma fica protegida e a outra menos sobre-carregada. Uma encontrou protector; a outra a si mesma se protegerá.

Semanas depois, fechava os olhos para o somno eterno, e entrava no grande mysterio da morte, sorrindo á filha com a tranquillã confiança no futuro que as palavras de Violante lhe haviam dado. Na hora derradeira apertou reconhecido a mão de

Feliciana, que beijou a d'elle com respeito e carinho filial.

Violante de Castro recebeu em sua casa, como promettera, a orphã do mercador; e parecia auspiciar-se-lhe sobremodo agradavel a companhia d'essa menina que o acaso lhe trazia pela porta dentro offerecendo-lh'a como confidente de todas as alegrias e tristezas que podessem vir a enflorar-lhe o coração, porque na mocidade até as tristezas teem mais de flores que de lagrimas... Violante achava-se agora menos só; afigurava-se-lhe que a sua alma se havia desdobrado, duplicado, renascido. Era tão bom ter com quem fallar a toda a hora, a todo o momento, contando os pensamentos mais fugitivos, as impressões mais subteis! D'este modo a vida demorava-se mais, porque se fixava melhor. Seu pae era velho, seu irmão estava quasi sempre ausente; vivia na familia como na solidão. Agora, a voz de Isabel era como que um echo da sua voz; o olhar, como que o reflexo do seu. Quando se viam ambas ao mesmo espelho parecia que uma só imagem se duplicava.

Feliciana de Milão despedira-se da sua amiga com a certesa de que ella não ia ser feliz. Por isso lhe dissera no momento de se apartarem: «Vae, que eu cá fico.» Era uma promessa, um protesto de perduravel amisade. Feliciana conhecia de sobra o genio, o character caprichoso, inconstante da filha do desembargador. O que hoje

a fanatisava, aborrecia-lhe ámanhã. De mais a mais, Feliciana previa que logo que Violante descobrisse que o irmão e Isabel se amavam, não perdoaria á que era agora sua protegida a ousadia de pensar em ser n'aquella casa mais do que isso. A principio, Isabel pedia-lhe que a fosse vêr, porque o seu coração precisava de trasbordar para outro, em que tivesse confiança, todos quantos pensamentos amorosos a saudade de Luiz de Castro lhe inspirava. Para Isabel, a mudança para casa do desembargador *Malmede* não fôra inteiramente uma novidade; estava habituada a ter sempre uma companheira. Ora essa companheira mudara apenas de nome: d'antes chamava-se Feliciano, agora chamava-se Violante. Com a differença de que a Feliciano podia dizer tudo, e a Violante não, porque lhe não podia fallar do irmão, de Luiz de Castro. Precisava desabafar, e principalmente por isso pedia a Feliciano que a fosse vêr.

Feliciano queria distanciar-se o mais possível de Violante, por amor de Isabel. «Quando fôr preciso, pensava ella, irei, não para visitar Isabel, mas para a trazer de lá. Mais dia menos dia, isso ha de acontecer. Convem, portanto, que Violante me respeite, para que eu, dado o conflicto, lhe possa impôr a minha auctoridade.»

Em plena liberdade, o espirito de Feliciano augmentara de vivacidade, de energia. Frequentava

as casas mais nobres de Lisboa, onde entrava como professora de linguas. O seu character anticipára seculos o de *Desgenais*, creado por Barriére: as suas apreciações eram sempre independentes, severas. Desmascarava os hypocritas, proclamava contra os vicios da época. Martim Affonso de Miranda não o fez melhor no seu livro *Tempo d'agora*. A dominação castelhana deixára profundas raizes de devassidão. O luxo era infrene; e a ociosidade ia de par com o luxo. Feliciano era, como dissémos, o *Desgenais* da comedia portugueza do seculo XVII, o critico implacavel e recto dos vicios do seu tempo, tendo, exactamente como *Desgenais*, o tom alegre que torna sympathica e attraente a censura e o censor.

Os seus ditos arregaçavam ás vezes um pouquinho a tunica da compostura, eram incisivos, maliciosos, mas tudo se lhe perdoava, porque aos espiritos femininos do seu quilate tolera-se que de quando em quando se masculinisem pela intenção.

Os pintalegres da época, os que usavam calções com botões de ouro e de ambar, gibões de capichuela ou de seda, com passamanes flamantes, e lenço ensopado em perfumes, ousavam ás vezes requestal-a, com a louca pretensão de se medirem com a mulher mais notavel de Lisboa. Ella ria d'elles, desfechava-lhes no rosto a bisnaga dos seus epigrammas, e passava. De uma vez, um fidalgo que se propunha galantear-a, foi esperal-a

á egreja de S. Roque dengosamente entrajado n'um fato negro com viços côr de canna. Quando Feliciano entrava, não teve o pintalegrete mão em si que lhe não perguntasse: «Senhora, que vos pareço?» Feliciano respondeu, entrando: «O homem dos alhos.» ¹ As mulheres tinham-lhe inveja, e não perdiam occasião de vibrar-lhe golpes que podessem feril-a, mas que se perdiam no ar. D'outra vez fôra Feliciano áquella egreja com um guardapé verde. Sahia do templo uma dama que trazia um da mesma côr, e que disse para outra que a acompanhava: «Ó mana, este verde não é mais viçoso?» Feliciano ouviu-a, e respondeu: «Se é mais viçoso, será porque vossa mercê o rega a meude.» Havia por esse tempo em Lisboa uma dama, D. Anna de Moura, irmã de Gil

¹ Todos os ditos de Feliciano de Milão são rigorosamente historicos. O leitor pode encontral-os, se quizer, no *Theatro heroïno* de Perim e na *Collecção de apothegmas* de Suppico de Moraes, se bem que os mencionados n'esta collecção sejam muito inferiores em numero aos que traz Perim e aos que achamos copiados no manuscripto que possuímos. Barbosa, na *Bibliotheca luzitana*, fallando de Feliciano, dá noticia de ter escripto um discurso sobre a pedra philosophal, varias cartas, e poesia. Innocencio não falla n'ella. Ayres de Azevedo, no *Portugal illustrado pelo sexo feminino*, refere-se ao discurso sobre a pedra philosophal. Este discurso perdeu-se, ao que parece. As cartas encontramol-as manuscriptas na bibliotheca Nacional de Lisboa, e já demos uma no livro intitulado *O capote do sr. Braz.* •

Vaz Lobo, que pleiteava competencias de espirito com Feliciano. Nas salas, em que se encontravam, o tiroteio dos epigrammas entre uma e outra era o encanto das mais selectas companhias. Mas D. Anna de Moura, despeitada por successivas derrotas, aproveitou uma occasião em que Feliciano passava por debaixo das suas janellas para tirar uma vingança de colareja, chasqueando-a grosseiramente. Feliciano parou, olhou para a janella, e disse: «Se vos não aquietaes, senhora, heide-vos dar com vosso irmão (*gilvaz*) pala cara.»

Tal era a notavel mulher que dava brado na sociedade lisbonense d'aquelle tempo, e que, apesar da alegria peculiar ao seu genio, não deixava de ter preocupações graves quando pensava no destino de Isabel, a sua amiga intima, quasi irmã.

XIII

Mostrava-se offendida Violante de Castro com os frequentes presentes que Feliciano de Milão enviava a Isabel: umas vezes era um fraldelim bordado, outras uns chapins enfiados, quando não era dinheiro que em segredo mandava para as suas despesas particulares. Estes brindes provam quanto ella lhe queria, pois que d'algum modo a obrigavam a cahir nos requintes da moda que tanto censurava. Mas Feliciano dizia a isso: «Eu ralho dos que, não tendo, se empenham e endividam por amor ao luxo. O que eu dou a Isabel ganho-o e dispenso-o. Portanto não o roubo a mim nem aos outros. Ora aqui está o que ninguem mais faz agora senão eu.» Violante dizia á sua amiga, e crêmos que fosse então sincera: «Aquella tua Feliciano pensa que tu andas por cá vestida de folhas ver-

des como Eva nò paraíso.» «Depois do peccado» acrescentava do lado, brutalmente, o desembargador *Malmède*, que não desgostava aliás d'esses brindes em proveito da sua algibeira.

Saibamos agora o que terá sido feito do capitão Luiz de Castro, que lá anda pelo Alemtejo em companhia do príncipe D. Theodosio, seu dedicado protector.

O príncipe partira em sêgreto, ás escondidas de seu pae, e são alguns historiadores da opinião de que fôra aconselhado pelos fidalgos que o queriam arrancar á influencia dos jesuitas, em beneficio proprio. Completo erro. O príncipe resolvera-se a ir justamente por estímulo dos jesuitas. O padre Antonio Vieira aguilhoava-o de Roma n'esse sentido, provocando-o a ir repartir algum dinheiro com os soldados e trabalhadores das fronteiras, por isso que elle D. Theodosio tinha a vantagem de poder dar, quando era certo que Castella só podia prometter.

D. João IV, resentido do filho partir sem seu consentimento ou despeitado de vil inveja, a tal ponto principiou a contrariar-o, que conseguiu que, desgostoso, regressasse em breve a Lisboa. Como para emendar a mão, nomeou-o, no principio do anno seguinte, capitão general do reino, mas o sentimento lavrou fundo no espirito melindroso do príncipe.

Luiz de Castro acompanhou-o a Lisboa, por

sua ordem. Estabelecera-se tão íntima amizade entre os dois, que o príncipe contava ao capitão os seus desgostos de família, os resentimentos que tinha de seu pae, e o capitão despeitorava ao príncipe confidencias do seu amor a Isabel. De per meio com estas mutuas revelações semeava o príncipe, no animo de Luiz de Castro, germens de fanatismo pelos jesuitas, que insensivelmente iam calando no animo do capitão. D. Theodosio promettia-lhe a sua protecção para que pudesse desposar Isabel logo que terminasse a guerra. Era que o príncipe contava erradamente com a vida.

A guarnição de Lisboa fôra augmentada, retirando-se tropas da fronteira do Alemtejo, a fim de que ao príncipe não faltassem soldados para se recrear em revistas e paradas, nas quaes os officiaes do tempo ostentavam os seus talabartes bordados e as suas espadas doiradas. Estes officiaes peralvilhos davam-se, nos ocios capuanos de Lisboa, a aventuras extravagantes de varios generos, e chasqueavam do capitão Luiz de Castro, que não suciava com elles em prazeres de baixa estofa. Martim Affonso de Miranda dizia annos antes: «... o mimo e brandura assim mudam os homens, que os fazem afeminados: os trajos, perfumes, composições e meneios os incitam a commetterem peccados nefandos.» Ora, certo é que iam rodados trinta annos; mas alguma coisa devia ter ficado dos ruins costumes, e, de feito, ficou.

O capitão Luiz de Castro andava enleiado nas doces idealidades do primeiro amor. Embriagara-o a inesperada felicidade de, á volta do Alemtejo, encontrar Isabel em sua casa. Pareceu-lhe que a Providencia protegia esse amor que se librava em azas implumadas por mão de anjos. Era, pensava elle, um justo galardão á pureza dos seus sentimentos. Sempre tinha ouvido dizer—e as suas crenças religiosas mais o afervoravam n'esse pensar—que havia uma occulta mão que protegia os orphãos. Luiz de Castro julgou-se, n'esse amor, um simples instrumento da vontade de Deus. Portanto, bemdizia-o, e alimentava-o com as mais doces e castas esperanças.

A familia do desembargador, depois que o filho viera para Lisboa, interrompera as suas frequentes excursões á quinta de Olhalvo. A este tempo, já no espirito de Violante pruiam latentes uns certos despeitosinhos da sua companheira. Os homens achavam visivelmente Isabel mais formosa do que Violante. Isto incommodava-a. Acrescia que as *toilettes* de Isabel supplantavam muitas vezes, graças á liberalidade de Feliciano, as de Violante. A principio, via nos presentes de Feliciano a Isabel uma affronta á sua generosa amisade; agora começava a consideral-os como uma disfarçada rivalidade, como ingratidão revoltante. Isabel percebeu isto, e mandou dizel-o a Feliciano, que lhe respondeu alegremente: «Sempre esperei

a explosão do ciúme, mais hoje mais ámanhã, mas nunca imaginei que principiasse pelos trapos que se põem sobre o corpo. Emendarei a mão; não ha de dizer a Malmede que te enrodilhas melhor do que ella.»

Isabel evitava, com grande tino, que podesse incendiar-se o rastilho da colera no animo de Violante. Entre ella e Luiz de Castro tinha o amor inventado um meio artificioso de correspondencia. Quando os dois se encontravam ás horas de refeição, os olhos conseguiam disfarçar o que ia n'alma; mas, todos os dias, o capitão e Isabel trocavam longas confidencias escriptas em bilhetinhos que eram passados por debaixo da porta dos quartos. A idéa fôra d'elle. O primeiro bilhetinho ensinava o modo de poderem mutuar-se os pensamentos de cada dia, sem perigo de serem descobertos.

Assim, n'estes medrosos recatos, ia o amor florindo para dentro do coração de um e de outro, como violeta que se esconde para viçar. Umas vezes, Isabel confiava ardentemente no futuro, na protecção de Deus e do principe D. Theodosio, e escrevia hymnos de esperança nos bilhetinhos mysteriosos; outras vezes, mostrava-se receiosa de que o segredo do seu amor fosse conhecido, de que Violante se agastasse descobrindo-o, e então dizia ao capitão: «O nosso amor começou por um triste agouro; quando me déste aquella

rosa em Olhalvo, disseste que era a ultima... lembra-te bem»: mas d'este esperar e desesperar se alimenta principalmente o amor. Parece-se n'isto com o mar que tem no seu eterno fluxo e refluxo o symbolo da sua propria vida.

Foram decorrendo mezes. A emulação de Violante, quanto aos vestidos de Isabel, afrouxara notavelmente, porque Isabel principiara a mostrar-se descuidosa de coisas de *toilette*, e algumas vezes, por lisonjear Violante, offerecia-se ella mesma para lhe costurar atavios phantasiosos, que a filha do desembargador imaginava sonhando. Tudo isto parecia a Isabel que era preciso para evitar frequentes conflictos, que o genio irregular de Violante podia occasionar a cada passo, sobretudo nas liberdades de uma convivencia demorada.

A Feliciania principiava a desprazer esta meiga submissão de Isabel, custava-lhe vel-a soffrer na dependencia, e de si para si dizia: «Tomára eu que a explosão já rebentasse, para a tirar d'aquelle carcere de caridade. Um dia será, porque o amor é como o fogo, que o fumo denuncia.»

De feito, a occasião chegou.

O principe D. Theodosio, desde que sentira os pródromos da fatal molestia a que havia de succumbir em plena mocidade, exigia que o capitão Luiz de Castro não desamparasse a sua camara, porque ao mesmo passo tinha n'elle um amigo e um enfermeiro. Portanto, o capitão ia menos ve-

zes a casa; escrevia longas cartas a Isabel, historiando-lhe as impressões, os pensamentos, os sonhos de cada dia, e, quando ia, entregava-lh'as com o costumado recato.

De uma das vezes em que o principe lhe permittira uma breve folga, o capitão, não sabendo que sua irmã estava no quarto de Isabel, pozera subrepticamente a carta debaixo da porta. Depois fôra ao quarto de Violante e, não a encontrando, soubera com certesa onde estava. Ficara inquieto, mas, volvidos instantes, sua irmã appareceu-lhe com semblante tão risonho como de costume, ou mais ainda talvez: o capitão tranquillizou-se então. Todavia, a carta, em vez de ter ido á mão de Isabel, estava na algibeira de Violante, que a ia lêr, contente de ter surprehendido um segredo, que logo suppoz amoroso.

Isabel estava bordando para Violante um fraldelim, debruçada sobre a costura. Violante, a pequena distancia, corria distraidamente os olhos pelo quarto da sua protegida, quando sentiu que punham cautelosamente um papel debaixo da porta. Levantou-se disfarçadamente, apanhou-o e guardou-o. Isabel não deu por isso.

Logo que Luiz de Castro sahiu, sua irmã foi lêr a carta. O seu genio irritavel exasperou-se subitamente. Não teve mão em si que não corresse ao quarto de Isabel accusando-a violentamente de ingrata, de perfida, de desleal, attribuindo-lhe os

instinctos brutaes da vibora que morde a mão que a affaga. Isabel chorava ouvindo-a, sem se defender. Mas quando na torrente dos insultos Violante pronunciou a palavra *infame*, Isábel levantou-se n'um impeto de dignidade e protestou contra esse epitheto aviltante. Explicou com nobre lisura que o seu amor a Luiz de Castro era anterior á sua entrada n'aquella casa, e que, se assim não fosse, teria tido a coragem de resistir aos impulsos do coração para não trair a hospitalidade que generosamente lhe havia sido offerecida. Violante exasperou-se ainda mais com essa revelação, que era uma accusação á sua perspicacia, e, no excesso da colera, disse a Isabel que desde aquelle momento cessava toda a protecção que até ali lhe dispensara, porque córaria de sentar á sua mesa a amante clandestina de seu irmão.

Isabel escreveu immediatamente a Feliciania, que se deu pressa em ir buscal-a a casa do desembargador *Malmede*. Ia radiosa de felicidade. Finalmente, possuiria de novo a companhia de Isabel, ella, que nunca tão só se achara no mundo como quando a perdera. Sem embargo, decorridas algumas semanas, tendo fallecido prematuramente o principe D. Theodosio, Isabel, não obstante os extremos de amor que o capitão Luiz de Castro denunciava nas suas cartas, imaginava-se para sempre distanciada do futuro que ousára sonhar, porque sempre posera na protecção do successor

do throno a sua unica esperanza de poder vencer a opposição da familia Castro ao casamento. Accrescia que Feliciana passava quasi todo o dia pelas casas das suas discipulas, obrigada pela necessidade de trabalhar; que Isabel se via só durante longas horas que lhe pareciam longuissimas, e que se lhe tornavam insupportaveis porque nem a esperanza as aligeirava. Por sua parte, Feliciana receiava que a solidão de Isabel lhe trouxesse descredito adrede propalado por Violante de Castro, que procuraria deslustral-a aos olhos da sociedade continuando a inculcal-a como amante clandestina de seu irmão.

Isabel resolveu-se um dia a confessar a Feliciana o seu desejo de recolher-se a um convento. Muito ao contrario do que esperava, ficou admirada de ver que Feliciana apoiava a sua resolução. «Vae, disse-lhe Feliciana, porque nos conventos ha grades de ferro e, por muito alto que saltem os malsins da sociedade, batem contra as reixas e caiem atordoados. Vae em quanto eu não posso ir, que não tardará muito, querendo Deus.»

Escolheram de commum accordo o mosteiro de Odivellas, que n'aquelle tempo gosava de excellente fama. D. João v ainda vinha longe; Portugal acabava de fabricar o quarto João.

Entrou Isabel no mosteiro, onde frequentes vezes a visitava Feliciana. Violante e seu pae desafojavam em murmurações contra Feliciana o

despeito de não poderem vingar-se completamente de Isabel, atirando-a á miseria. Feliciano ria do pae e da filha. Era tambem uma vingança, consoante a philosophia de Democritò.

Certo domingo ia Feliciano a entrar na egreja da Trindade, acompanhada por uma criada que a precedia, para abrir caminho. Estava encostado ao guarda-vento o desembargador Castro, que saboreava os seus habitos frascarios apalpando subtilmente as carnes das moçoilas que entravam. Sem que tivesse visto Feliciano, beliscou o braço da criada que a precedia. A rapariga córou, e voltou-se para Feliciano, que percebeu o que se tinha passado, e que disse em voz alta:

—Não apoplegue vossa senhoria a fruta que não ha de comprar.

Riram os que presencaram o lance, e o desembargador respondeu vexado:

—Sim, comprarei, que tenho dinheiro para isso.

Feliciano respondeu com notavel promptidão:

—*Mal mede* vossa senhoria as pessoas com quem falla.

E entrou no templo, rindo.

Nós sabemos quanto doía á prosapia do desembargador Castro a alcunha que lembrava a inexactidão com que sua mãe, uma antiga colareja, media alguns dos generos que vendia, ludibriando a vigilancia do almotacé.

XIV

A entrada de Isabel no mosteiro de Odivellas deixara profundamente abatido o animo de Luiz de Castro, a quem a morte do principe seu protector havia contristado sobremodo. Isabel escrevera-lhe ao entrar na clausura: «O meu amor, Deus o sabe, floresce á medida que se mirram as petalas *d'aquella rosa* que trago sobre o coração. Tua ou de mais ninguem. Aqui estou preparada para os teus braços ou para a sepultura.» Isabel disfarçava d'este modo a sua desesperança; o que na carta havia de verdadeiro era a promessa, tantas vezes feita, de um amor eterno.

Luiz de Castro ficara irresoluto, ao lel-a. As idéas de mysticismo, que se lhe tinham inoculado na intima convivencia do principe D. Theodosio, fizeram com que pensasse alguma vez em ir pedir

occultamente abrigo a um convento qualquer. Mas era soldado, lembrou-se de que o era, e achou que devia entregar o seu futuro nas mãos de Deus, cumprindo o seu dever até ao fim. Escreveu, pois, a Isabel, communicando-lhe a sua idéa de partir para a fronteira do Alemtejo, solicitando guia de marcha antes mesmo que lh'a enviassem. «Se eu voltar victorioso, dizia elle, tu serás minha esposa; o tempo vencerá todos os obstaculos que se levantam agora, e, se o tempo os não vencer, vencel-os-hei eu. Se morrer, ver-nos-hemos alem da campa, e então quizera Deus que eu fosse propheta quando, dando-te a rosa na quinta de Olhalvo, te disse: É a ultima.»

Foi decorrendo o tempo. De vez em quando chegavam a Lisboa noticias da fronteira. As cartas de Luiz de Castro, que Isabel recebia no mosteiro de Odivellas, eram apontamentos de um soldado namorado, não raro resaibados de tristezas mysticas.

Anno e meio depois da partida de Luiz de Castro para o Alemtejo, Feliciano de Milão, tendo amealhado um modesto peculio á força de trabalho, recolhera-se tambem ao mosteiro de Odivellas. Poderia enfim realisar o desejo de juntar-se á sua amiga, á sua irmã adoptiva. É justamente em Odivellas que Feliciano confirma plenamente a reputação de mulher de espirito com que para lá entrara. Ás vezes, Isabel accusava-a meigamente

de ser implacavelmente mórdaz. Feliciania respondia: «Rio principalmente para te distrair, creança; e secundariamente, porque o riso é a minha arma, e n'um convento é preciso estar sempre armado contra os aggressores de dentro.»

O genio de Violante de Castro era, como sabemos, sujeito a intermittencias de bravesa e brandura. Após a colera contra Isabel, viera o arrependimento da injustiça. Por muito tempo empregára Violante esforços para reconciliar-se. Isabel parecia inclinada ao perdão, porque, no fim de contas, Violante era irmã de Luiz de Castro; mas Feliciania obstava á reconciliação, dizendo que facilmente pode ser esmagado quem se curva demasiadamente. «Violante queria roubar-te a honra, dizia Feliciania, e a honra era tudo o que te restava no mundo.»

Já depois de Feliciania ter entrado no convento, Violante mandava frequentes recados a Isabel, solicitando a renovação da sua amizade. Feliciania, conhecendo porem o grande desejo que Isabel tinha de perdoar, afrouxára a pouco e pouco a sua resistencia. De uma vez, chegára á portaria de Odivellas o procurador do desembargador Malmède com um bilhetinho de Violante para Isabel. Feliciania, que estava á porta, ajudando a porteira, que depois substituiu, reconheceu-o logo, mas fingiu que o via pela primeira vez, e perguntou-lhe o nome.

—Chamo-me Lourenço Coelho Leitão, respondera o homem.

Feliciano, voltando-se para uma criada, disse-lhe:

—Chamai D. Isabel Velloso, que venha buscar estes *tres assados*.

Os ditos de Feliciano chamavam a attenção do publico mais para a saude, para a graça do seu espirito, do que para a doença, para a desgraça d'el-rei D. João IV, que ao mesmo passo era assaltado pela gota e pela pedra. Fallava-se de Odivellas, como ainda no principio d'este seculo se fallava do *Agulheiro dos sabios*, e como hoje se falla do *Gremio Litterario*. Feliciano tinha o monopolio da graça do seculo XVII, como o sr. Carlos Bento tem hoje o exclusivo do espirito do seculo XIX. Com a differença de que o sr. Carlos Bento é uma mulher vestida de homem, é Feliciano de Milão era um homem vestido de mulher

D. Lourenço de Almada, entrando uma vez na igreja de Odivellas, ficou de pé junto á grade do côro, e tirava alguma vista a Feliciano, que lhe disse de dentro:

—Ah! sr. D. Lourenço, já que é de *Almada*, passe para a *outra banda*.

Feliciano, que desde logo conquistára uma grande importancia no seio da communidade de Odivellas, interveio com a sua influencia n'uma eleição, o que a malquistára com uma religiosa, filha de uma

curraleira. Passaram n'um corredor uma pela outra, e Feliciano disse-lhe:

—Irmã, falle-me, ainda que faça das *tripas* coração.

Era trigueira em extremo a condessa de Soure, e entrando em Odivellas vestida de amarello, perguntaram as freiras a Feliciano o que lhe parecia:

—Ginja doce em prato de ovos, respondeu Feliciano.

Fallava-se um dia, no convento, no casamento de D. Antonia de Noronha, dama do paço, com Diogo Soares, provedor da alfandega, o qual fôra preferido a Rodrigo Sanches Farinha, que por muito tempo requestára aquella dama.

Feliciano disse do lado:

—Boa escolha, em meu entender, fez a sr.^a D. Antonia, porque Diogo Soares tinha mais nos farellos, que Rodrigo Sanches na *farinha*.

Notou-se depois que ao passo que D. Antonia casára com Diogo Soares, um burguez, sua irmã, D. Joanna Coutinho, desposara um nobre, D. Francisco Mascarenhas:

—A irmandade d'essas senhoras, disse do lado Feliciano, é como a da Misericordia, que sempre acompanha um irmão nobre com um mecanico.

Fallecera uma freira de Odivellas e, n'esse dia, por acaso, foram muitas religiosas procuradas á porta do convento por seus irmãos. D. Feliciano,

ouvindo tantos recados que mandavam para cima, disse, á porta, para os que esperavam:

—Bem parece que vossas mercês sabiam que tínhamos defunta, pois que vejo junta toda a *irmandade*.

A fama de Feliciano de Milão attraia ás grades de Odivellas varias pessoas, umas que desejavam ouvil-a para admiral-a de perto, outras que queriam conversal-a para experimentar-lhe a destresa do espirito. Movido d'este ultimo proposito, foi um dia a Odivellas Antonio de Brito com alguns amigos. Entráram á grade, e o Brito, para fazer sentir desde logo a sua superioridade intellectual, fallou por mais de uma hora. Feliciano enfadou-se, e, interrompendo-o, disse-lhe:

—Sr. Antonio de Brito, é necessario que se dê vossa mercê á *cala*, se quer que eu me dê á *prova*.

Com o proposito de admiral-a, foram um dia a Odivellas uns sujeitos, dos quaes um recusou por tres vezes sentar-se, respondendo-lhe de cada vez:

—*Domina, non sum dignus*.

Feliciano, percebendo que elle levava o latim engatilhado de casa, e que não queria sentar-se unicamente para repetir o dito, que reputava espiritoso, replicou:

—Ora, senhor, bem me parece que esteja como Centurio quem falla como Centauro.

Uma freira que tinha geito em um dos olhos,

desesperada com a superioridade, cada vez crescente, de Feliciano, fechou-lhe um dia, quando ella passava no corredor, a porta da cella na cara. Feliciano parou, e disse para dentro:

—Senhora, vós sois a torta, e eu sou a que vos hei de dar olhado?

Feliciano fazia lembrar, no convento de Odivellas, em relação a Isabel, a leoa que defende os filhos. Ninguém ousasse boquejar de Isabel, censural-a mui levemente que fosse; teria que arrostar em cheio a desforra de Feliciano.

D. Maria de Portugal, que se havia recolhido ao convento, tinha em sua companhia uma filha de seu irmão Luiz Francisco. Segundo a tradição conventual, a menina, como todas as senhoras, tinha uma alcunha; chamavam-lhe a *Raposa*, nome por que sua mãe fôra conhecida em Lisboa. D. Maria de Portugal censurára um dia Isabel Velloso por ter tido a fraquesa de perdoar a Violante. Feliciano soube-o, e, apesar de se ter opposto á reconciliação, não perdeu occasião de castigar a censura. De uma vez que a menina *Raposa* fôra açoitada pela tia, appareceu em Odivellas um religioso agostinho descalço (*grillo*), que era visita da sr.^a Portugal. Gostava a menina de brincar com o frade, e, mal que o viu, pediu que a levassem a elle. A tia estava presente. Feliciano, afagando a menina nas faces, disse de modo que D. Maria ouvisse perfeitamente:

—Não se diz de balde que mal vae á *raposa* quando anda aos *grillos*...

Poucos dias depois do fallecimento de D. João IV, que succedeu a 25 de outubro de 1656, chegou ao convento de Odivellas um boato que admirou muito mais a communitade do que a noticia, já esperada, do fallecimento do fundador da dynastia brigantina. Principiou a dizer-se que Violante de Castro, anojada ainda pela morte de seu pae, resolvera recolher-se áquelle mosteiro. Só uma pessoa se não admirou em Odivellas, foi Feliciana de Milão: bem sabia ella que os genios como os de Violante são capazes de todos os extremos, percorrendo facilmente a distancia que vae das grandes coleras ás grandes dedicações. Com effeito o boato realisou-se, e Violante entrou no convento.

Isabel recebeu-a de braços abertos, e a Feliciana agradou aquella publica demonstração de arrependimento para com a sua amiga. Mezes depois, Feliciana tinha duas protegidas em vez de uma: Isabel Velloso e Violante de Castro. De Violante dizia ella: «Tem aguaceiros de mau genio, é verdade, mas a nuvem passa e o ceu fica azul.» Por sua parte, Violante affeioára-se extremamente a Feliciana; ralhavam ás vezes, mas Violante adorava-a.

D. Joanna Magdalena perguntou um dia a Feliciana como se dava com Violante de Castro. Feliciana respondeu:

—Violante faz de mim sacramento: adora-me e consome-me.

O simples facto de Violante entrar no convento terá já revelado ao leitor que a esperança da felicidade renasceu no coração de Isabel. Violante chamava-lhe deante de toda a gente—*a sua irmã*. As cartas trocadas entre Isabel e Luiz de Castro eram canticos de jubilo, hymnos d'aquella dulcissima alegria que impregna os corações que desabrocham ou que resuscitam. Mas as circumstancias politicas é que não eram de geito a permittir que um portuguez que estava na fronteira sahisse do acampamento para vir entregar-se a idyllios de felicidade nupcial. A rainha viuva, tendo assumido a regencia do reino, nomeara general das armas do Alemtejo o conde de S. Lourenço, o qual desde logo revelára a opinião de entrar em guerra offensiva. Pois se esse era o desejo do conde de S. Lourenço, tambem não o deixava de ser por parte da Hespanha, que, vendo no throno uma senhora, em circumstancias tão melindrosas, dera ordem ao duque de S. Germano, nos primeiros mezes do anno de 1657, para marchar sobre Olivença.

Portanto a guerra de palliativo, a guerra simplesmente defensiva que se tinha feito durante os ultimos annos do reinado de D. João IV, ia ceder o passo a hostilidades violentas, e o conde de S. Lourenço, que não queria imitar Fabio Maximo

Cunctator, parecia impaciente de mostrar-se um pessimo general.

Emquanto Isabel delineava com Violante poemas de futura felicidade localisados na quinta de Olhalvo, que o desembargador legara a seus filhos, Luiz de Castro batia-se deante de Olivença e de Badajoz, sob as ordens do inepto general. Então começaram as inquietações de Isabel, e das suas duas amigas. Chegavam a Lisboa as noticias dos nossos frequentes desastres. No ataque do forte de S. Christovam, no assalto contra Badajoz, a perda dos nossos foi grande; muitos officiaes pereceram, sacrificados pela inhabilidade do conde de S. Lourenço. A noticia da capitulação de Olivença sobresaltou e envergonhou o paiz inteiro. Parecia que iamos a resvalar no plano inclinado de uma derrota completa.

Durante um anno de campanha, cujos pormenores seria fastidioso relembrar aqui, valeu ao desanimo de Isabel e Violante o espirito forte de Feliciano de Milão. Mas uma horrivel noticia chegara ao convento de Odivellas nos primeiros dias de agosto de 1658, justamente á hora em que D. Luiza de Gusmão festejava no seio da côrte a communição do nosso triumpho no assalto ao forte de S. Miguel, communição que d'algum modo vinha attenuar a pessima impressão causada pela perda de Olivença.

N'esse glorioso assalto, em que as tropas portu-

guezas foram cruelmente varejadas pelos canhões assestados nas muralhas de Badajoz, o capitão Luiz de Castro ficara gravemente ferido. Fora-lhe dito por um dos physicos dos terços de infantaria que ficaria por muito tempo inutilisado para a guerra, se conseguisse curar-se. O capitão nutriu desde logo a esperança de vir morrer á quinta de Olhalvo, onde apressadamente chamaria Isabel e Violante. Queria expirar nos braços de ambas.

Foi conduzido a Elvas n'uma carreta, a seu pedido. D'ahi devia seguir para Abrantes, mas, quando passava nas alturas de Portalegre, escaecaram-lhe as forças para continuar a jornada. Lembrou-se então de que no collegio de S. Sebastião de Portalegre tinha um amigo, o padre Lino de Jesus, que conhecera por intervenção do principe D. Theodosio. Resolveu parar em Portalegre, pedindo hospitalidade aos padres da Companhia. Assim fez. Foi, pois, de Portalegre, e da enfermaria d'aquelle collegio, que hoje está convertido em fabrica, que Luiz de Castro noticiou para Odivelas o perigo em que se achava.

Poucos dias teve de vida o pobre moço, não obstante os amoveis cuidados que lhe dispensaram o padre Lino de Jesus e os seus companheiros. A agonia do capitão foi um doce idyllio de amor e saudade, segundo refere o padre Lino no manuscripto que tenho presente, e em que poz por escriptura a historia d'esse romanesco passamento.

«Nunca jámais—diz o padre Lino—um coração humano subiu á presença de Deus tão represo á terra por laços de amor. Morreu como amador depois de se ter batido como soldado. Pelas duas horas da ante-manhã do dia 7 de agosto de 1658, estando eu em oração á beira do seu leito, porque já não havia mais do que appellar para Deus, ouvindo-o gemer com grande sentimento, larguei o livro, e acudi-lhe. O corpo ia arrefecendo, os olhos amorteciam-se com doçura. «Irmão, disse-me elle, quero ar.» Abri-lhe a janella. Fôra aclarava-se o céu com os primeiros alvares do dia. Cantavam no rocio da Corredoiira os rouxinoes, que se despediam da quietação da noite. «Padre, continuou elle, tragando o ar fresco que vinha de fóra, como eu a amava!» «Voltae o vosso pensamento para Deus» lhe redargui eu. «Deus não se offende, tornou elle, de que sejam adorados os seus anjos; para isso os creou.» Começou então o estertor, que fôí doloroso. Antes do arranco ultimo, procurou-me com os braços, encontrou as minhas mãos, apertou-as entre as suas, e disse: «Fazei-lhe saber, padre, estas palavras que eu desejo sejam as ultimas: que as rosas que se desfolham na terra podem ainda refflorir no jardim do céu.» Depois, continua fr. Lino de Jesus, deu a Deus o que era de Deus; o barro arrefeceu. Cerrei-lhe os olhos, e fui chamar o padre Vicente Teixeira para que viesse acompanhar-me nas orações dos mortos.»

O manuscripto do padre Lino de Jesus, cujos papeis herdou o cavalheiro, seu parente, que me facultou o lel-o, foi principiado aos 9 dias de agosto de 1658 e terminado em março do anno seguinte. No anno de 1705, tendo fallecido D. Feliciano de Milão, o padre Lino de Jesus completou a narração com uma longa biographia d'aquella celebre mulher. O tremido da letra denuncia que o padre Lino estava velho ao tempo do *post-scriptum*; com effeito, disse-me o seu parente que devia ter então sessenta e tres annos.

XV

Cahiu de muito alto Isabel Velloso para que se lhe não despedaçasse o coração ao resvalar pelo despenhadeiro dos infelizes.

A esperança tinha reflorado, creara novas raizes dentro do peito; arrancal-as, era dilacerar a alma.

Eu não posso dizer ao certo, porque o não diz o manuscripto do padre Lino de Jesus, o mez em que Isabel Velloso fallecera no mosteiro de Odivelas; refere-se unicamente ao anno, que foi o de 1658, o mesmo em que o capitão Luiz de Castro fallecera no collegio de Portalegre. Portanto, poucos mezes lhe sobreviveu. «Falleceu de consumpção do peito, diz o padre Lino, se é que os physicos não disfarçaram com este nome uma dôr da alma tão profunda como as maiores do corpo.»

Não me seria inteiramente difficil phantasiar os soffrimentos de Isabel, e gradual-os progressivamente ao sabor da minha imaginação. Mas, se tal fizesse, trairia a boa fé do leitor. O que eu sei apenas, porque m'o diz o padre Lino de Jesus, é um encantador episodio do passamento de Isabel Velloso.

«Morreu tão amorosamente, escreve o padre, como o capitão que eu vi expirar. Tinha a um lado do leito a irmã d'elle, que era como se fosse sua; ao outro, D. Feliciano de Milão, que fôra sua mãe pela protecção que sempre lhe deu, sua irmã pelo affecto com que lhe queria, sua conselheira pelo bom juizo que tinha em todos os casos da vida. Ao proprio capellão de Odivellas ouviu um padre da nossa Companhia dizer que fôra longa mas serena a agonia da recolhida. Apparelhou-se com todos os sacramentos para a viagem da eternidade, sentindo que a alma ia levantar ferro; despediu-se com mais carinho do que pranto de todas as pessoas que lhe assistiam, que eram quasi todas as da communiidade. Beijou como de irmã para irmã Feliciano de Milão e Violante de Castro. Como segurasse com a mão esquerda uma bolsinha de seda, que continha as folhas de uma rosa já ressequidas da acção do tempo, penhor amoroso que muito estimava, e que repetidas vezes levava contra o coração, certa religiosa, que se achava presente, quiz reprehender esta mundanidade, pondo-lhe na mão direita um

santo Christo de marfim. E foi assim que rendeu o ultimo suspiro, ficando com geito de sorrir para Violante de Castro, e olhando para o ceu.»

É em verdade commovente o lance, e dispensa, na simplicidade com que está contado, retoques de colorido. O leitor sabe perfeitamente que as petalas ressequidas de que falla o padre da Companhia eram as da *ultima rosa* que dera a Isabel o capitão Luiz de Castro na quinta de Olhalvo. Agora achará justificado o titulo que puz a esta veridica narrativa, e que derivou dos proprios factos n'ella historiados.

Não nos diz o manuscripto do padre Lino o que foi feito de Violante de Castro; talvez professasse e morresse em Odivellas. Feliciana de Milão, essa é que vestiu, n'aquelle mesmo convento, onde foi porteira, o habito de S. Bernardo: em crescidos annos, diz o manuscripto e affirmam os chronistas. Simples recolhida ou freira professa, o que é certo é que o seu espirito não empallideceu nunca. Conservou até ao fim da vida o prestigio que sempre tivera. D. Affonso VI, de uma vez que foi a Odivellas, chamou-lhe Eva, para dar a entender, sem melindrar as outras religiosas, que ella era a primeira de todas. Feliciana sorriu e respondeu: «Só vossa magestade me pode fazer a primeira mulher do mundo.» Nem mesmo a aproximação da morte logrou crestar a fina graça dos seus ditos. Estava moribunda, teimavam com ella para que tomasse

um caldo de gallinha; por fim bebeu-o, dizendo: «Morra Martha, morra farta.» Sobre a sepultura, no claustro de Odivellas, poz-se apenas este epitaphio, que ella recommendou: «Aqui jaz a peccadora.»

Ahi fica a narrativa que eu pude extrair do manuscripto do padre Lino de Jezus.

XVI

A iniciativa municipal é nulla em Portalegre. Ruas mal calçadas e mal illuminadas; falta de canalisação e, portanto, de aceio, na maior parte d'ellas; nenhuma escola conde de Ferreira, como em S. Thiago de Cacem, em Alcacer do Sal, em Cezimbra, e em tantas outras terras muito menos importantes; nenhum lyceu custeado pelo municipio, e nenhuma bibliotheca popular, como em Setubal; nenhuma cadeia comarcã como em Aldeia Gallega do Ribatejo: nada. Perdão. Um talho recentemente construido com marmores que não sabemos se são de Paros, se da Arrabida, se de qualquer outra parte. Mas sejam d'onde fôr. A cadeia de Portalegre, soterrada nos baixos do antigo convento de Santo Agostinho, pertence ao numero dos açougues humanos que a

lei de 1 de julho de 1867 procurou acabar. Visto que se tratava de aceiar os talhos, aquelle, onde a vida dos presos é retalhada dia a dia como a das rezes sob a machada do cortador, devia certamente ter já merecido um pouco mais de attenção e um pouco mais de piedade.

Visitamos a cadeia de Portalegre algumas vezes, em cumprimento dos nossos deveres, e, sempre que lá entravamos, sentiamos tranquillidade a nossa consciencia de jornalista lembrando-nos do que sobre o assumpto havíamos escripto nas columnas do *Diario Illustrado* desde outubro a dezembro de 1876.

Permitta-nos o leitor que reproduzamos aqui, com ligeiras modificações, os artigos que então escreveramos ao correr da penna, e que n'este momento fazem ao nosso proposito.

«Um dos factos que mais honram a vida politica do sr. Barjona de Freitas é incontestavelmente a promulgação da lei de 1 de julho de 1867 pela qual foi abolida a pena de morte e se crearam as cadeias geraes penitenciarias, as cadeias districtaes e as comarcãs.

«A creação das cadeias geraes penitenciarias nos districtos da relação de Lisboa e Porto só pode ser desfavoravelmente apreciada por quem nunca se avistou de perto com os horrores de que dão quotidiano espectaculo a estrangeiros e nacio-

naes as prisões do Limoeiro e da Relação do Porto, onde jazem, condemnados a prisão perpetua ou temporaria, centenas de presos sepultados em trevas espessas, asphyxiantes, impregnadas da humidade que ressumbra das paredes salitrosas e denegridas como as das cavernas cavadas no seio das montanhas alpestres. De modo que a nossa civilização, no respeitante a systema penitenciario, havia recuado á infancia dos povos barbaros, porque acceitavamos um montão de pedras para encarcerar os delinquentes, tal como os selvagens fariam por ventura aproveitando as condições naturaes dos fraguados para enclausurar os criminosos da sua tribu. Pouco mais além iamos nós. Acceitavamos um velho palacio ruinoso, que em tempo fôra residencia real, mas que hoje ninguem quereria para sua habitação, e mandavamos para esse vasto tumulto de pedra os infelizes que haviam perdido o seu direito a viverem no seio da sociedade. Isto pelo que respeita ás cadeias civis de Lisboa. Pelo que toca ás do Porto bastará recordar as palavras do saudoso monarcha D. Pedro v, quando pela primeira vez as visitou: «*Isto precisa ser completamente arrasado!*»

«Este era o mais sincero e ardente desejo do rei, ao mesmo passo compassivo e justiceiro, quando descia as lages que dão ingresso para as cadeias da Relação do Porto, e punha os olhos n'aquellas pedras enormes a dentro das quaes o

moço rei mal havia podido respirar. Mas a morte cortára este e outros pensamentos de elevada justiça e caridade que preocupavam o espirito do sr. D. Pedro v, rei que se comprazia em esmeudar as miserias humanas com o proposito de remedial-as. Se a morte do sr. D. Pedro v foi verdadeiramente uma perda nacional, se encheu de lucto o coração de todos os partidos politicos, pelo que respeita á reforma das cadeias o pensamento do mallogrado soberano não se fechou para todo o sempre na sua sepultura, porque um ministro, tambem moço e notavelmente intelligente, tomára a peito realisar o plano do sr. D. Pedro v, e erguer mão poderosa contra esses horrorosos acervos de pedra sem ar, sem luz, para desmoronar-os, emprehendendo a construcção de cadeias que preencham inteiramente o fim a que o espirito do seculo aponta:— a regeneração pelo trabalho, pela intuscepção das negruras da alma em presença da alegre tranquillidade que o trabalho conquista.

«Esse ministro foi o sr. Barjona de Freitas. Se, porém, as cadeias districtaes estavam pedindo urgente reforma, a necessidade d'ella para as cadeias comarcãs era urgentissima.

«O estado das cadeias comarcãs havia chegado a quasi absoluta falta de condições de segurança, de hygiene e de moralidade.

Tendo ha pouco mais de um anno desempenhado uma commissão de serviço publico, a qual nos

obrigou a atravessar algumas das mais importantes comarcas do districto da Relação de Lisboa, ficámos verdadeiramente horrorisado de ver essas prisões comarcãs, onde os presos estavam ás vezes reunidos aos dez e aos doze n'uma pequena sala escura, com uma só janella, a cujas grades apparecia essa agglomeração de cabeças intonsas, cujo aspecto era sinistro. Mas isto ainda não era tudo. Os presos como que viviam encantados n'aquella torpe e horrivel convivencia, porque as condições de segurança d'essas cadeias eram taes que bastaria o impulso d'esses poucos presos para desfazer as paredes de papel, as portas de papelão.

«Ás vezes, n'um momento de impaciencia, o encanto quebrava-se, e os presos abandonavam aquella casa onde viveram alguns mezes, como aconteceu ha poucos dias na comarca de Moura, onde os presos resolveram fugir todos ao mesmo tempo, o que realisaram, havendo d'esta vez a felicidade de serem recapturados por opportuna solicitude das auctoridades competentes.

«E esta falta de capacidade, alem da falta de outras condições, das cadeias comarcãs dava em resultado que não era possivel distribuir os presos segundo a gravidade dos seus crimes, idade, e estado dos processos, convivendo os reus pronunciados com os já sentenciados, e, o que é mais, convivendo na mesma prisão os co-réus.

«Por estas razões, e por outras muitas que seria

ocioso recordar, é que especialmente demoraremos a nossa attenção sobre as cadeias comarcãs nos artigos seguintes.

«Comecemos pela cadeia de Serpa.

«N'esta comarca breve se colherão os fructos do § 1.º do titulo XI da lei de 1 de julho de 1867, que diz: «A despeza necessaria para accomodar a cadeia já existente ao systema de prisão individual e de separação entre os presos, ou para construir outra de novo accomodada a esse systema, será feita á custa dos concelhós de que se compozer a respectiva comarca.»

«A cadeia de Serpa vae, pois, ser melhorada em conformidade com esta disposição da lei, e urgia que assim acontecesse, porque o seu estado era verdadeiramente deploravel.

«Os presos serão removidos brevemente e finalmente passará esse velho edificio a ter as condições exigidas pelo fim a que se destina.

«Até agora a cadeia de Serpa era tudo menos prisão. Havia apenas duas salas, o que fazia com que os presos vivessem n'uma agglomeração contraria a todos os preceitos da lei, da hygiene e da moralidade, n'um convivio perenne, digno de ser reproduzido por aquelle alegre pintor flamengo, alcunhado Bamboccio, que veio a dar o seu nome a todos os quadros facetos e grotescos. Por onde

resultava que o que devera ser castigo assegurava aos presos as mais agradaveis condições de vida alegre e descuidosa. E as auctoridades, por mais zelosas que fossem, tinham de cruzar os braços, e de tolerar as consequencias sempre prejudiciaes de uma agglomeração de criminosos.

«Não acontecia isto, porem, unicamente com a cadeia de Serpa, como teremos occasião de provar. Conta-se, para mostrar a grande popularidade do medico hollandez Boerhaave, que lhe fôra parar á mão uma carta que lhe dirigira certo mandarim da China com este laconico sobrescripto: «Para o doutor Boerhaave, medico na Europa.» Pois outro tanto não aconteceria certamente em Portugal com o preso, que por um capricho da auctoridade competente houvesse sido condemnado a prisão *na peor cadeia de Portugal*. Andaria o pobre homem em bolandás de um lado para o outro, da cadeia de Moura para a de Serpa, da de Serpa para a das Caldas da Rainha, d'esta para a de S. Thiago de Cacem, etc., etc., e, quando se imaginasse haver apparecido *a peor cadeia*, teria ainda o preso de ser removido para uma nova cadeia, e assim por diante até que esse Ashavero das cadeias morreria de cansaço antes de haver cumprido a pena.

«Mas, tornando á comarca de Serpa, que de prejuizos, graves e profundos, não causaria ella, no seu antigo estado, ao organismo social, pela alliciação, pela influencia, pela seducção dos maiores

criminosos sobre o animo dos menores, dos mais idosos sobre o dos mais novos, dos mais eloquentes sobre o dos que menor quinhão de intelligencia deveram á natureza? !

«Sousa Azevedo diz com inteira verdade: «A prisão commum é uma sociedade de criminosos que conversa dia e noite, em que se pervertem os não pervertidos, e se amestram os já devassos e viciosos. As façanhas do crime, os meios de o executar, os ardis para illudir a justiça e escapar ao castigo, são os assumptos predilectos. O mais immoral é o mais eloquente, e todos prestam deferencia á sua mestria e erudição».

«Isto pelo que respeitava aos presos do sexo masculino, porque as mulheres viviam na cadeia de Serpa, por falta de capacidade do edificio, n'uma sala cujas janellas nem grades tinham, gosando-se da liberdade que em suas casas disfructam as mulheres virtuosas, as mães honestas que a toda a hora procuram tornar menor a estatistica dos crimes do seu paiz pelo esmero da educação que propinam a seus filhos, e que certamente ha de afugental-os do crime e do carcere.

«Sendo opinião de muitos criminalistas notaveis que não devem as cadeias edificar-se no centro das povoações, a fim de evitar essa constante convivencia entre os presos e os habitantes, vejam que doce conforto, que salutar incentivo se dava ás boas mães da villa de Serpa, que estivessem

amamentando os seus filhos, ou acalentando-os no berço, quando se lhes mostrasse, descuidosamente debruçada á janella, assistindo livremente a tudo quanto se passava fóra, a mulher que expoz ou matou o proprio filho!

«Pois grandemente importa animar, confortar, proteger a boa mãe na sua obra de amor e de civilisação, porque d'ella 'depende grande parte, senão a maior, da reformação dos costumes sociaes, e portanto o bem-estar geral da humanidade.

«A mãe é certamente um dos grandes remedios, senão o primeiro, para combater o desenvolvimento do crime.

«De feito, diz Bonneville de Marsangy, quem estuda a vida anterior dos condemnados adultos observa que, na maior parte, a perversão moral, que foi causa do crime, data da sua primeira adolescencia. D'onde vem esta perversão? De duas causas principaes: uma, originaria: a falta de instrucção e de educação das creanças; a outra, subsequente: a miseria e a perversidade dos paes».

«Nós não podêmos nem sabemos investigar as causas do crime. Grande questão é essa, e por emquanto não resolvida ainda. Guisot na *Historia da civilisação na Europa* entende que o progresso individual é inseparavel do progresso social, e combate portanto a opinião de que o maximo de civilisação dá o maximo de crime. O sr. Ayres de

Gouveia, na sua *Reforma das cadeias*, acha que o criminoso é um enfermo, que se vae curar á prisão, como o doente se vae curar ao hospital. Poderíamos citar mais algumas opiniões, e n'isso ficaríamos sem proveito nosso nem dos outros.

«Doença individual ou doença social, o certo é que todos os dias nos apparece o crime; todas as manhãs nos traz o jornal, á hora do almoço, a noticia de um grave delicto.

«Na comarca de Serpa, de que estamos tratando, de 1875 a 1876 deram-se nove ferimentos; de 1874 a 1875, quatro; de 1873 a 1874, tres. Os crimes de contrabando augmentaram de dois para quatro nos dois ultimos annos judiciaes.

«Repetimos, doença individual ou social, é preciso haver bons hospitaes para os doentes do espirito, quer dizer, boas cadeias, como determina a lei de 1 de julho de 1867.

«Não queiramos mandar mais gente para a Africa, que já lá nos tem, desde 1837, 11:000 condemnados. Se a cadeia fôsse verdadeiramente castigo, essa terrivel cifra augmentaria mais lentamente do que nos ultimos quarenta annos.

«A redacção do *Diario Illustrado* recebeu, e transmittiu-me, curiosas noticias sobre o deploravel estado das cadeias de Estremoz.

«Imagine o leitor que as prisões d'esta comarca

estão sotopostas ás muralhas da villa ás portas de Santa Catharina; que são estreitas, abafadas, escuras, immundas; que uma só janella voltada ao sul, e defrontada por altos predios, escassamente recebe o ar e a luz, dando porém sufficiente passagem aos frios vendavaes do inverno; que os presos vivem ali como que sepultados n'um antro onde constantemente lhes é negada a grande consolação dos tristes, a luz do dia, porque não chega lá dentro; e onde a todo o momento lhes falta um dos principaes elementos da vida, o ar!

«A auctoridade competente já uma vez tentou a remoção de vinte e tantos presos para o castello, a fim de poder mandar limpar as prisões, mas o commandante militar não se responsabilizou pela segurança dos presos, por isso que não são convenientes as condições do castello, e porque a guarnição não era bastante para tão avultado numero de criminosos.

«Estas informações, recebidas directamente de Estremoz, são acompanhadas de louvor ao sr. ministro da justiça pela promulgação da lei de 1 de julho de 1867, porque enfim impõe ás municipalidades, no § 1.º do titulo XI, um dever que ellas mais tarde ou mais cedo terão de cumprir, e ao mesmo tempo faz votos o obsequioso informador por que o sr. ministro da justiça promova o breve cumprimento d'este dever municipal.

«Já d'aqui se me affigura estar ouvindo dizer

aos pragueiros, que tudo desdenham porque tudo desejam, que a lei de 1 de julho de 1867 é letra morta, que as camaras municipaes não cumprem o dever que n'ella lhes é imposto, que finalmente as cadeias ficarão nas lastimosas condições em que se achavam.

«Ainda d'esta vez, como quasi sempre, os factos desmentem os pragueiros. É em virtude d'essa lei que a municipalidade de S. Thiago de Cacem vae edificar a sua cadeia; que a de Serpa vae melhorar a sua; que a das Caldas da Rainha pensa em contrahir um emprestimo para metter mãos á obra; que a de Villa Nova de Ourem já tem em cofre os fundos necessarios para a construcção, etc. E depois facilmente se explica pelo espirito de rotina, pela propria força dos velhos habitos, pelo torpor que tanto enerva o municipio como o homem, a morosidade de alguns concelhos no cumprimento do seu dever, em face de uma lei como a de 1867, que profundamente altera as antigas tradições; que de um só traço apaga do codigo criminal as palavras *pena de morte*; que faz guerra ás tenebrosas enxovias de outras eras; que exige ar e luz para os presos; que levanta mão para demolir os numerosos pardieiros a que em Portugal se dava antonomasticamente o nome de *cadeias*; que finalmente se inspira das mais avançadas idéas da civilisação moderna, e, em nome da caridade e da justiça, estas duas irmãs que muitos erradamente presu-

mem inimigas, deseja que se castigue para reabilitar, e não para matar instantaneamente ou lentamente como a antiguidade fazia.

«Ora se a lei de 1867 exigisse o cumprimento d'esse dever de uma só comarca, de uma comarca apenas, já estaria certamente cumprida, e o ministro que a referendou veria completo o seu monumento, de um só jacto, como estrophe que saísse cinzelada e harmoniosa da alma do poeta. Mas a lei de 1867 leva a reforma, e reforma profunda, radical, a todos os angulos do reino; semeia por toda a parte, e a colheita nem pode ser simultanea nem prompta. Entre esta lei e o seu cumprimento medeiam dois factos importantes: *demolir e construir*; arrancar as velhas pedras e as velhas tradições e edificar novas cadeias e novos systems de punir.

«Todavia nem sempre é o espirito rotineiro que demora o cumprimento de leis tão rasgadamente civilisadoras como esta: é ás vezes tambem a falta absoluta de meios materiaes, e, não poucas, a má vontade politica, a qual, para fazer guerra ao ministro, faz guerra á lei, para desconsiderar um partido, desconsidera a patria.

«O sr. dr. Ayres de Gouveia, no intuito de apressar a construcção das novas cadeias, dispensava cada municipio, cada comarca ou cada concelho, de ter uma cadeia sua privativa, e julgava indifferente para o bem da justiça, que a mesma

cadeia pertencesse a dois municipios, concelhos ou comarcas limitrophes. Pois o sr. Barjona de Freitas não o entendeu assim, e cremos que procedeu acertadamente, nada obstante ter de ser mais vagarosa a execução do seu plano. Acertadamente procedeu o sr. Barjona de Freitas, porque se compenetrrou, antes de referendar a lei de 1867, das necessidades impostas principalmente pelas condições topographicas de algumas das nossas provincias. No Alemtejo, por exemplo, onde não só as comarcas e os concelhos, mas até as parochias, se alongam por muitas leguas de charneca, e onde o administrador de concelho não tem, para realizar as capturas importantes, o auxilio da força militar nem sequer dos guardas campestres, sendo commum uma cadeia a duas comarcas ou a tres, o administrador ver-se-ia obrigado a conduzir aavez da charneca, á luz da lua e pelo silencio da noite, *bras dessus bras dessous*, como dois namorados parisienses que saem ao sabbado ainda por noite para o campo, até á cadeia, distante vinte ou vinte e cinco kilometros, o grande criminoso que capturasse; ou então teria de acceitar a alternativa de o convidar a ceiar em sua casa, de lhe offerecer um bom copo de vinho ou um excellente charuto, de o recolher durante a noite n'um quarto decentemente mobilado, com uma optima janella para o facinora devaneiar á luz das estrellas, tudo para dar tempo a que rompesse o dia, e

podesse finalmente ser conduzido á cadeia... epicena!

«Isto era o que o sr. dr. Ayres de Gouveia queria certamente com o seu systema de cadeias comuns a duas ou tres comarcas, mas isto foi o que o sr. Barjona de Freitas não fez, obrigando os concelhos componentes de cada comarca a construirem uma cadeia, que pode, certo é, não servir para nada durante muitos mezes, ou talvez mesmo durante muitos annos, mas que póde servir de repente para encarcerar um grande criminoso.

«Ah! mas o sr. Barjona de Freitas, gritam por ahi alguns criticos de botiquim, sobrecarregou extraordinariamente os concelhos, pondo-lhes uma cadeia ás costas! Pois nós ainda desejavamos mais, queriamos o mão por mão dos rapazes de escola: ponha para aqui uns paços de concelho e uma cadeia, se quizer ser cabeça de comarca.

«Mas o sr. Barjona de Freitas, gritam ainda elles, está construindo uma penitenciaria horrivel, onde os presos serão emparedados em cellas inquisitoriaes, onde não poderão respirar nem mexer-se, onde viverão em isolamento absoluto, um horror! uma cousa que faz estremecer só de ouvir-se contar a qualquer meza do *Martinho*, com as portas bem abertas, e muita luz e muita gente na sala toda!

«E isto diz-se, e escreve-se, e espalha-se, para lançar o terror provavelmente entre os... srs. criminosos.

«Pois nós havemos de tratar da penitenciaria depois de sufficientemente nos termos occupado das cadeias comarcãs.

«A villa das Caldas da Rainha está sendo hoje extraordinariamente concorrida, na estação balnearia, por pessoas da capital, e cada vez o será mais, attenta a crescente popularidade das suas aguas medicinaes.

«Pois n'aquella villa, onde um hospital magnifico, erigido por D. João v, exigia que todos os edificios publicos, quando se não podessem confrontar com elle pela magnificencia, pelo menos não offerecessem vergonhoso contraste, a cadeia da comarca encontrava-se n'um estado lastimoso, que certamente continuaria se a lei de 1 de julho de 1867 não fizesse já com que a camara municipal pense em contrair um emprestimo para fazer melhoramentos indispensaveis no paço do concelho e na cadeia.

«Pois ali, n'aquella alegre e frequentada villa, quasi, permitta-se-nos a expressão, ás portas de Lisboa, havendo um magnifico hospital para os doentes do corpo, havia um deploravel hospital para os doentes Moraes.

«A cadeia constava unicamente de duas salas ao rés do chão, lageadas, constantemente luzidias

no inverno de humidade sobremodo prejudicial á saude dos presos.

«Acontecia, pois, que na localidade onde muita gente vae procurar saude, inteiramente a perdiam os mais desgraçados de todos os seus habitantes—os presos.

«O serviço era feito por alcapões, meio de comunicação perigosissimo n'uma cadeia, e que de mais a mais quasi absolutamente prejudica o aceio das prisões.

«Mas, constando apenas de duas salas a cadeia, seria preciso agglomerar os homens quando houvesse de ser ali recolhida qualquer mulher, ficando ella senhora de toda a sala, commodamente, ao passo que os presos teriam de acotovelar-se, tendo por ventura réos de leves culpas de conviver continuamente com grandes criminosos.

«Ah! que industriada nos mais profundos segredos da devassidão não devia de sair d'ali a infeliz creança que lá fosse parar!

«Mas, estão agora interrogando desdenhosamente os jornaes da opposição, agora que o sr. Barjona de Freitas deixou de ser ministro da justiça: O que fez o sr. Barjona no ministerio?

«O que fez?

«Folheiem levemente a legislação dos ultimos annos.

«O que se lhe deve?

«Deve-se-lhe a lei de 1 de julho de 1867, bas-

tante para perpetuar honrosamente a memoria de um ministro, mas deve-se-lhe ainda mais—a elevação do código civil a lei do Estado, a reforma do processo civil, a organização do jury, e a direcção dos trabalhos, já muito adeantados, das commissões do código commercial e do código do processo criminal.

«Á vista d'isto não é licito perguntar o que fez um ministro durante o tempo que, por duas vezes, geriu a pasta dos negócios da justiça.

«E já que estamos a enumerar os serviços do ministro que ha dois dias pediu a sua exoneração, e a tratar de cadeias, é opportuno fallar da lei de 12 de dezembro de 1872, a qual mandou estabelecer officinas nas cadeias, obrigando ao trabalho os presos condemnados a prisão maior. Por esta lei a administração das cadeias é obrigada a fornecer as materias primas. O producto do trabalho pertence ao Estado, deduzindo-se do producto liquido do trabalho de cada preso: 20 por cento applicados á reparação civil; 20 por cento para gratificação semanal ao preso; 15 por cento para fundo de reserva, que deve ser entregue ao reu condemnado até 5 annos de prisão, quando haja cumprido a pena; 10 por cento, nos mesmos termos, que serão entregues ao reu condemnado em pena de prisão excedente a 5 annos. O restante producto liquido é applicado ás despesas da administração.

«De modo que, por esta lei altamente louvavel,

o Estado, o preso, e a sociedade são beneficiados. O Estado, porque fica menos sobrecarregado na administração das cadeias; o preso, porque se melhora moralmente, e não só recebe todas as semanas uma percentagem que é um estímulo, mas também sabe que está amontoando um pecúlio que lhe garante a subsistência nos primeiros tempos de liberdade; a sociedade, porque em vez de receber um devasso que o carcere acabou de perverter, recebe um operário, um pae que volta aos seus filhos com amor ao trabalho, e com o pão com que na cadeia rehabilitou o seu crime.

«E, depois de tudo isto, ainda se pergunta o que fez no ministerio o sr. Barjona de Freitas!

«Ha quem, por systema, a tudo replique. Esses taes dirão, talvez, que já antes da lei de 12 de dezembro de 1872 echoava no interior das cadeias a voz do trabalho: que só eram ociosos os presos que o queriam ser; que, finalmente, o sr. Barjona de Freitas nada reformára n'este ponto.

«Acceitamos a supposta réplica, e respondemos. Até 1872 o trabalho era facultativo nas cadeias; a contar de 1872 é obrigatorio. Até 1872 o preso trabalhava por sua conta ou por conta de qualquer industria particular; pela lei de 1872 o preso trabalha por conta do Estado, e recebe do Estado uma percentagem do producto liquido do trabalho.

«Até 1872 o preso achava-se na cadeia exactamente como n'uma hospedaria: tinha cama, abrigo e mesa. Havia só uma differença entre a cadeia e a hospedaria: na cadeia o preso não pagava o que se paga na hospedaria. Como, porém, a generosidade do Estado não fosse até fornecer de tabaco os presos, os que tinham o vicio de fumar, ou quaesquer outros vicios, procuravam umas vezes furtivamente no jogo, outras vezes no ligeiro trabalho de algumas horas, o sufficiente ganho para matarem os seus appetites.

«O que é certo, e por toda a gente conhecido, é que a maior parte dos presos, não sendo reprimidos pela lei do trabalho obrigatorio, passarão o dia encostados á umbreira das janellas gradeadas, cantarolando, cachimbando, atirando chufas ás mulheres de esse burgo de miseria e devassidão, que constantemente rodeia os carcerees.

«Era isto, e mais ainda, o que acontecia nas cadeias com o trabalho facultativo. Trabalhar por vontade! Com franqueza, quem trabalha ahi por vontade? O leitor... talvez. Eu decerto que não. O trabalho é filho da necessidade ou da obrigação. O meu trabalho, pelo menos, deriva d'estas duas causas. Quantas vezes, oh! quantas vezes, pelo inverno, nas manhãs de sol, á hora em que a gente sente a necessidade de espannejar-se na avenida do Passeio ou no caminho do Campo Grande e de Belem, como os passaros depois da chuva, não

me assalta o desejo de atirar comigo para o meio da rua, de receber por ahí fóra, bem de chapa, pela beira do Tejo, o formoso sol dos invernos de Lisboa, d'estes invernos intermitentes, que ou hão de trazer os fortes temporaes do sul, ou dias de uma suavidade e esplendor incomparaveis!

«Quantas vezes, nos dias de chuva torrenciosa, eu não quizera ler os meus jornaes, bem sentado, bem abafado, fumando o meu charuto, parando de vez em quando para contemplar ociosamente os pintasilgos do meu visinho, que se aggridem de compartimento para compartimento, com os seus grandes bicos negros ou o casal de canarios da minha visinha, que se vão aturando com enfado até que chegue março e se amem !

«Ah! mas isso não póde ser por modo algum. O Estado pôz á minha disposição, no comedouro do orçamento, uma migalha, da qual migalha eu tenho ainda a generosidade de repartir mensalmente com o Estado umas frações que se chamam direitos de mercê e imposto de viação. Faz verdadeiramente lembrar o caso d'aquelle pae miserrimo que dava cinco réis aos filhos para não almoçarem, que lh'os exigia para lhes dar de jantar, e que lh'os offerecia de novo com a condição de não ceiaarem.

«Portanto é a minha obscura penna que moireja noite e dia o meu pão e o da minha familia, independentemente, posso dizel-o, mas ininterrompidamente.

«Se eu tivesse, porém, como os grandes criminosos, como os senhores facinoras de marca maior, alguém que se encarregasse da minha sustentação, ousassem vir convidar-me para escrever um romance, para contar como Leonor casou com Jacintho, e como depois foram muito felizes! Encostava-me á minha janella, accendia o meu charuto, cantava o *punch* da *Giroflé*, e admirava, quando me parecesse, os pintasilgos do visinho e os canários da vizinha.

«Estava acontecendo que o Estado, tão largamente generoso com as pessoas criminosas, ás quaes, sem retribuição alguma, dava cama e mesa, offerecia pelo trabalho das pessoas honestas um bocadinho de pão e sete vintens para renda de casa!

«O Estado tinha a magnanimidade de sustentar os scelerados de todo o paiz, e quando a justiça entendia que elles deviam ir viajar, o Estado pagava-lhes o transporte para a costa d'Africa, onde elles ás vezes morriam fabulosamente ricos, e, quando finalmente se tratava de retribuições, o Estado dizia amavelmente aos criminosos. «Então! não fallemos n'isso, meus senhores!»

«Pela lei de 12 de dezembro de 1872, o Estado diz simplesmente ao preso: «Aqui tens a materia prima e os utensilios; trabalha. Os honrados tambem trabalham. Tu não podes ser mais considerado do que elles.»

«Esta lei profundamente justa, racional, esta lei indispensavel n'um seculo em que tudo se conquista pelo trabalho, era o palliativo destinado a supprir temporariamente a falta do remedio decisivo, a plena execução da lei de 1 de julho de 1867.

«Enquanto se não organisava definitivamente o trabalho nas cadeias pela construeção e regulamento das penitenciarias, era preciso ir domando a ociosidade d'esse grande numero de homens criminosos, que tanto sobrecarregam o Estado, era preciso ir educando o preso, dispondo-o para a comprehensão de que o trabalho é lei geral, de que o trabalho tudo conquista, até a reabilitação.

«Mas a lei de 12 de dezembro de 1872 não fez só isto. Foi mais além. Creou o que verdadeiramente se póde chamar *monte-pio dos presos*. Do producto liquido do trabalho destina quinze por cento para fundo de reserva, que o preso poderá levar á sua familia quando sair da cadeia.

«É pelo trabalho que os outros homens conseguem assegurar, para depois da sua morte, a subsistencia da familia, graças ás instituições chamadas *monte-pios*: andam, portanto, trabalhando para um bem de que não podem disfructar, mas que todavia lhes suavisará os transes da hora extrema.

«Pela lei de 12 de dezembro de 1872 vae o preso capitalisando o seu trabalho, amealhando para uma especie de *monte-pio* de que elle proprio poderá gozar, no seu lar, em companhia da sua familia:

monte-pio da saude, da reabilitação, da felicidade, portanto.

«A lei de 1872 inspirou-se de tão elevado, humanitario e reabilitador pensamento. O nome do ministro que referenda uma lei d'esta importancia, fica; o dos seus detractores, passa.

«Ainda bem que o podemos dizer agora mais francamente, pois que o sr. Barjona de Freitas já não é ministro. Já não podem lançar-nos em rosto a accusação de lisongeiro. Não, nunca procuramos ser jogral na côrtesinha que rodeia os ministros; por isso elles ficam valendo o mesmo para nós no dia em que depõem as pastas.»

A falta de saude impediu-nos de concluir os artigos, que tinhamos principiado a publicar, sobre a reforma das cadeias. Deixamos por isso de falar especialmente nas cadeias centraes penitencia-rias, como tinhamos promettido. Tocaremos agora de leve esse ponto, para de algum modo completar as nossas considerações sobre o assumpto.

O systema penitenciario, de origem americana, não tem por base, como geralmente se julga, a mais cruel deshumanidade para com os delinquentes; pelo contrario, funda-se n'um elevado sentimento de moralidade, e visa a punil-os, melhorando-os. Por um lado, a pena de morte, era, sob o ponto de vista religioso, um crime social: por outro lado, sob o ponto de vista legal, a morte não corrigia nin-

guem, porque o laço de canhamo estrangulava ao mesmo tempo a vida da victima e o proveito da correcção. Os açoites e a mutilação eram profundamente barbaros e, como taes, repugnantes. Os quakers da Pennsylvania, que, por espirito de seita, repelliam toda a effusão de sangue, contribuíram, por frequentes protestos, para a invenção do systema penitenciario. Tem uma dupla base este systema: a solidão e o silencio. Parece á primeira vista que o silencio é consequencia obrigada do isolamento, mas em algumas penitenciarias, como logo diremos, ha o silencio sem haver a solidão material, pelo menos durante o dia.

Tanto o isolamento como o silencio teem por fim evitar a depravação que, no antigo systema de cadeias, derivava fatalmente da convivencia dos presos. As prisões d'outr'ora eram escholas de crime. Peioravam em vez de corrigir. As cadeias modernas são o lazareto dos criminosos: miram a evitar o contagio moral. Este ponto é indiscutivel, porque é irrefutavel.

A solidão absoluta, essa seria realmente cruel, horriavel. Na prisão de Auburn, em New-York, ensaiou-se o isolamento sem trabalho: dentro de um anno morreram cinco presos, um endoideceu, os outros atrophiavam-se dia a dia. Vê-se, pois, que o ensaio deu os peiores resultados: era a morte lenta substituindo a morte instantanea.

Emquanto o sr. Barjona de Freitas estava no

ministerio, procurava-se excitar a opinião publica contra elle, fazendo propalar que na penitenciaria de Lisboa se empregaria a solidão ociosa. Era uma trica da opposição. Tal systema estava, a essa hora, morto para sempre.

Em vista dos resultados de Auburn, pensou-se em evitar os inconvenientes da solidão, aproveitando comtudo os seus beneficios.

Surgiu então a idéa de suavisar o isolamento por meio do trabalho, em separado ou em commum.

Na penitenciaria de Lisboa, que julgamos ser modelada pela de Louvain, o trabalho é em separado. Como todas as coisas n'este mundo, o trabalho em separado tem prós e contras. O trabalho em officinas communs, adoptado em muitas penitenciarias estrangeiras, realisa-se durante o dia no meio do maior silencio, para fazer vingar o principio salutar da separação moral dos presos; á noite cada criminoso é recolhido á sua cellula.

Fique bem assente que o sr. Barjona de Freitas não resuscitou em Portugal o systema do isolamento sem trabalho, abandonado já como deshumano e improficuo; fique tambem assente que o principio fundamental das prisões cellulares é altamente moral em relação ao individuo e á sociedade, e o unico racional.

Mas, posto isto, digamos francamente que preferiríamos que se tivesse adoptado o systema do trabalho em commum, o qual, aliás, tambem não

é isento de contras; parece-nos, porem, que em menor numero do que o outro.

Em primeiro logar exige pessoal menos numeroso. Em Sing Sing chegaram a trabalhar 900 presos, vigiados unicamente por 30 guardas. Ao contrario, no trabalho em separado, o pessoal precisa de ser proporcionado ao numero de cellulas, não podendo facilmente ser revesado. No trabalho em commum, todos os officios, ainda mesmo aquelles que exigem maiores utensilios, podem ser exercidos; ao passo que no trabalho em separado, só podem ser praticados aquelles que demandam utensilios compativeis com as dimensões da cellula. No trabalho em separado a quantidade do trabalho produsido ha de ser menor do que no trabalho em commum.

Mas, poderão objectar, o trabalho nas officinas prejudica o principio fundamental do systema cellular. Permittam-nos que respondamos com dois authores antigos, que sobredoiraram um profundo bom senso com um não menos profundo estudo pratico. Referimo-nos a Beaumont e Tocqueville. «Estão reunidos (os presos), mas nenhum laço moral existe entre elles. Vêem-se sem se conhecer. Estão em sociedade, sem communicar uns coim outros; não se lhes interpõem nem aversões nem sympathias. Qualquer criminoso que medite um projecto de evasão ou um attentado contra a vida dos seus guardas não sabe com qual dos compa-

nheiros poderá contar. A reunião é puramente material; os corpos estão reunidos, e as almas isoladas; mas a solidão dos corpos pouco importa; a das intelligências é que é importante.» Sujeitos á mais rigorosa disciplina, os presos que trabalham em commum habituam-se a obedecer. Isto durante o dia. Á noite, o preso volta á solidão da cellula, fica só com o seu remorso, e a lembrança do bem-estar que durante o dia gosou fal-o-ha amar a sociedade, aspirar a viver entre ella, não silenciosamente como nas officinas, mas no pleno uso de todas as liberdades licitas. D'aqui o desejo de tornar-se digno de viver entre os homens de bem.

Postas estas observações, que talvez sejam contestaveis, que decerto o são, voltemos á lei de 1 de julho de 1867, a qual terá plena execução logo que se conclua a cadeia cellular de Lisboa, edificada nas terras que foram do visconde da Bahia, ás portas da cidade, em Campolide.

Aquella lei, na parte respectiva á criação das cadeias comarcãs, foi taxada de utopia. Mas não ha para desenganar como o tempo. A lei principiou já a ser traduzida em factos. A Aldeia Gallega do Ribatejo inaugurou no dia 25 de maio d'este anno de 1879 a sua cadeia comarcã. Outras localidades preparam-se, como dissemos, para realisar a reforma de 1867; mas Portalegre ainda se não dignou pensar n'isso.

Quando tomamos posse da administração do con-

celho, estava-se em pleno inverno, um inverno rigorisissimo. Os presos não tinham enxergas nem mantas. De accôrdo com o representante do Ministerio Publico requisitámos umas e outras; instámos, e foram então concedidas. Era justo fazer este pequeno beneficio aos infelizes que viviam n'aquelle antro.

Construir uma cadeia comarcã seria mais do que obedecer á lei,—seria praticar um preceito christão.

XVII

Chegando a este capitulo, leitora querida,—se alguma tenho—fecha o livro para te pouparees ao enfado de ler umas ‘cousas que nada te podem interessar. Mas na pasta dos meus apontamentos encontro uns papeis, que são os ultimos da minha odyssea administrativa, e, por amor da chronologia, não posso eximir-me a incluil-os n’este capitulo, que é o penultimo do meu famoso livro.

Na sessão da junta geral do districto de Portalegre, realisada a 14 de maio de 1878, o author d’este livro, procurador á mesma junta, como já se disse, e seu secretario, tomou a palavra para fazer uma proposta, que sahia um pouco do vulgar porque não pedia a immediata construcção de alguma estrada.

Diz a respectiva acta:

«O secretario, depois de ter lido uma copia do testamento do conde de Barbacena, leu e mandou para a mesa a seguinte proposta:

«A junta geral do districto verificou com satisfação que na villa de Barbacena, do concelho d'Elvas, existe, desde 1863, um recolhimento para doze orphãos, instituido pelo ultimo conde d'aquelle titulo, fallecido em Lisboa. Esta piedosa instituição não tem apparecido até hoje mencionada nos dictionarios chorographicos de Portugal, ¹ nem em quaesquer outros documentos que lograssem tornal-a conhecida; por isso folga a junta de poder commemorar no livro das suas actas a existencia de tão util estabelecimento de caridade e instrução, não obstante haverem já rodado' muitos annos sobre a morte do seu benemerito fundador. A junta prefere que possam alcinhar de tardio o pagamento d'esta divida de gratidão, em nome de todo o districto e particularmente do concelho d'Elvas, á memoria do benemerito conde, a deixal-a insolúvel na successão dos tempos com manifesta injustiça para as cinzas de um morto illustre. Finalmente nós todos, representantes aqui dos concelhos do districto, felicitamo-nos de poder declarar no seio d'este pequeno parlamento que a beneficencia não tem sido descurada n'este districto,

¹ Só apparece noticia a tal respeito no *Diccionario Popular*, em publicação; que, como se sabe, não é exclusivamente chorographico.

como eloquentemente testemunham o asylo de Nossa Senhora da Conceição, de Portalegre, o asylo da cidade d'Elvas, o asylo de cegos da villa de Castello de Vide, e o asylo instituido pelo conde de Barbacena na villa d'este titulo. *O procurador por Elvas*, Alberto Pimentel.»

«Foi approvedo que se lançasse na acta a proposta do secretario.»

De feito, a beneficencia tem, como arvore abençoada, bracejado raizes no districto de Portalegre, e é por isso tanto mais para admirar, e lastimar, que a iniciativa municipal não haja segundado com relação aos presos, no concelho que é capital do districto, a protecção dispensada, n'aquelle e em outros concelhos, por impulso particular, aos cegos e ás creanças.

O testamento do conde de Barbacena, de quem logo fallaremos de relance, encantou-nos quando o lemos. Diz assim na parte que se refere á instituição do asylo:

«Quero que de todo o meu espolio, dinheiro, joias, prata, moveis, apolices, inscripções, acções de bancos, ou de diversas companhias, predios urbanos ou rusticos, foros, gados, bemfeitorias feitas nos differentes bens dos morgados que administro, heranças que se não tenham partilhado, ou recebido, e de tudo quanto me deverem se forme uma somma pelo valor que então tiverem os diversos objectos, a qual se dividirá em vinte e seis partes

eguaes, sendo d'estas partes tres para as minhas herdeiras; e com as outras vinte e tres se comprarão quinhões em herdades no Alentejo, foros, acções das diversas companhias e inscripções ou apolices, e o seu producto se entregará como segue:—Uma pensão vitalicia mensal de quatro mil e oitocentos réis a uma mulher cega, que se chama Maria, filha da ama da Maria Joaquina—Nove pensões vitalicias mensaes segundo o rendimento do fundo—Primeira—Ao primeiro testamenteiro—Segunda—A Gertrudes Rita dar-se-lhe-hão quatro mil e oitocentos réis mensaes em quanto a pensão das mais pensionistas não exceder a esta quantia; excedendo receberá a mesma que receberem as outras pensionistas—Terceira—A Maria Alexandrina—Quarta—A Rosa Maria da Encarnação—Quinta—A Gertrudes Delfina—Sexta—A Maria das Dores da Fonseca—Setima—A Joaquina Rosa da Madre de Deus—Oitava—A José Manoel da Fonseca—Nona—A Marcelliano José Machado—Perdem esta pensão as mulheres casando, ou tendo por qualquer meio um rendimento de nove mil e seiscentos réis mensaes; e os homens tendo um rendimento igual ao das mulheres. —Á pensão, logo que venha a exceder a nove mil e seiscentos réis mensaes a cada pensionista, se juntará o que exceder ao fundo para augmentar o rendimento. Tanto que o excesso fôr de quatrocentos mil réis annuaes, em lugar de se ajuntar

ao fundo se principiará a edificar na villa de Barbacena um recolhimento para doze orphãs, e uma mestra, que será ao mesmo tempo regente.—O meu primeiro testamenteiro depois de alcançar do governo todas as licenças precisas fará diligencia por aforar um bocado de terreno junto á igreja de Nossa Senhora do Paço na villa de Barbacena para a edificação do recolhimento com a sua cêrca, e fará todo o empenho para obter licença da irmandade de Nossa Senhora do Paço para abrir uma tribuna para a igreja, ficando por essa permissão o recolhimento obrigado á despeza da fabrica da igreja, aos guisamentos, e a contribuir todos os annos com o que faltar para a festa da Senhora.—O pessoal do recolhimento se comporá de doze orphãs, de uma mestra, que será ao mesmo tempo regente, de um capellão, d'um sachristão, que servirá tambem de criado do recolhimento, e d'uma criada.—As orphãs serão admittidas tenham a idade que tiverem, e serão preferidas as mais pobres, e em primeiro logar as que forem orphãs de pae e mãe; depois as que forem orphãs de pae, e por ultimo as que forem sómente de mãe; e no caso de não haver orphãs em Barbacena serão então admittidas as do concelho.—A nomeação da mestra, ou regente, e do capellão em quanto existirem os meus testamenteiros, será feita d'accordo entre elles, porem não existindo então será feita por uma junta presidida pelo parochio e

composta do administrador do concelho e do juiz de paz da freguezia, e approvada pelo ex.^{mo} senhor bispo; e peço a todas as pessoas que pelo amor de Deus se queiram prestar a esta obra de caridade.—O sachristão será tomado de accordo entre a mestra ou regente, e o capellão, e approvedo pelo primeiro testamenteiro emquanto este existir; e não existindo será pelo parochio.—A admissão das orphãs será feita em quanto existirem os meus testamenteiros de accordo entre elles, mas não existindo a fará uma junta composta do parochio como presidente, do administrador do concelho e do juiz de paz da freguezia com a approvação do excellentissimo senhor bispo.—A administração das rendas será feita em quanto existirem os meus testamenteiros pelo primeiro d'elles, e não existindo a fará uma junta composta da mestra, do capellão, e uma das orphãs eleita pelas outras orphãs, e serão as contas approvadas pelo administrador do concelho a quem se pede este obsequio.—O governo economico do recolhimento será feito pela mestra.—Os ordenados da mestra, do capellão, e do sachristão serão determinados pelo primeiro testamenteiro, e ficarão estabelecidos para sempre.—As obrigações das recolhidas serão nos domingos, e dias santos, alem do que manda a Igreja, o officio de Nossa Senhora, em portuguez; nos dias que não forem santificados ouvirão missa, e logo depois d'ella resarão a ladainha de Nossa

Senhora, e ás ave-marias resarão o rosario, e o resto do tempo será empregado em aprenderem a ler, e escrever, e em todos os trabalhos proprios de uma mulher, e serão tambem obrigadas a ensinar gratuitamente todas as raparigas da villa de Barbacena, que se quizerem aproveitar d'este beneficio.—Não podendo principiar a instituir-se o recolhimento um anno depois da epocha marcada para isso, n'esse caso não se instituirá, e deixo em quanto existir alguma das pessoas pensionadas todo o resto das rendas, depois de tiradas as pensões, a um hospital chamado do Amparo, ou hospital dos Incuraveis, que está hoje debaixo da inspecção da Misericordia de Lisboa; e não existindo já nenhuma das pensionadas então quero que se entreguem todos os fundos ao mesmo hospital.—Quero que os enfermos ou enfermas que se admittirem n'este hospital em consequencia d'esta deixa sejam sempre em numero igual de ambos os sexos, e que só sejam admittidos conhecendo-se primeiro no hospital de São José que são absolutamente incuraveis, e que não podem ganhar o seu sustento, ou apresentando documento pelo qual provem que teem oitenta annos d'idade.—Se este hospital tiver por qualquer motivo deixado de existir, então quero que os fundos se dividam ao meio, e deixo metade ao hospital de São José, e a outra metade ao Asylo de Mendicidade pela mesma forma que os deixava ao hospital do Amparo.»

O conde de Barbacena falleceu em Lisboa a 11 de março de 1854, e o asylo foi estabelecido em 1863, nove annos depois.

Apesar da pertinacia com que sustentou sempre as idéas absolutistas, a que era affeiçãoado, Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, segundo conde de Barbacena, foi respeitado na vida e na morte pelos homens de todos os partidos politicos.

É, na galeria dos fidalgos portuguezes do principio d'este seculo, um vulto altamente sympathico.

Nasceu em Lisboa a 11 de dezembro de 1780, e, acompanhando seu pae para as Minas Geraes, ahi sentou praça no regimento de cavallaria da provincia, em 1789. Em 1797, regressou ao reino, passando do exercito ultramarino para o regimento de cavallaria de Mecklemburgo, como alferes addido. Curvou então brilhantemente a academia de fortificação, sendo já a esse tempo encarregado de algumas commissões especiaes. Durante a guerra da peninsula foi dos officiaes que mais illustraram o nome portuguez, e dos mais elogiados pelo marechal Beresford. Voltou coronel a Portugal, e embarcou depois para o Rio de Janeiro, onde foi promovido a general e nomeado veador da rainha D. Maria I. Fallecida esta senhora, serviu de alferes-mór no acto da aclamação de D. João VI, sendo então elevado de visconde a conde de Barbacena.

Regressando ao reino em 1818, foi, dois annos depois, encarregado do commando das forças que deviam combater a revolução do Porto, mas, em vista dos progressos da revolução, que se generalizou pelas provincias, o conde retirou-se á vida particular, voltando de novo á scena politica, depois da chegada de D. João VI, para gerir a pasta dos negocios estrangeiros. Sendo pouco depois substituido na gerencia d'esta pasta por Silvestre Pinheiro Ferreira, vemol-o desempenhar successivamente as funcções de veador da rainha D. Carlota Joaquina, chefe do estado-maior do infante D. Miguel (1823), ministro da guerra (1825), chefe do estado-maior general (1828); em 1833 foi-lhe conferida a patente de marechal do exercito e confiada de novo a pasta da guerra.

Quando a bandeira da paz se hasteou no campo fraticida, o conde de Barbacena pediu a demissão de official do exercito, e tomou então, perante a historia, a nobre posição d'aquelles que dão exemplo de uma convicção profunda e sincera, e que attingem por esse facto uma grandeza que impõe respeito ás proprias pessoas a quem porventura contraria. Para ser grande, escreveu o Garrett, é preciso crêr em alguma coisa, e o conde de Barbacena cria, cria sinceramente no antigo regimen. Tenho ouvido censurar, com referencia a muitos homens, esta teimosia de character. Feliz, muito mais feliz a liberdade se

tivera apóstolos tão dedicados, tão pertinazes e leaes !

Lisboa comprehendeu o que havia de elevado na alma do conde, e os homens mais notaveis de todos os partidos politicos acompanharam a pé, em numero consideravel, o seu cadaver, desde a egreja da Graça, onde fôra depositado, até ao cemiterio do Alto de S. João.

O partido legitimista mandou celebrar exequias pomposas por alma do conde, quando os seus restos mortaes foram trasladados para o tumulo onde hoje descansam. O padre Malhão recitou por essa occasião o primoroso discurso que é hoje ministrado a nossos filhos, como modelo de eloquencia sagrada, nas aulas de portuguez.

Pois que accidentalmente fallei, a proposito do testamento do conde de Barbacena, da agitada politica portugueza na primeira metade d'este seculo, consinta o leitor que lhe indique, a este respeito, um curioso livro, cuja leitura pude fazer em Portalegre, e que eu reputei um verdadeiro achado bibliographico.

Estas linhas, traçadas em Portalegre, ao correr da penna, para satisfazer a um pedido que nos fôra enviado de Lisboa, dão noticia do livro a que nos vimos referindo:

«Não sei que feliz acaso me trouxe á mão um interessante livro, intitulado *A minha vida e a dos meus amigos ou os ultimos quarenta annos*, sem de-

signação de author, posto que o prologo seja assignado por *José Pequeno*, pseudonymo que desde logo despertou a minha curiosidade, tanto mais que o livro a que me estou referindo é copiosissimo de noticias sobre a nossa historia politica a contar de 1808, e escripto com um sabor familiar verdadeiramente attraente. Estava eu disposto a esmerilhar pacientemente no *Diccionario bibliographico* de Innocencio qualquer indicação que me revelasse a verdadeira personalidade de *José Pequeno*, quando o sr. dr. Rodrigues de Gusmão me disse que o author do livro era, a seu ver, José Martiniano da Silva Vieira, que desempenhava em 1826 o lugar de amanuense no ministerio da guerra, que serviu depois a causa de D. Miguel até á convenção d'Evora-Monte, e que por ultimo se dedicou em Lisboa á arte typographica. Effectivamente as indicações consignadas no *Diccionario bibliographico* ajustam ao certo com as que *José Pequeno* deixou escriptas, ácerca de sua pessoa e vida, no livro de que venho fallando. Seja como fôr, é elle um dos mais noticiosos que sobre a politica portugueza d'este seculo correm impressos; o author, testemunha presencial dos factos, descreve-os com minudencia e graça, e retrata com fidelidade os homens mais importantes da época, descendo até a pormenores ignorados.

«A proposito do padre José Agostinho de Macedo, por exemplo, diz *José Pequeno* os motivos

que o levaram a seguir tão violentamente a politica de D. Miguel, apesar de não haver n'elle convicção de principios. «O Padre—escreve o author—viu com bons olhos o movimento constitucional de 1820, e até nutriu esperanças de figurar na grande scena; pois digam o que quizerem, elle era ambicioso, não de dinheiro, mas d'um grande nome.—Se não fossem as duas desfeitas que soffreu n'aquella época, teria morrido um constitucional exaltado, e em troco das *Cartas* ao amigo Lopes, *Desenganos* e *Bestas esfoladas*, haveria escripto o contrario, e faria uma apothese aos proprios paes da patria: foi o primeiro erro não lhe darem o sermão que elle desejava prégar, quando a primeira fornada de deputados foi assistir á missa do Espirito Santo—foi o segundo erro, annullarem a seu respeito as eleições de Beja.»

Ora o motivo da annullação da eleição foi a prohibição de tomarem assento nas côrtes constituintes os criados da casa real, prohibição a que se deu tal latitude que até se tornou extensiva aos prégadores regios, e José Agostinho era prégador regio.

Refere mais *José Pequeno* alguns curiosos episodios da vida do padre José Agostinho. Fallando do seu conhecido odio ao popular author da farça do *Manuel Mendes*, Antonio Xavier Ferreira de Azevedo, conta que este escriptor era filho de um malsim (meirinho geral dos contrabandos) e que,

achando-se mesmo defronte do pulpito n'uma festa a Santo Antonio, o padre Macedo, que prégava o sermão, dissera apontando para elle: «O diabo queria tentar Antonio, porque bem não faria elle, *mal sim.*» Foi em desforra d'este *calembour*, que Antonio Xavier escreveu a comedia do *Mau amigo*, cujo protagonista é o padre Macedo. O actor a quem foi distribuido o papel de *mau amigo* tinha muitas similhanças com José Agostinho, e tão fielmente se *caracterisou* e vestiu, que toda a platêa, logo que elle appareceu, começou a gritar: *É o padre! é o padre!* «A comedia—escreve José Pequeno—representou-se pela primeira vez no theatro do Salitre, e José Agostinho achava-se a essa hora no theatro de S. Carlos (fazendo a côrte a uma actriz italiana)—alli lhe foram dar parte da desforra do Antonio Xavier, e na manhã seguinte recorreu o padre á intendencia geral da policia, pedindo que a comedia fosse suprimida.—Baixou uma ordem determinando—que o actor que fazia a parte de *mau amigo*, não vestisse nem se *caracterisasse* como na primeira noite.»

Ácerca do tradicional odio que se mutuavam José Agostinho e Bocage, e que por varias vezes referveu em satyras violentissimas, conta *José Pequeno* como principiára.

A *Arcadia portugueza*, querendo solemnizar o nascimento de uma das infantas, encarregou os seus socios de recitarem composições allusivas a

este acontecimento. O padre José Agostinho, sabendo que Bocage estava em Santarem, preparava-se para ganhar a palma n'este certamen poetico. Mas os mais dedicados amigos de Bocage escreveram para Santarem pedindo-lhe que não faltasse á sessão da *Arcadia*. Bocage chegou na vespera á noite em segredo, esteve com os seus amigos no *Botequim das Parras*, e ahi mesmo escreveu a poesia que devia recitar. No dia seguinte apresentou-se José Agostinho na academia e recitou no meio d'um silencio glacial; e, logo que terminou, levantou-se um reposteiro e appareceu Bocage que recitou, entre ruidosos applausos, a sua bella composição.

«Eis a principal origem—perora *José Pequeno*—d'essa guerra tão assanhada, e sempre inextinguivel.»

José Pequeno dá outros pormenores interessantissimos sobre a vida de muitos homens notaveis que, como o irascivel padre José Agostinho, figuraram na scena politica ou litteraria do principio d'este seculo, em Portugal.»

Era verdadeira a hypothese do sr. dr. Rodrigues de Gusmão ácerca do author de tão curioso livro. Pude em Lisboa completar as minhas investigações bibliographicas, e apurar que *José Pequeno* é, de feito, José Martiniano da Silva Vieira, a quem Innocencio consagrou um artigo muito deficiente. Innocencio não chegou mesmo a ter co-

nhecimento do livro *A minha vida e a dos meus amigos ou os ultimos quarenta annos*. Não é de presumir que o conhecesse e o não citasse.

José Martiniano da Silva Vieira ainda vive. É irmão do sr. Francisco Ferreira da Silva Vieira, traductor de varios romances francêzes, director da typographia do *Diario popular*, e do sr. Carlos Cyrillo da Silva Vieira, director da typographia da Academia Real das Sciencias. Ao primeiro d'estes cavalheiros devo os seguintes apontamentos, que não foram redigidos para ser publicados, mas que eu não ousou cerzir com phrases banaes.

«José Martiniano da Silva Vieira, nascido em 1802, filho de José da Silva Vieira, um dos soldados da guerra peninsular, que depois foi chefe da 2.^a direcção do ministerio da guerra, e neto de Francisco José da Silva Vieira, negociante, e um dos velhos da nossa antiga marinha mercante, que combatia com as fragatas de Napoleão:

«Foi empregado no ministerio da guerra desde 1824 até á Convenção d'Evora Monte;

«Foi ao mesmo tempo empregado civil, e pertencente á primeira linha do exercito, onde foi alferes de infantaria 7; e assistente do ajudante general, com exercicio na 2.^a divisão, no exercito de operações em Santarem;

«Antes d'isto foi alferes, tenente, e capitão graduado do 2.^o batalhão de voluntarios realistas, e ajudante do corpo por mais de dois annos;

«Foi encarregado de instruir e disciplinar as praças dos voluntarios realistas de Thomar, em quanto estiveram de quartel no convento de S. Francisco de Paula; foi egualmente encarregado de instruir e disciplinar os voluntarios realistas de Leiria, que lhe foram entregues na Figueira; os de Torres Vedras, com quem serviu em Buarcos, quando alli foi preencher as vagaturas do major Quinhones e ajudante Emiterio, que tinham desertado; o batalhão provisório organizado na villa do Pombal; a columna sobre o Mondego; e finalmente infantaria 7, onde, como já disse, foi alferes.

«Em 1836 estabeleceu uma typographia onde exerceu a arte typographica, que nunca aprendera, e que só conhecia como curioso, por ter visto a imprensa da secretaria da guerra; não obstante, em breve se tornou mestre, chegando a publicar alguns numeros do um guia do typographo, com o titulo de *Archivo typographico*.

«Foi depois socio fundador e presidente por mais de um anno da *Academia dos Pacificos*, chamada depois *Academia das letras e sciencias*, e foi redactor do *Porto Franco*, do *Mercurio lisbonense*, da *Phenix*, do *Expositor*, do *Viziense*, do *Ecco da Beira e Douro* e do *Povo legitimista*, ultimo em que escreveu.

«Em 1861 retirou-se para uma quinta de que é foreiro, e directo senhorio o marquez de Penalva,

Quinta do Paço de Valladares, em Valladares, a 5 kilometros do Porto, de onde nunca mais sahio, fechando-se na mais excessiva misanthropia, e entregando-se exclusivamente á agricultura.

«Em fins de 1877 teve um ataque apopletico, que o deixou um tanto leso, o que, junto com uns velhos padecimentos de estomago e de intestinos, o reduziu ao estado lastimoso em que hoje se acha, completamente demente, em perfeito estado de infancia, com 77 annos de idade.»

Leitor, que tiveste a paciencia de ler este capitulo, e que já começavas a desesperar-te, tranquillisa-te: a minha pasta de apontamentos para este livro, está vasia.

XVIII

Nos primeiros dias de novembro de 1878, atravessava eu, ao cair da noite, n'uma velha carruagem empoeirada, as solidões melancolicas do Alemtejo: o aspecto arido da charneca, das *step-pes* agrestes e crestadas dava ao meu espirito uma somnolencia opiada, cheia de pensamentos vagos, entrecortados, confusos. De vez em quando olhava atravez da vidraça, e os meus olhos encontravam sempre a enorme linha recta do descampado que parece estender-se elasticamente para tocar no horisonte sem jámais o attingir. Depois voltava a encostar-me n'uma desbotada almofada de chita vermelha, entregando-me confiadamente aos balanços da carruagem, que oscillava sobre duas fortes correias negras, á semilhança das berlindas que em Lisboa se encarregam de fazer a

ultima mudança aos inquilinos dos Prazeres e do Alto de S. João. Sómente, o meu vehiculo differia em ser acompanhado por um côro de chocalhos ainda muito peor que alguns côros de S. Carlos: porque na charneca os muares precisam de encontrar um meio efficaz de poderem resistir ao aborrecimento e ao somno: esse meio são as campanhas.

Por fim de contas é certo que havia em tudo aquillo um enterro,—o enterro voluntario de um administrador de concelho, que morria impenitente sem derramar uma só lagrima de fanatica saudade pelos trezentos e noventa e dois artigos do *Codigo administrativo*.

Andados onze kilometros, uma luz distante scintillou de repente em plena charneca. O que? Um pharol amigo, como se dizia no velho estylo romantico, sobre aquelle oceano de aridez e de tristeza!

Ah! custou-mê depois a comprehender como os srs. accionistas da companhia do gaz podiam, unicamente por uma questão de interesses, desdenhar da luz electrica de Jablochhoff, que estava sendo então a aurora polar do Chiado. Para mim, para os viajantes d'aquellas paragens, uma pequena luz bruxoleante, palpitando sobre o fundo escuro do horisonte, bastou a illuminar tanto os olhos como o coração. Que faria se uma fada das *Variedades* podesse transportar para as *steppes* transtaganas

a varanda resplendente do *hotel Gibraltar!* affigurar-se-ia o balcão luminoso de uma castellã encantada, o sonho de um poema cavalleiresco capaz de endoidecer uma familia inteira de D. Quixotes.

Depois, a certesa de que essa luz animadora era a lanterna de uma estação do caminho de ferro duplicava-lhe o valor... e a claridade.

Quasi de repente, sinto arfar nas trevas um monstro que se aproxima correndo e agitando a sua pupilla rubra, grande como o olho d'um cyclope. Finalmente, um assobio estridulo irrompe da garganta ferrea d'esse monstro e faz lembrar uma surriada, cheia de notas de uma ironia penetrante, ás dormentes povoações alemtejanas, que a essa hora estão digerindo patriarchalmente o seu *caspacho* e a sua *farinheira* indigesta.

Não ha que duvidar. É o caminho de ferro que passa, como uma longa cidade ambulante, cheia de pequenas janellas illuminadas, para dentro das quaes se avistam rostos pallidos, desolhados, acabrunhados por um pensamento sinistro: o recente descarrillamento de Matto de Miranda.

Seja como fôr, aconteça o que acontecer, disse eu, entreguemo-nos ao progresso a vapor e ao sr. facultativo das ambulancias. Para Lisboa, para Lisboa é que se quer ir, continuei, depois de feita uma rapida invocação ao anjo que segura as pontes, para que tivesse mão, ao menos por uma noite, na que atravessa o Tejo em Constança.

Dentro da carruagem, reclinada nos coxins, uma pallida mulher, de cabellos que deviam ter sido bellamente negros como o azeviche, de physionomia distinctissima, preocupa desde logo a nossa reminiscencia. Já a viramos, havia talvez muito tempo, mas não nos lembrava de prompto quem fosse. De repente essa gentil figura de mulher pronunciara, para as pessoas que a acompanhavam, duas ou tres palavras em italiano. Reconhecemol-a então: Adelaide Ristori, a musa moderna da tragedia, ia ali, de viagem para Lisboa, para a alegre Lisboa do inverno, para a Lisboa das novidades theatraes, dos *bouquets* de violetas, das bellas manhãs scintillantes de um sol remoçador e vigoroso, para a Lisboa que sorri zombando da asperesa da estação quando as provincias tiritam e bocejam.

Depois de um anno de exilio no Alemtejo, e ainda assim n'uma das mais suaves paragens alemtejanas, a posse de Lisboa enchia o nosso espirito de uma seducção feérica, de uma alegria infantil, expansiva, garrula.

Um viajante hespanhol pedia-nos informações sobre o *Grande hotel de Lisboa* onde já temos sido hospede, e quando nos ouvia encarecer com verdade a magnificencia d'esse bello *hotel* que revela em tudo a elegante direcção do velho Matta, o fino gosto de um artista consumado, asseverava-nos que, dando credito á nossa informação, nenhum *hotel* de Paris, attenta a correlação dos preços,

podia decerto competir com esse de que lhe vínhamos fallando, e que tomou por divisa o nome da capital, como preito sincero de um homem obscuramente nascido que em Lisboa se tornou notavel e estimado.

As palavras do hespanhol alegravam-nos, porque augmentavam a fascinação que no nosso espirito estava exercendo a aproximação de Lisboa.

Emfim, esperava-nos no nosso antigo gabinete a nossa antiga mesa de trabalho, coberta de papeis. Sobre uma jarra, um ramo de flores seccas. «Ah! pensamos nós ao vel-as, reverdecereis, pobres amigas esquecidas, reverdecereis ao halito da nossa vitalidade febril, estender-se-ha até vós a actividade da nossa penna, sempre atarefada e sempre independente. Ella não volta deshonrada, depois de um anno de ausencia, ó pallidas flores: é portanto ainda digna de vós. Reatemos, pois, a nossa velha amisade interrompida.»

A primeira noite foi consagrada a Ristori, como era de justiça: a *tout seigneur tout honneur*. Voltavamos a ser jornalista, plenamente, livremente. Mas a critica de Ristori estava feita havia dezoito annos pelos primeiros homens do nosso paiz, e a Ristori artista não envelhecera em tão longo espaço de tempo. Nem teríamos a fatua pretensão de ir acrescentar um leve traço de folhetim ao monumento da critica portugueza em honra de Adelaide Ristori.

Depois, como uma creança voluntariosa, que se apanha em completa liberdade, quizemos percorrer todos os theatros. Fomos aos Recreios, convidado pelos cartazes que annunciavam os *Sonhos de ouro*, zarzuella do maestro Barbieri, um antigo conhecido, tão popular em Portugal como na Hespanha, visto que eu, apesar de *tudo*, ainda teimo em fazer distincção entre estes dois paizes...

Realmente, uma zarzuella deliciosa, cheia de musica alegre e phantastica, encobrando com a caracteristica vivacidade hespanhola um *libretto* que tinha o que quer que fosse de parentesco com o nosso velho *Santo Antonio*, porque tomava a peito a apotheose da virtude e... chegava a ser moral de mais. Se é um defeito sel-o de menos, sel-o de mais não deixa por certo de o ser. Mas, em compensação, musica formosa, excellentemente interpretada. No quinhão dos applausos, dois artistas tomavam o primeiro logar: a sr.^a Moriones (Carmen) e o sr. Rossell, que n'esta zarzuella revestia differentes encarnações como os deuses da India. Se podessemos supprimir a figura distincta e captivante da senhorita Moriones, ousariamos dizer que o sr. Rossell era tudo nos *Sonhos de ouro*. Aos pés da Moriones já a imprensa de Lisboa tinha posto as suas flores e os seus folhetins: quanto ao sr. Rossell, a plateia dispensava-se de lhe oferecer flores, mas compensava-o largamente saudando-o, mal que elle apparecia em scena, com

repetidas e ruidosas salvas de palmas. A sr.^a Crós (*Pilar*) representava no *libretto* um papel de *ro-siére*, de vestal, offuscada pelos nymbos gloriosos da Virtude, que a protege. Cantava de modo a ser virtuosa, porque o seu mentor feminino lhe não permittia que soltasse a voz em requebros e *malagueñas*.

A *mise-en-scene*, o apparatus scenico fazia honra á direcção dos Recreios, e seria impossivel encontrar melhor em theatros d'aquella indole.

A Trindade, nos seus grandes cartazes provocantes, offerecia-nos o *Peronilha*, como ultima novidade do seu repertorio, e dizemos *ultima novidade*, porque a Trindade tem o condão de tornar completamente nova a quinquagessima representação de uma opereta qualquer: hajam vista a *Filha da Senhora Angot* e *Os Sinos de Corneville*, por exemplo.

A Trindade é um theatro fatidico, tem o condão de alegrar, de aviventar, de fazer sorrir. As lagrimas que se choram n'aquelle palco scintillam como diamantes: a loucura do tio *Gaspar dos Sinos de Corneville*, que pelo seu character altamente dramatico se tornou digna do antigo palco de D. Maria II, passava tão ligeiramente por entre a alegria maliciosa do *libretto*, sem perder comtudo os altos dotes de uma interpretação admiravel, que não dava tempo a que as senhoras elevassem aos olhos os seus finos lenços de rendas.

O riso, o riso endiabrado, que persegue o espectador, que se trepa n'elle, como um genio satanico, que o belisca, que lhe faz cocegas, que salta da plateia para o balcão, e que marinha do balcão para os camarotes, como um macaco invisivel, esse riso despreoccupado, que constitue por fim de contas os melhores momentos da nossa vida, só a Trindade pode fornecel-o e conserval-o. Os achacados que voltam de Vidago, do Gerez, de Luzo, de Cabeço de Vide encontram no theatro da Trindade aquillo que lhes falta depois que saíram de Cabeço de Vide, de Luzo, do Gerez e de Vidago: *aquillo*, seja dito sem malicia, é a despreoccupação de si mesmos, da sua entidade pathologica. Se Anacreonte podesse viver ainda, como o patriarcha Henoch, segundo as Escripturas, e viesse hospedar-se no «Grande hotel de Lisboa», não iria a outro theatro senão á Trindade. Depois, quando partisse, levaria consigo para Theos, coroada de rosas, a nervosa, a electrica Herminia; envolta nas mais finas roupagens da Jonia, e porventura nas mais transparentes, a gentil Florinda, e se ellas resistissem por amor á Trindade, Anacreonte poupar-se-ia ao ridiculo de morrer engasgado com uma grainha, porque se haveria precipitado da varanda do Matta sobre o lagedo do Calhariz.

Uma coisa difficil de saber é a idade dos actores da Trindade, tal é o condão d'aquelle thea-

tro. O Queiroz, cantando a valsa dos *Sinos*, cheio de mocidade e amor, historiando as suas aventuras tunantescas na Circassia, em Italia, no Perú, fazia com que a gente receiasse por o ver recolher de tão aventureosa viagem... suspeitando que pudesse ficar apurado para soldado na junta de revisão. A Herminia que, segundo os contra-avisos, adoece tão frequentemente, parece ter a malícia de uma collegial endiabrada que se finge doente para não ir ao collegio, e que apparece ao outro dia sorrindo dos que a acreditaram, fazendo uma careta de intelligencia ao publico. Tudo ali respira vinte annos, tudo se enflora de tentações, de sorrisos ao verbo animador do

Olhae, olhae,
Examinae,

lascivo como uma phrase da Sunamite nos braços de Salomão... depois da meia noite.

Mas, se se trata do *Peronilha*, que era então a *ultima novidade*, para que estou eu saboreando ainda o marisco apetitoso dos *Sinos de Corneville*? Ah! não sabem porque? Pois eu lhes vou dizer.

Na primeira sexta feira que apanhei, uma noite de luar, tepida sem estylo, mas em todo o caso uma noite de sexta feira, e portanto aziaga, entrei no theatro da Trindade a procurar o *Peronilha*. Rompeu a orchestra, e—ó assombro!—ouvi, como

n'uma toada longinqua, os *Sinos de Corneville* atravez das notas palpitantes de uma symphonia de Planquette. Pensei a principio que as lentas badaladas d'esses sinos mysteriosos remurmurariam ainda nos echos da sala, mas, erguido o panno, quando eu esperava *Peronilha*, appareceu a Herminia em plena explosão de vivacidade saloia a contra-annunciar definitivamente o espectáculo aos que não tinham lido os contra-avisos do atrio; pouco depois, a voz doce e vibrante da Florinda reproduzia o *digue-digue-dão* festivo dos pequenos sinos do castello solitario.

El-rei D. Fernando e o sr. infante D. Augusto, retirando-se no fim do primeiro acto, deram claramente a perceber ao publico que tinham sido attraidos, como nós, como todos, pela curiosidade, mas o demorarem-se um acto, depois de terem ouvido a symphonia, equivalia bem a uma prova de antiga consideração pelos *Sinos de Corneville*.

Eu escrevia sobre o baleão do bilheteiro uma epistola ao sr. Francisco Palha:

Foi um engano cruel!
 E não quer que em brasas fique?
 Quando esperava o *Peronilha*,
 De repente ouço o *repique*.

Não menos de repente, por entre um grupo de amigos, que esperavam a gestação final d'esta obra prima de litteratura humoristica, superior aos

productos metricos e chimicos de Jayme José, appareceu Francisco Palha apontando gravemente para um papel que, pregado no *guichet* do camaroteiro, annunciava a substituição do spectaculo por indisposição da sr.^a Manzoni.

Uma opereta ou outra, que importava, no fim de contas? Se era de um folhetim que se tratava, ali estavam todas estas peripecias para assumpto d'elle. *Peronilha* não perderia os seus fóros. A orchestra chamava para o segundo acto, os espectadores invadiam a platéa como se em verdade se tratasse de uma peça em primeira mão, e cheguei a comprehender que não houve desapontamento, aliás explicavel e explicado para o publico; desapontamento havel-o-ia se a Trindade fechasse as portas e não desse *Peronilha* nem *Sinos de Corneville*.

Ha um certo numero de pessoas, que não estão bem senão ali, n'aquelle theatro: são em geral as pessoas que se entregam durante o dia a uma vida agitada, cheia de mil preocupações, de mil impertinencias. Esses taes pousam ali a cabeça esvaída, como sobre um *bouquet* de flôres.

Pedro Corrêa, ao mesmo passo jornalista, deputado, editor, conservava-se recostado no seu *fauteuil* habitual, sem que o incommodasse a substituição do *Peronilha*, porque elle não vae ali por causa de Planquette ou de Offeback, vae ali para estar na Trindade, simplesmente.

Descendo a rua da Trindade, encontrei-me, ao dobrar a esquina, com a alegre claridade que por esse tempo duplicava a electricidade do Chiado. Lembrei-me, por um contraste natural, da pequena luz mortiça da charneca, da lanterna da estação, e, parando ao Loreto para deixar passar as caruagens que voltavam de S. Carlos, certifiquei-me inteiramente de que estava em Lisboa,—sem duvida alguma, e com um *ex* de mais.

FIM

ERRATAS

Pag. 10, linha 28, onde se lê: *á espera de que eu o fosse accordar*, leia-se: *á espera de que eu a fosse accordar*.

Pag. 16, linha 5, onde se lê: *commodidamente*, leia-se: *comedidamente*.

Pag. 20, linha 1, onde se lê: *hig-life*, leia-se: *high-life*.

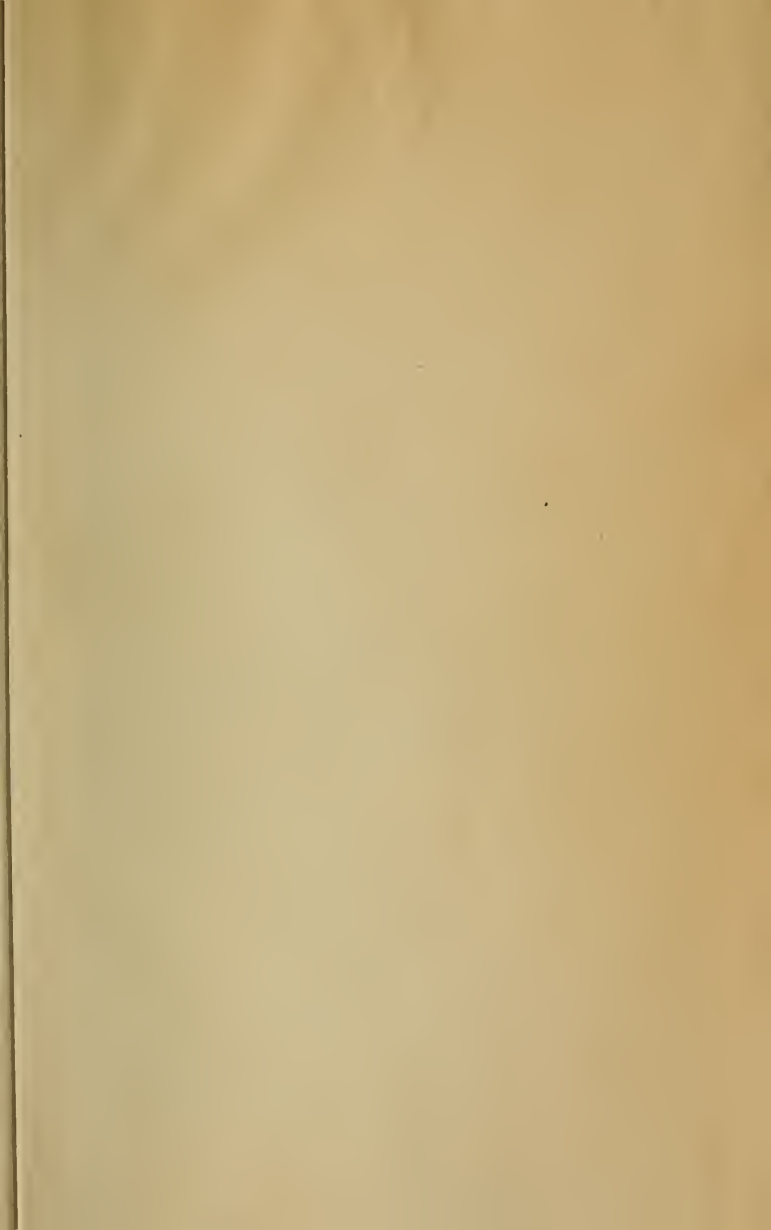
Pag. 77, sahiu incompleto, por se ter quebrado no prélo, este verso:

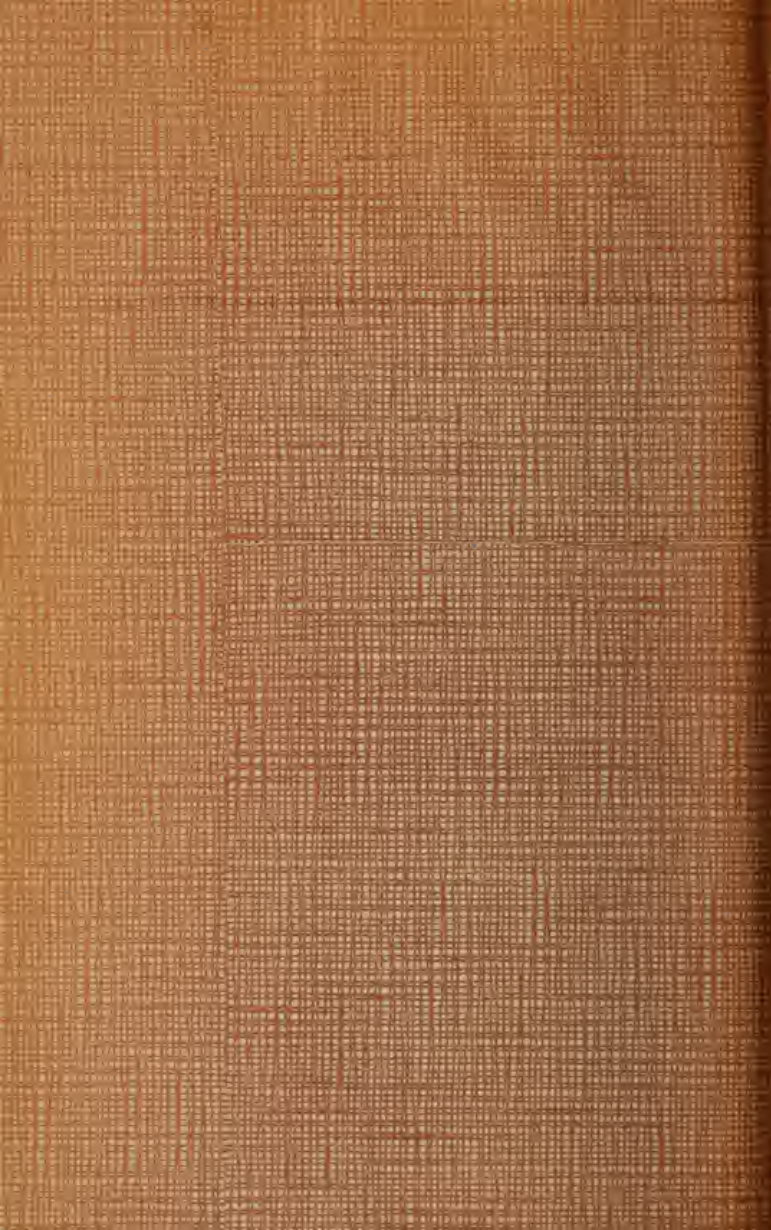
Christo baptizou João.

Provavelmente escapariam ainda outros erros typographicos, que o leitor corrigirá facilmente.









PQ Pimentel, Alberto
9261 Viagens á roda do Codigo
P46V5 Administrativo

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 06 03 08 008 9